

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

LILIAN CHRISTIANE SILVEIRA DE ALMEIDA

**A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO: O
CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MURILLO NUNES DE
OLIVEIRA – ALEGRETE, RS**

**JAGUARÃO, RS
2017**

LILIAN CHRISTIANE SILVEIRA DE ALMEIDA

**A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO: O
CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MURILLO NUNES DE
OLIVEIRA – ALEGRETE, RS**

Relatório Crítico Reflexivo apresentado ao
Curso de Mestrado Profissional em
Educação da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em
Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Marçal da
Rocha

**Jaguarão, RS
2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo (a) autor (a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

AA447p ALMEIDA, LILIAN CHRISTIANE SILVEIRA DE
A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO
CAMPO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
MURILLO NUNES DE OLIVEIRA - ALEGRETE, RS / LILIAN
CHRISTIANE SILVEIRA DE ALMEIDA.
121 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Pampa, MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2017.

"Orientação: JEFFERSON MARÇAL DA ROCHA".

1. SUPERVISÃO ESCOLAR. 2. GESTÃO ESCOLAR. 3. EDUCAÇÃO
DO CAMPO. 4. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

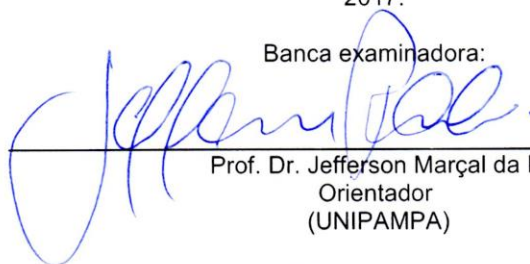
LILIAN CHRISTIANE SILVEIRA DE ALMEIDA

**A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO: O
CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MURILLO NUNES DE
OLIVEIRA – ALEGRETE, RS**

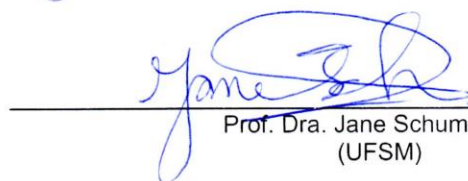
Relatório Crítico reflexivo apresentado ao
Curso de Mestrado Profissional em
Educação da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Mestre em
Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 23 de novembro de
2017.

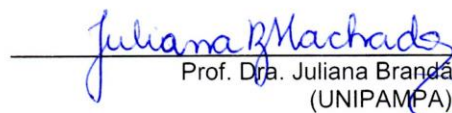
Banca examinadora:



Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha
Orientador
(UNIPAMPA)



Prof. Dra. Jane Schumacher
(UFSM)



Prof. Dra. Juliana Brandão Machado
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por ter me proporcionado a oportunidade. Segundo, dedico à minha mãe Cleci, minha grande incentivadora e apoiadora.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de aprendizagem no Mestrado Profissional em Educação na Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. Por ter nos protegido nas viagens de Alegrete à Jaguarão para as aulas presenciais.

À minha mãe Cleci Almeida, apoiadora e incentivadora em todos os momentos. A meu pai Antenor Almeida, sempre na torcida pelo melhor, por ser sempre preocupado com as viagens e com as aulas.

Ao Prof. Dr. Jefferson Marçal da Rocha, meu conterrâneo, suas orientações, provocações e correções foram primordiais para a realização desta pesquisa.

Ao meu companheiro José Inácio, por ter compreendido todas as ausências, pois além de trabalhar 60 horas, começar a cursar o Mestrado foi um grande desafio, ainda mais com recentes 6 meses morando na mesma casa. Obrigada por ser este parceiro maravilhoso que és e grande incentivador.

A meu irmão Christian Almeida, o meu mecânico, socorrista, secretário, enfim, sempre que eu esquecia de fazer alguma coisa, deixava os afazeres para ele.

Ao meu colega professor Mestre Gleidson Amaro, pois na época do ingresso no curso, era diretor da escola em que atuava, obrigada pelo incentivo, direcionamento no momento da inscrição e pré-projeto. Teu interesse ajudou na minha aprovação.

Ao meu grupo de estudos, amigos que o Mestrado me proporcionou, o grupo do “Expresso Jaguarão”, Graciela Andrade, Auristela Oliveira e Anderson Pedroso, obrigada pela companhia, pelas conversas e as terapias que fazíamos nos tantos quilômetros rodados.

Aos professores do Curso, muito obrigada por todos os momentos de troca de conhecimento, aprendizado e choques de realidade.

A todos os colegas de curso, foi um prazer conhecer. Neste curso criamos vínculos para a vida inteira. Obrigada pela amizade de cada um de vocês.

Agradeço aos meus sujeitos de pesquisa, professores de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pela parceria no desenvolvimento da intervenção.

A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso:
Para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

Este relatório crítico reflexivo do Mestrado Profissional em Educação aborda a prática do Supervisor Escolar numa Escola do Campo. A escola objeto deste relato é Escola Municipal de Educação Básica Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, Alegrete/RS, que oferta Educação Infantil – Nível A e B, Ensino Fundamental Completo (1º a 9º ano) e Ensino Médio, situa-se 7º Subdistrito do Guaçu-Boi no município de Alegrete, localidade denominada Conceição. Conta com 16 professores e 209 estudantes. Como diagnóstico inicial da realidade escolar foi realizado um questionário, para compreender quem são os alunos da escola. Os professores também responderam a um questionário, para definir o grupo que participaria da intervenção. Após, foi realizada a intervenção, através da constituição de um grupo de estudos com os professores de Educação Infantil – Nível A e B e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Esta intervenção teve como proposta compreender a prática do Supervisor no cotidiano escolar, na perspectiva de compreender esta função em um processo de gestão democrática nas escolas com este perfil. Ao analisar as atribuições do Supervisor Escolar, partindo de um contexto próprio da experiência da práxis, busca-se o aperfeiçoamento de sua prática, contribuindo para a constituição de uma identidade para escola EMEB Murillo Nunes. A intervenção se deu em dez encontros, planejados a partir de diagnóstico inicial, com base em análise documental de registros do setor de Supervisão Escolar do educandário, dos índices de aprovação e reprovação e dos índices de Desenvolvimento da Educação Básica. A avaliação da intervenção foi através da observação por parte da pesquisadora proponente e de um questionário com duas perguntas abertas sobre o papel do Supervisor Escolar em cada encontro, além de uma autoavaliação por parte dos professores, em relação à cada temática discutida. Após a intervenção foi possível perceber que ainda não há uma clara percepção da função do Supervisor Escolar, e que a construção desta práxis se dá no cotidiano de cada escola, com suas peculiaridades e desafios. Também se pode considerar que o objetivo principal do supervisor é o processo de ensino aprendizagem de todos os educandos, proporcionando um ambiente saudável para a convivência e preocupando-se com a formação continuada de cada profissional que atua no educandário.

Palavras-Chave: Supervisão Escolar, Gestão Escolar, Profissionais da Educação, Escola do Campo.

RESUMEN

Este informe crítico reflexivo del Máster Profesional en Educación aborda la práctica del Supervisor Escolar en una Escuela del Campo. La escuela objeto de este relato es Escuela Municipal de Educación Básica Murillo Nunes de Oliveira – Polo de la Conceição, Alegrete/RS, que oferta Educación Infantil – Nivel A y B, Enseñanza Fundamental Completo (1º a 9º año) y Enseñanza Media, se localiza 7º Subdistrito del Guaçu-Buey en el municipio de Alegrete, localidad denominada Conceição, cuenta con 16 profesores y 209 estudiantes. Como diagnóstico inicial de la realidad escolar fue realizado un cuestionario, para comprender quién son los alumnos de la escuela. El grupo de profesores también respondió un cuestionario, para definir el grupo que participaría de la intervención. Después de fue realizada la intervención, a través de la constitución de un grupo de estudios con los profesores de Educación Infantil – Nivel A y B y Años Iniciales de la Enseñanza Fundamental. Esta intervención tuvo como propuesta comprender la práctica del Supervisor en el cotidiano escolar. En la perspectiva de comprender esta función en un proceso de gestión democrática en las escuelas con este perfil. Al analizar las atribuciones del Supervisor Escolar, partiendo de un contexto propio de la experiencia de la praxis, búsqueda-si el perfeccionamiento de su práctica, contribuyendo para la constitución de una identidad para escuela EMEB Murillo Nunes. La intervención se dio en diez encuentros, planeados a partir de diagnóstico inicial con base en análisis documental de registros del sector de Supervisión Escolar del educandário, de los índices de aprobación y reprovação y de los índices de Desarrollo de la Educación Básica. La evaluación de la intervención fue a través de la observación por parte de la investigadora proponente y de un cuestionario con dos preguntas abiertas sobre el papel del Supervisor Escolar en cada encuentro, además de una autoevaluación por parte de los profesores, en relación cada temática discutida. Después de la intervención es posible percibir que aún no hay una clara percepción de la función del Supervisor Escolar, y que la construcción de esta praxis se da en el cotidiano de cada escuela, con sus peculiaridades y desafíos. También se puede considerar que el objetivo principal del supervisor es el proceso de enseñanza aprendizaje de todos los educandos, proporcionando un ambiente saludable para la convivencia y preocupándose con la formación continuada de cada profesional que actúa en el educandário.

Palabras clave: Supervisión Escolar, Gestión Escolar, Profesionales de la Educación, Escuela del Campo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: AS MOTIVAÇÕES PARA DESENVOLVER ESTE TRABALHO	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 Supervisão Escolar	20
3.2 Gestão Escolar	27
3.3 Educação do Campo	34
4 O PROJETO DE INTERVENÇÃO: COMPREENDENDO A PRÁTICA DO SUPERVISOR ESCOLAR A PARTIR DE DIÁLOGOS DO CAMPO	42
4.1 Diagnóstico.....	42
4.1.1 Contextualização da Educação do Município de Alegrete.....	42
4.1.2 Contextualização do objeto de intervenção:	44
4.1.3 Contextualização da intervenção	54
4.2 Atividades desenvolvidas durante a Intervenção.....	62
4.2.1 Primeiro encontro.....	62
4.2.2 Segundo encontro	66
4.2.3 Terceiro encontro	69
4.2.4 Quarto encontro	76
4.2.5 Quinto encontro.....	84
4.2.6 Sexto encontro	89
4.2.7 Sétimo encontro	92
4.2.8 Oitavo encontro	98
4.2.9 Nono encontro	102
4.2.10 Décimo encontro.....	106
4.3 Considerações finais dos participantes	108
4.4 Crítica dos participantes X Atribuições do Cargo	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
6 REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	119
Anexo 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	119
Anexo 2 Questionário aplicado aos professores	121

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre a prática do supervisor escolar em uma escola do campo, na cidade de Alegrete, RS, especificamente a partir da experiência da atuação da autora proponente na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição.

Tem como objetivo compreender de que forma se dá esta prática em uma Escola do Campo, e salienta-se que não há formação específica para Supervisor Escolar em Escolas do Campo, sendo que na maioria dos municípios do Brasil, não há concurso específico para esta função na área rural.

A autora tem formação inicial em Letras – Habilitação Português/Espanhol e suas respectivas Literaturas, possui Especialização em Psicopedagogia Institucional, em Educação Profissional integrada à Educação Básica, na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, especialização em Mídias em Educação – Ciclo Avançado e Supervisão Escolar. A experiência como Supervisora Escolar, iniciou quando com a atuação no Núcleo de Assessoria e Avaliação Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Alegrete, no período de 2010 a 2012. Além deste período, houve a atuação como Supervisora Escolar, de escola de Ensino Fundamental urbana, durante um ano. A Gestão Escolar sempre é um desafio, o que motiva a pesquisadora a estudar este importante setor das escolas, mais especificamente, da Escola do Campo. Então no ano de 2014, houve o convite para atuar na gestão da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição.

A motivação desta pesquisa se deve à experiência da autora, que atua desde janeiro de 2014, na referida escola, sentindo que o trabalho desenvolvido, ainda está aquém, para uma escola de qualidade para todos os alunos, percebendo olhares de aprovação e desaprovação pelos colegas e equipe gestora, em virtude da escola funcionar em turno integral, e muitas vezes, as temáticas de reuniões pedagógicas serem gerais para o funcionamento da escola, não atendendo especificamente professores de anos iniciais e professores de anos finais e ensino médio, portanto o estudo é proposto para que no coletivo, se analise e se proponha como deve se dar a prática do Supervisor Escolar na Escola do Campo.

Para Nérici (1974, p. 29), o Supervisor Escolar deve ter a “visão sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e

os objetivos específicos da própria escola”. Neste contexto, o profissional tem a função de supervisionar o desenvolvimento do trabalho e o produto final, independentemente, dos sujeitos que fazem parte do processo.

Atualmente, sabe-se que este papel não condiz com a realidade da educação brasileira, em que o processo de gestão democrática, especialmente, nas escolas públicas, mesmo que ainda em constante construção, já não se admite mecanismos autoritários de gestão, em especial nos últimos anos em que a busca da participação efetiva das comunidades escolares tem sido uma constante nas escolas em que esta pesquisadora vivenciou sua prática de educadora.

Com o passar dos anos a Supervisão Escolar vai sendo inovada, como nos afirma Rangel (1988, p. 13), este profissional tem “um trabalho de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem”. Observando-se que se inicia uma preocupação com os sujeitos envolvidos no processo, o supervisor e professor, professor e aluno, deixando um pouco o mero caráter fiscalizador.

Para Alarcão (2004, p. 35), o Supervisor Escolar tem conhecimento sobre “o desenvolvimento qualitativo da organização escolar e dos que nela realizam seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa por meio de aprendizagens individuais e coletivas”, compreendendo mais atribuições para este importante profissional que faz parte da Gestão Escolar.

O Supervisor Escolar é o profissional formado pelo curso de Pedagogia ou curso de especialização em Supervisão Escolar. Tanto no curso de pedagogia quanto na especialização se estuda sobre o funcionamento das escolas, tendências pedagógicas, teorias das aprendizagens, gestão democrática, mas não se tem o foco específico na formação do supervisor escolar, nem sequer formação para Escola do Campo.

No município de Alegrete, RS, talvez um dos poucos, o plano de carreira do magistério municipal traz o concurso público para Especialista em Educação – Supervisor Escolar, exigindo a formação em graduação ou pós-graduação específica em Supervisão Escolar, em regime de 40 horas.

Art. 26 - O concurso público para Especialista em Educação Supervisor Escolar [...] será realizado em conformidade com as formações específicas para cada um dos respectivos cargos:

I. Para Especialista em Educação - Supervisor Escolar: graduação em Curso Superior de Pedagogia ou curso de Pós-graduação, ambos específicos em Supervisão Educacional. (LEI COMPLEMENTAR Nº. 043, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011, p.10)

Ainda conforme o plano de carreira do magistério municipal de Alegrete, RS a função analítica do cargo de Supervisor:

Dar suporte técnico-administrativo-pedagógico, promovendo espaços lúdico-pedagógicos na instituição escolar, assessorando o corpo docente na organização e execução do plano de trabalho, bem como na reflexão sobre o ensino e a qualidade do processo de aprendizagem dos alunos, instigando ao processo de formação continuada, constituindo a sua especialidade como suporte ao processo de alternativas qualificadas e qualificadoras a complexidade da ação pedagógica. (LEI COMPLEMENTAR Nº. 043, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011, p.39)

Concurso esse que não traz cargos específicos para a Escola do Campo, mesmo o município de Alegrete sendo o maior município do Rio Grande do Sul em extensão territorial, ofertando educação na zona rural em 10 estabelecimentos de ensino.

A Escola do Campo busca formação de uma identidade crítica ao meio, em que o aluno seja protagonista, propondo e realizando mudanças no meio em que vive. Portanto, as práticas pedagógicas devem promover atividades que desenvolvam essas habilidades. Também deve-se atentar para a valorização da natureza, que é a realidade dos alunos do Campo, devendo, os profissionais da educação que atuam em Escola do Campo, reconhecer-se como integrantes das Comunidades Escolares em que atuam, visando a equidade do ensino entre a zona urbana e rural, garantindo aos alunos acesso ao conhecimento, para que possam prosseguir seus estudos.

De um modo geral a Educação do Campo ainda é deixada de lado nas licenciaturas e graduações, o que torna ainda mais difícil o trabalho inicial de um supervisor em Escola do Campo. Portanto, este estudo se faz necessário para buscar compreender a prática do Supervisor Escolar em uma Escola do Campo, para que sirva de provocação para outros pesquisadores.

Salienta-se que, seguindo as orientações emitidas pela banca na apresentação do projeto deste trabalho, optou-se por não realizarmos uma

intervenção estruturada sobre estudos teóricos sobre a função do Supervisor Escolar, mas sim, solicitar dos professores um feedback de todas as atividades propostas pela Supervisão Escolar da EMEB a partir da defesa do projeto deste relatório.

Este relatório está dividido em três partes. Inicialmente, a autora apresenta a sua trajetória profissional e seu vínculo com a Escola do Campo e por que o seu interesse em atuar com esses alunos e professores. Logo é apresentado o referencial teórico que embasa este estudo sobre a Prática do Supervisor Escolar em uma Escola do Campo: o caso da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição em Alegrete/RS, contextualizando a educação no município, abordando as temáticas da Gestão Escolar, o trabalho do Supervisor Escolar e as peculiaridades da Escola do Campo. O terceiro tópico traz o projeto de intervenção, desde a contextualização do objeto da intervenção, a contextualização da intervenção e as atividades desenvolvidas durante o processo de intervenção. Para finalizar se apresenta as suas considerações finais a respeito da pesquisa realizada.

2 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL: AS MOTIVAÇÕES PARA DESENVOLVER ESTE TRABALHO

Levando-se em conta que, o Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional da UNIPAMPA possui como característica principal a valorização da trajetória de atuação (sua práxis) de seus discentes, considero que este tópico mostrará que a minha atuação se vincula intimamente à problemática de pesquisa que propus desenvolver neste programa.

Ingressei na Licenciatura no primeiro semestre de 2003, no curso de Letras – Habilitação Português/Espanhol e Respectivas Literaturas, pela Universidade Da Região da Campanha – URCAMP.

Iniciei minha carreira como professora de Língua Portuguesa, no município de Alegrete, ingressando na Rede Municipal através de concurso público em 2007, com 20h.

Fui designada a uma escola de periferia da Zona Urbana do Município, Escola Municipal de Educação Básica Honório Lemes, atuava com Língua Portuguesa em três turmas, de língua portuguesa e língua inglesa, 6^a, 7^a e 8^a séries.

No ano seguinte, fiquei apenas com a disciplina de Língua Portuguesa, na 5^a, 6^a (duas turmas) e 8^a séries. O ano foi passando, as turmas se acomodando, alunos indo para outras escolas, alguns chegando. Colegas novos sendo contratados, pois havia enorme necessidade de profissionais em nossa escola.

A Prefeitura Municipal abriu concurso público para vários setores. Novamente, fiz o concurso. Enquanto isso havia recebido uma convocação para trabalhar na Escola Lions Clube, trabalhei com Educação de Jovens e Adultos (EJA), 5^a e 6^a séries noturnas, mais uma experiência. Em menos de um mês, fui chamada neste segundo concurso que havia realizado e a única maneira de poder assumir seria ir para um Polo Educacional, com 40 horas/semanais.

Optei pelo Polo do Mariano Pinto, aproximadamente 72km da cidade. Preparei toda documentação. Trabalhei até dia 1^o de julho na EMEB Honório Lemes. No dia 2, eu assumi o novo concurso e a transferência da matrícula antiga.

Apresentei-me na Escola Municipal de Educação Básica Homero Alves Pereira – Polo do Mariano Pinto, iniciando assim minha trajetória nas Escolas do Campo. A experiência de conhecer a escola, as turmas, colegas de trabalho, enfim, o trabalho na escola de campo fez com que me sentisse educadora por inteiro.

Na Zona Rural, me realizei profissionalmente, sempre buscando me atualizar, buscando cada vez aprender mais, cada vez vencer novos desafios, que sempre estão surgindo no dia a dia.

Neste ano, iniciei o Curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional, pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, curso de grandes aprendizados, conclui com a escrita da Monografia Avaliação Institucional na Escola Pública.

Em 2009, surgiu a oportunidade de cursar uma Especialização pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete, no ano de sua criação. As aulas aconteciam todos os sábados, no Distrito do Passo Novo.

Concomitante a este curso, tive a oportunidade, via convênio com a Prefeitura do Alegrete – RS, o curso de especialização à distância de Mídias na Educação – Ciclo Avançado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo mais um desafio, pois não tinha acesso à internet na região do Mariano Pinto, onde morava.

No início de 2010, recebi o convite para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, no Núcleo de Assessoria e Avaliação Pedagógica, mais uma vez um grande desafio. Acredito que sou movida por desafios.

Aceitei a proposta, mas precisava estar em sala de aula ao mesmo tempo, pois estava em Estágio Probatório nas duas matrículas. Então assumi algumas horas na EMEB Honório Lemes, na Educação de Jovens e Adultos e com turmas nos cursos de Informática e Construção Civil, ofertados em parceria com o Instituto Federal Farroupilha, PROEJA-FIC, o qual eu coordenava na Rede Municipal.

Foi um ano de muito aprendizado. Ao mesmo tempo, também atuava como estagiária do PROEJA no Instituto Federal Farroupilha, pois estava concluindo o curso de Especialização em PROEJA, pela UFRGS.

Então, para conclusão do curso de Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, escrevi o Artigo A implantação e Implementação do PROEJA-FIC na EMEB Honório Lemes, sob a orientação de Cristhiano Bossardi de Vasconcellos.

No fim do ano, abriram inscrições para tutores do Curso Gestão da aprendizagem escolar II – Gestar II. Iniciamos o curso, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina, organizado em horas presenciais e horas a distância e aplicação com os professores de Língua Portuguesa da Rede Municipal.

Em 2011, optei por interromper o estágio probatório, pois um já havia sido concluído. E me dediquei apenas ao curso de formação dos professores. Éramos 12 professores de Língua Portuguesa, nos reuníamos quinzenalmente. Foi um ano de muitos aprendizados, pois o que estudávamos nos encontros, os professores deviam aplicar em sala de aula com os alunos e trazer o relato para socializar entre os colegas. Aprender com as experiências boas e ruins dos colegas foi muito bom e me despertou o desejo de retornar à sala de aula.

A partir desta formação, decidi escrever a Monografia Mídia Impressa: O jornal no Programa Gestão da Aprendizagem Escolar II – 2ª edição, sob orientação da profª Maria Lúcia Pozzatti Flôres como conclusão do Curso de Especialização em Mídias na Educação – Ciclo Avançado, pela UFRGS.

Nos três anos em que atuei no Núcleo de Assessoria e Avaliação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acompanhei o funcionamento e organização das dez escolas do campo da Rede Municipal, fazendo visitas de assessoria, aprendendo como se dá a Gestão Democrática na prática.

Em 2012, surgiu a oportunidade de atuar 20 horas na EMEB João André Figueira – Polo do Durasnal, ficando dois dias no polo e três dias na SMEC. Em outubro, do mesmo ano, duas professoras da escola saíram em licença maternidade e então precisei assumir as horas das mesmas, saindo definitivamente da SMEC.

Em 2013, surgiu a possibilidade de atuar como coordenadora pedagógica na EMEB Eurípedes Brasil Milano, ótima oportunidade de aprendizado e desafiante. Agarrei com as duas mãos e atuei no ano de 2013 nesta escola. Foi um ano em que cresci muito, pois pude aproveitar todo conhecimento que adquiri durante atuação na SMEC.

No fim do ano, fui convidada a retornar à Escola do Campo, que para mim é onde me encontro, gosto de atuar, me identifico, na mesma função como coordenadora pedagógica.

Mesmo não tendo uma formação específica para a supervisão escolar em Escola do Campo, aceitei o desafio, pois a escola possuía Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em 2014, tinha em média 260 alunos, em turno integral.

No mesmo ano, houve concurso da Prefeitura para Especialista em Educação – Supervisor Escolar, em que fui aprovada em segundo lugar, sendo nomeada e

empossada em 16 de junho de 2014. Permaneci na Escola do Campo, pois acredito ter muito a crescer e aprender neste educandário.

Investigar as realidades das Escolas Municipais do Campo é instigante, pois são sujeitos sociais que fazem parte deste processo e suas identidades são ignoradas quando de um currículo igual ao da Zona Urbana. É necessário conhecer para construir um novo perfil e uma prática que atenda aos anseios de cada comunidade escolar rural.

Acredito que a vida é um constante aprendizado. Para obtermos sucesso, precisamos ter consciência de que devemos observar quem são os sujeitos sociais que fazem parte de nossa escola, tanto professores, funcionários e alunos.

No ano de 2015, fiz a seleção para o Programa de Pós-Graduação da Unipampa – Campus Jaguarão, para o curso de Mestrado Profissional em Educação. Ingressar em um curso deste nível, sempre foi meu objetivo, mas por ter tentativas frustradas, não estava muito motivada.

Após o resultado da prova escrita, fui aprovada para a próxima fase. Com isso, o anteprojeto de intervenção precisava ser bem definido. Contei com a ajuda do professor Mestre Gleidson Amaro, diretor na época, da escola em que atuo.

Ingressei no segundo semestre de 2015, no Mestrado Profissional em Educação com a proposta de tema A Educação Integral como política educacional nas Escolas Municipais do Campo de Alegrete-RS, tendo como problemática como ressignificar este tempo das crianças, jovens e adultos sem que eles percam suas identidades de sujeitos do campo?

Como Supervisora Escolar da Escola do Campo, me propus pesquisar esta realidade, pois neste ano, ainda não havia uma Proposta Pedagógica para as Escolas do Campo, em âmbito municipal. Mesmo tendo dez Escolas do Campo no Município, estas escolas eram regidas pela Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental, que compreende a Zona Urbana.

No segundo semestre, a temática do projeto se redefiniu, pois concomitante aos meus estudos, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura do Alegrete/RS iniciou a construção da Proposta Pedagógica para as Escolas do Campo, que foi concluída em final de 2015.

A partir deste período, iniciou-se um novo trajeto para definir então, qual a temática abordar no projeto de intervenção. Entre as temáticas que emergiram, optei por trabalhar com a reconstrução do Projeto Político Pedagógico e Regimento

Escolar da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição. Porém, os prazos em que deveriam ser entregues na Secretaria de Educação, foram meus inimigos, ficando novamente sem temática para projeto de intervenção.

Em função das eleições municipais, em que o projeto de educação muda, dependendo de quem fosse eleito, optei por aguardar a definição das urnas. Assim que se passaram as eleições, ficou intrínseco que a intervenção deveria acontecer na escola em que eu atuo, pois com a troca de governo municipal, é outra ideologia na administração municipal desde janeiro de 2017, não sabia se teria abertura para o desenvolvimento de um estudo em âmbito municipal.

Então, em orientação com o Prof. Jefferson Rocha, chegamos a um consenso, abordar a prática do Supervisor Escolar, na escola em que atuo, devido a não termos formação inicial e nem continuada sobre Educação do Campo em Tempo Integral. Além de compreender a prática deste profissional, buscamos analisar a realidade da escola, enquanto índices de aprovação e reprovação e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Em março do corrente ano, o projeto foi apresentado a Banca de Qualificação, a partir da apresentação, foram realizadas algumas mudanças no Plano de Ação desta intervenção, mudanças estas que constituem uma discussão em torno do papel do Supervisor Escolar, quando este está realizando o seu papel, na Escola do Campo, tendo como público definido da Intervenção, o grupo de professores de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo Referencial Teórico abordará as temáticas principais desta pesquisa, o primeiro subitem discorrerá sobre a Supervisão Escolar, trazendo um estudo bibliográfico sobre esta função tão importante na Gestão Escolar. O segundo subitem, abordará a Gestão Escolar, apresentando sua origem, conceituando a temática. Para finalizar este capítulo, será abordado o tema Educação do Campo, pois a escola em que acontece a intervenção é uma Escola do Campo.

3.1 Supervisão Escolar

A Supervisão teve sua origem na época fabril, em que era preciso assegurar menor tempo e mais produção, para ter o controle da fábrica. Também teve sua origem ligada à necessidade de orientação e coordenação para profissionais em novas funções e papéis. (ALMEIDA e SOARES, 2012, p.23)

Sua visão histórica vem em comparação ao exercício do trabalho pelo gerente de fábrica sobre os trabalhadores, onde através desta fiscalização ocorria a garantia da execução bem feita do trabalho proposto, bem como a supervisão no ambiente escolar, que tinha o papel de supervisionar o trabalho, controlar. O supervisor controlava livros de chamadas, cobrava o planejamento e a forma como era executado, propondo modificações se fossem necessárias.

Segundo Almeida e Soares (2012, p. 27) a maioria destas funções ainda são de responsabilidade do supervisor, porém visto de outra forma.

Embora algumas dessas funções ainda sejam tarefas na atualidade do supervisor escolar, na época, o que determinava a sua realização era a hierarquia, na qual o supervisor predominava sobre o professor. De modo geral, as características que marcavam a ação supervisora tinham como base a tarefa de tomar decisões e controlar o processo de ensino-aprendizagem, enquanto o professor era visto como responsável pelas tarefas de execução.

Ainda dentro de um contexto histórico, a supervisão escolar surgiu no Brasil na Primeira República sendo este trabalho uma espécie de inspeção, ao supervisor cabia a orientação dos planejamentos e do atendimento aos professores e com o passar do tempo, visando promover melhorias no ensino, uma nova ideia de

supervisão surge, depois de inúmeras discussões sobre Gestão Democrática no ensino.

Transformar a escola em um lugar voltado aos interesses de todos, modificando o seu papel social, bem como de seus profissionais, passou a ser o foco para contribuir com o compromisso político-pedagógico. Em Almeida e Soares (2012, p. 39) destaca-se:

Para que essa reestruturação do papel da escola, conforme o movimento desencadeado na década de 1980, pudesse se efetivar, foram necessárias reformulações no âmbito da gestão escolar. A escola, como uma constituição inserida num contexto mais amplo da sociedade brasileira, passou a buscar a construção de uma forma de organização democrática, que expressasse novas relações entre os segmentos (professores, pais, alunos, direção, funcionários e pedagogos) que participam do processo de ensino-aprendizagem.

Dentro da política da gestão democrática através da constituição de 88, determinou-se legalmente que seria necessária a implementação de um trabalho pedagógico, objetivando um projeto educacional que vinculasse todo o núcleo educacional envolvendo o fazer individual e coletivo.

O supervisor Escolar, ainda busca sua identidade em meio a esta trajetória histórica, se desfazendo do papel fiscalizador e inspetor, mas para isso o Supervisor precisou de qualificações técnicas e acadêmicas, para uma formação específica. Centrado na ação pedagógica, o supervisor escolar trabalha nos processos de ensino e aprendizagem.

Segundo Saviani (2003, p. 14),

[...] a ação supervisora passa da condição de função para a de profissão, pela mediação da ideia de supervisão. Com efeito, para que uma função seja organizada como profissão é preciso que ela seja destacada do âmbito em que opera, o que implica um processo de abstração no qual a ideia é construída. Nesse processo a função é definida, isto é, identifica-se o que é próprio dela e que a distingue das demais especificando-se os seus atributos.

Importante junto ao corpo docente e discente e toda equipe técnica escolar; não sendo unicamente um solucionador de problemas, mas também busca possibilitar métodos que auxiliem na ação/reflexão das práticas pedagógicas, fazendo um trabalho que visa à organização e a discussão (processo democrático)

sobre planejamento, diagnosticando as turmas e as dificuldades de aprendizagem de cada aluno, bem como seus avanços.

Conforme o dicionário Michaelis, supervisão significa ato ou efeito de supervisionar, função de supervisor. Assim, entende-se que o supervisor escolar é alguém que supervisiona algo na escola, sendo subordinado a outro profissional.

Giancaterino (2010, p. 82) estabelece um conceito de supervisão, esclarecendo o sentido etimológico do termo:

A palavra supervisão é formada pelos vocábulos super (sobre) e visão (ação de ver). Indica a atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer. Como significação escrita do termo, pode-se dizer que significa olhar de cima, dando uma "ideia de visão global".

No contexto atual, o supervisor escolar atua como um mediador, um facilitador do processo de ensino aprendizagem. Fazendo parte do corpo de professores, porém ligado à coordenação, ou seja, um professor que realiza os processos de organização das atividades didáticas e de currículo. Seu trabalho está ligado ao trabalho dos professores, dando suporte e contribuindo na efetiva aprendizagem dos alunos, garantindo que o trabalho pedagógico seja de qualidade e ajudando a transformar uma sociedade voltada à ação humanizadora, e atrelado à gestão da escola como um todo, buscando em equipe, minimizar as dificuldades que ocorrem no cotidiano escolar em relação ao ensino-aprendizagem.

Assim este profissional passa a servir de apoio, um subsídio ao trabalho docente, não sendo mais aquele que supervisiona e fiscaliza, mas sim, o apoio contribuindo no processo e para a autonomia.

Conforme Libâneo (2004, p. 215):

[...] a coordenação é um aspecto da direção, significando a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de um grupo visando a atingir os objetivos. Quem coordena tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas.

Sendo importantíssimo esse papel dentro da comunidade escolar, o supervisor possui um conjunto de conhecimentos, métodos e estratégias na área pedagógica, sendo um coordenador que proporciona e incentiva a avaliação das equipes de professores e outros agentes da área. Essas relações devem ser

formadas através de trocas de experiências/vivências e por um diálogo construtivo para todos, tornando este processo significativo. É o especialista nas diversas didáticas e o parceiro mais experiente do professor. É ele quem responde por esse trabalho junto ao diretor, formando assim uma relação de parceria - e cumplicidade - para transformar a escola num espaço de aprendizagem. O que ocorre em muitos casos é que, sem formação adequada, ele acaba assumindo funções administrativas e a formação permanente fica em segundo plano ou desaparece.

Giancaterino (2010, p. 85) acrescenta:

Assim, pode-se dizer que, no atual ambiente educacional, o supervisor como qualquer outro profissional terá de ser um questionador, possuir atributos construídos a partir da articulação de vários saberes, oriundos de múltiplos espaços. Vale evidenciar que o supervisor é o sujeito que faz a leitura da escola na sua totalidade, sendo necessário ter uma visão ampla de mundo e, por conseguinte, ter o senso de investigação, de curiosidade e de pesquisa para que se possam efetuar mudanças significativas no universo educacional sobre os moldes democráticos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira – LDBEN 9.394/1996, o profissional, para assumir esta responsabilidade, deve ser formado em Pedagogia ou pós-graduação:

Art. 64 – A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

No município de Alegrete/RS, por exemplo, as atribuições do cargo de concurso Especialista em Educação – Supervisor escolar - constam na Lei Complementar Nº. 043, de 07 de dezembro de 2011. Entre as atribuições do Supervisor Escolar, em seu anexo VI (p.39):

1. assessorar a direção em assuntos técnico-administrativo-pedagógicos;
2. coordenar e assessorar, permanentemente, a organização do trabalho pedagógico do docente;
3. responsabilizar-se pelos alunos durante o horário escolar;
4. organizar, coordenar e sistematizar mecanismos que visam instrumentalizar os professores quanto ao seu fazer pedagógico;
5. propor sistemática do fazer pedagógico condizente com as condições do ambiente escolar e em consonância com as diretrizes curriculares;

6. mobilizar a escola, a família e os educandos para a investigação coletiva da realidade na qual todos estão inseridos;
7. apoiar o docente na construção de propostas preventivas em relação a dificuldades de aprendizagem, propondo condições pedagógicas que favoreçam o fazer pedagógico e o desenvolvimento do educando;
8. cumprir e fazer cumprir o Plano Municipal de Educação, a proposta político-pedagógica, o regimento escolar e o plano de estudo;
9. assegurar, junto à direção, o cumprimento dos dias letivos e horas –aula estabelecidas por Lei;
10. assessorar o corpo docente, juntamente, com o orientador escolar, na reflexão e proposição de instrumentos pedagógicos eficazes para a promoção de aprendizagem do corpo discente;
11. realizar e coordenar pesquisas, visando a dar um cunho científico à ação educativa promovida pela escola;
12. planejar, organizar e coordenar as reuniões pedagógicas a fim de qualificar as propostas de ensino e a aprendizagem dos alunos;
13. zelar pelo horário de planejamento do docente exclusivamente durante a jornada de trabalho;
14. fazer cumprir o plano de trabalho de cada docente da instituição de ensino;
15. assessorar os professores no planejamento de experiências diversificadas que permitam a aprendizagem dos alunos;
16. acompanhar e participar do processo de elaboração e execução do planejamento da escola;
17. promover processos de formação continuada no âmbito da instituição escolar que permitam a reflexão do processo pedagógico, a socialização das experiências acumuladas, a rigorosidade de estudos e o fortalecimento da visibilidade de processos exitosos.

Estas atribuições do Especialista em Educação – Supervisor Escolar devem estar em mente dos ocupantes deste cargo, para que se possa desempenhar um bom trabalho. Destaca-se que muitas vezes o supervisor se perde em suas múltiplas funções, pois o seu trabalho é plural, heterogêneo e interconectado, sendo necessário um planejamento objetivo.

Döring, (2012, p. 01) em artigo sobre o tema acrescenta que:

Em outros aspectos, situa-se o supervisor escolar como a pessoa escolhida para resolver problemas, dar sugestões, tornando-se como um ombro amigo nos momentos de dificuldade. Não há como negar ao supervisor este papel, mas convém deixar claro que não faz parte de suas atribuições principais. O que se quer é uma reabilitação da conceituação sobre a importância do supervisor no sentido do apoio pedagógico para todos os momentos, e não somente nos momentos de dúvidas, angústias, tristezas. O supervisor é aquele com quem podemos refletir teorias, posturas e construir conhecimento, no sentido de auxiliar na prática docente.

Assessorar os professores e a equipe escolar visando o projeto coletivo exige foco do supervisor para que haja uma relação de colaboração, e ter clareza no seu papel de articulador tanto na formação contínua dos professores quanto no projeto

político pedagógico da escola, Alonso (2010, p. 179) cita algumas condições imprescindíveis para esse processo:

Manter um clima de abertura, cordialidade, encorajamento; fortalecer o sentimento grupal; trabalhar com professores, partilhando ideias, estimulando e fortalecendo as lideranças, propiciando o trabalho em equipe, a troca de experiências, a reflexão sobre a prática, sugerindo, trazendo contribuições, mostrando caminhos e alternativas;
Conhecer a legislação, seus limites e brechas, otimizando seu uso em proveito da escola e dos objetivos educacionais, preocupando-se sempre com a renovação da escola e das práticas pedagógicas, criando laços com a comunidade;
Estimular o desenvolvimento de experiências e seu compartilhamento com o grupo;
Atentar para as dificuldades apresentadas pelos professores, criando mecanismos que permitam a consulta e a discussão do assunto;
Subsidiar os docentes com informações e conhecimentos atuais sobre temas complexos, de forma direta ou indireta, orientando leituras, dando referências ou propiciando encontros com especialistas na área;
Atuar junto à administração da escola e/ou do sistema no sentido de viabilizar encontros para debates/estudos/intercâmbio, agilizando meios e condições para tanto.

Além de atuar com professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, o supervisor é o responsável pela gerência dos resultados do desempenho escolar, em conjunto com os professores, dando suporte quando necessário. Dentro da educação básica, o supervisor é um dos responsáveis pela gestão e pela qualidade do processo pedagógico, com grande influência no trabalho diário da equipe de professores, desafiando, questionando, instigando, motivando, fazendo despertar o prazer pelo trabalho proposto.

Representa assim, um profissional habilitado que cumpre funções técnicas, desencadeando as ações propostas com a comunidade escolar, segundo Giancaterino (2010, p.84)

A relação entre professor e aluno se manifesta, em um primeiro momento, entre o professor e a equipe diretiva, para depois atingir o aluno. Quanto mais didático for o processo de supervisão, mais chances existirão de se instalar um processo didático qualificado na sala de aula, pois, afinal, este deve ser o grande objetivo da supervisão. Sendo assim, é importante que se dê atenção a três elementos fundamentais na ação supervisora: liderança, subjetividade e coletividade.

O supervisor lidera e tem a tarefa de administrar a dinâmica da escola e trabalhar seu perfil institucional; a subjetividade exige a sensibilidade do supervisor

perante as diferenças e as pessoas e a coletividade é a forma que o supervisor interage, proporcionando igualdade e participação nas decisões.

Perdendo seu caráter normativo, este líder, passa a ter na instituição um papel crítico-reflexivo junto ao professor, deixando então de ser um controlador para estimulador do trabalho docente. Não agindo simplesmente como fiscalizador e revisor de trabalhos e também não ficando preso apenas às questões burocráticas e disciplinares, este profissional deve ser um parceiro, articulador, líder reflexivo e provocador que some dentro da orientação e do planejamento, ele “responde pela viabilização, integração, e articulação do trabalho pedagógico didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade de ensino” (LIBÂNEO, 2004, p. 219).

Uma forma de assessoria aos professores e demais equipe escolar que visa o desenvolvimento de um projeto coletivo, fortalecendo o trabalho em equipe, partilhando ideias, trocando experiências, trazendo contribuições, sugerindo, estimulando e subsidiando os docentes. Uma referência frente ao grupo de colaboradores da escola, sendo responsável pela coordenação do trabalho pedagógico da instituição de ensino deve assumir a liderança e o papel de responsável pelas articulações geradas aos professores.

Alarcão (2004, p. 35) nomeia este profissional como líder e define como objeto de seu trabalho “o desenvolvimento qualitativo da organização escolar e dos que nela realizam seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa por meio de aprendizagens individuais e coletivas”.

Nesta perspectiva, percebe-se que o papel do supervisor vincula-se à própria gestão como um todo. Uma vez que junto ao professor, busca minimizar as eventuais dificuldades do contexto escolar em relação ao ensino-aprendizagem, ele é integrado à equipe docente, com âmbito de ação didática e curricular e a equipe de gestão com suas incumbências quanto às ações de naturezas pedagógicas, administrativas e de inspeção, transcende a função meramente de inspeção e passa a coordenar o trabalho pedagógico, tornando-se um parceiro do docente, com vistas na conclusão de uma aprendizagem real, significativa. O profissional deve assumir o seu atual papel de líder, com a capacidade de ouvir e fazer com que seus colegas ouçam as suas propostas, de conduzir os trabalhos de acordo com o diálogo, e com as competências necessárias compartilhando o saber e o fazer da educação.

Assim, considera-se que a supervisão escolar, deve ultrapassar a função burocrática e priorizar as ações pedagógicas, pois a necessidade de um bom andamento das ações da educação deve ser a pauta do trabalho diário de todos os envolvidos na educação, guiados pelo supervisor, por isso a importância das formações complementares para o educador que decide assumir essa atribuição. Na atualidade, o supervisor deverá ser um profissional consciente de seu papel de mediador do trabalho docente, de facilitador das ações pedagógicas, de orientador de práticas condizentes com o cenário onde se foca o seu trabalho.

3.2 Gestão Escolar

A origem da palavra Gestão vem do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere, cujo significado é levar sobre si, carregar, chamar para si, executar, exercer e gerar. Desse modo, gestão nada mais é que administrar, ato de gerir, governar, dirigir negócios. (FERREIRA E SOUZA, 2009, p. 10)

A gestão escolar em si é o ato de gerir a escola, administrar, em consonância com a legislação vigente, buscando em seu projeto político pedagógico manter o compromisso com a gestão democrática, garantindo a participação de todos no processo de tomada de decisões, resultados e avaliações, levando em consideração o desenvolvimento cognitivo de seus alunos, em busca de cidadãos críticos, capazes de transformarem a realidade que vivem (FERREIRA E SOUZA, 2009, p. 25)

No artigo Gestão da Educação, Chaves (2010, p. 3) faz uma citação de autores, sobre o processo administrativo:

Em seu sentido mais geral a administração é concebida por Vitor Paro (2005) como mediação, ou seja, como a “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (p. 18). A partir desse entendimento, o princípio fundamental da administração passa a ser o da necessária coerência entre meios e fins. De acordo com essa visão, o processo administrativo apresenta duas características fundamentais: a) racionalização do trabalho que é a relação do homem com a natureza, cujos recursos devem ser utilizados de maneira racional; b) A coordenação do esforço humano coletivo, que se ocupa das relações dos homens entre si.

O processo administrativo em instituições escolares originou-se nas escolas públicas americanas, estabelecendo posições aos professores em que a autoridade

era o controle do aluno e as decisões de cunho administrativo escolar eram feitas por uma comissão selecionada. Com o passar do tempo, o Estado, preocupado com a educação, passou a delegar esta responsabilidade a um educador profissional. (GIANCATERINO, 2010)

No mesmo artigo, Giancaterino (2010, p. 4) apresenta uma denominação para a administração dentro da educação, que se refere à Gestão das escolas,

Os termos gestão da educação e administração da educação são utilizados na literatura educacional ora como sinônimos, ora como distintos. Algumas vezes gestão é apresentada como um processo dentro da ação administrativa, em outras, seu uso denota a intenção de politizar esta prática (GRACINDO; KENSKI, 2001). Apresenta-se também como sinônimo de 'gerência', numa conotação neo-tecnista. Em discursos mais politizados, o termo gestão aparece como alternativa para o processo político-administrativo autoritário da década de 1980, e sugere "uma tentativa de superação do caráter técnico, pautado na hierarquização e no controle do trabalho por meio da gerência científica, que a palavra administração (como sinônimo de direção) continha" (ADRIÃO; CAMARGO, 2007). Mas tanto os organismos internacionais quanto os movimentos sindicais, que postulam posições mais avançadas na área, optaram pelo termo gestão, obviamente, cada um com concepções diferenciadas.

A palavra administração vem do latim (direção) e minister (subordinação), este termo refere-se ao processo de fazer com que as atividades sejam realizadas de forma eficiente, onde ocorre um monitoramento eficaz (GIANCATERINO, 2010).

Giancaterino (2010, p. 21) cita:

Muitos conceitos são atribuídos à Administração porque existem muitas formas de interpretar o processo de administrar. Etimologicamente, a origem da palavra vem do latim *administratio*, que, na língua portuguesa, significa gestão de negócios públicos ou particulares. No mundo das organizações, no entanto, este conceito se modifica conforme a relação estabelecida entre espaço, tempo e cultura da sociedade.

Ainda para Giancaterino (2010, p. 21), o trabalho administrativo envolve cinco atividades básicas, traça metas para atingir os objetivos propostos, bem como a organização, que precisam ser analisadas as situações diversas, também é preciso ter motivação e comunicação, para que haja um trabalho em equipe eficaz, em que cada um sabe o que precisa ser feito. É atividade inerente ao administrador, avaliar e mensurar, em todo âmbito escolar, essa atividade compreende observar se o que foi traçado está sendo realizado para atingir os objetivos propostos. Além de todas

essas atividades, o administrador é responsável pela formação de pessoas, por isso é indispensável oportunizar que os seres humanos se desenvolvam nas instituições.

O administrador deve possuir o poder de tomar decisões e organizar o ambiente em que atua. Nesta percepção Giancaterino (2010, p. 35) ainda cita:

Considerando a complexidade das organizações educacionais em um ambiente instável, chama a atenção para a necessidade de mudança pelas teorias administrativas modernas que proporcionem a necessária coordenação e direção das atividades, ganhando relevância um administrador comprometido com estas organizações.

Neste sentido, as organizações educacionais exigem do administrador uma grande qualificação e, assim como qualquer outro profissional, terá de possuir atributos construídos a partir da articulação de vários saberes, oriundos de múltiplos espaços.

Desta forma, percebe-se o quanto a organização educacional deve ser modificada quando se trata da antiga forma de administração, visando uma estrutura mais flexível e adaptável.

Um conjunto das políticas, planejamento, gestão e avaliação da prática social da educação, neste âmbito destaca-se o modelo de gestão democrática do ensino que é o compartilhamento de tarefas, a divisão de poder, o respeito mútuo pela condição de sujeito de todos os que participam do processo. A gestão democrática tem relação direta com aspectos importantes na educação que é a participação e autonomia, visando o comprometimento de todos que ocupam este espaço.

Ferreira e Souza (2009, p. 10) trazem em seu artigo alguns autores que conceituam a gestão escolar: Para Libâneo, FALTA O ANO gestar é provocar ações para atingir os objetivos da instituição, englobando os meios gerenciais e os técnicos administrativos, ou seja, Libâneo considera a “gestão como uma atividade que põe em ação o sistema organizacional”. Souza, afirma que a gestão escolar pode ser assimilada como concorrência pelo poder, sendo um ato político, em que o gestor pauta os objetivos da instituição de acordo com seus interesses, prevalecendo a sua vontade sob os demais sujeitos. Enquanto para Luck, ANO a gestão escolar é “o ato de gerir a dinâmica cultural da escola”, embasada nas Políticas Públicas existentes, em se tratando de escola, baseado no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, visando um local democrático, em que haja autonomia, participação, partilha e autocontrole. Já Paro, ANO considera que gestão e administração são

palavras de mesmo significado, tendo a finalidade de aplicar de forma coerente os meios para atingir os objetivos propostos.

Direcionar e mobilizar são competências da Gestão Escolar, visando concretizar ações conjuntas e articuladas na escola, onde a autoridade é o diretor, que as delega e divide com os componentes da organização administrativa.

Para Luck (2009, p.25), a gestão escolar é 'um meio' e 'não um fim em si mesmo', pois o objetivo maior é a aprendizagem de todos os alunos, de forma que significado nas suas vidas, em que o dia a dia seja vivenciado na escola, e a partir as vivências dos alunos, os mesmos possam desenvolver habilidades para viverem em sociedade, de forma a tomarem decisões, de maneira crítica e que possam resolver situações diárias, analisando as informações e expressando-se com clareza e domínio da linguagem.

Assim, o objetivo da gestão escolar é a aprendizagem de todos, é possível perceber os problemas vivenciados, e em rede, buscar solucioná-los, através do planejamento de estratégias que contemplem as necessidades apresentadas, sendo a base para a organização de uma unidade educacional visando a melhoria do ensino.

A Gestão Escolar divide-se em algumas práticas que são a Gestão pedagógica, que atua na área educativa, como as linhas de atuação e as metas a serem atingidas ao longo do ano letivo, é a essência da escola, pois o seu foco é a promoção da aprendizagem e a formação dos alunos vem dela a orientação, o incentivo e a busca pelas oportunidades pedagógicas para os alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades educacionais especiais, e todas as demais formas de gestão subsidiam a gestão pedagógica. A gestão administrativa que é a parte física da escola-instituição de ensino, suas atribuições são zelar pelos bens da escola, fazer bom uso deles, contribuir para sua manutenção, pois essas tarefas contribuem também para a formação dos alunos e para um processo pedagógico de qualidade, gerenciar a aplicação de recursos físicos, materiais e financeiros da escola e promover na escola a organização, atualização e correção de documentos, registros, diários de classe, estatísticas, legislação, etc. A Gestão Financeira, onde se controla o orçamento, prioriza gastos e os distribui favorecendo a escola a resolução de muitos de seus problemas de consumo, manutenção e reparos, pelo repasse de recursos feitos a ela pelo Governo Estadual e Federal e também dos recursos adquiridos pela própria escola através de doações e

campanhas, e a Gestão de Recursos Humanos, a Gestão de Pessoal que lida com os profissionais da instituição, alunos, familiares, toda a comunidade escolar.

Segundo Giancaterino (2010, p.39-41), a gestão realizada pelas escolas, possui sua característica principal resumida em três palavras: autonomia, participação e autocontrole.

Para o autor, a autonomia permite à escola a praticidade quanto à busca de soluções ligadas às necessidades dos alunos e família, a participação refere-se à democracia e às tomadas de decisões que envolvem os alunos, professores, funcionários e toda a comunidade que desejam participar e vivenciar o desempenho da escola e o autocontrole é essencial para o funcionamento da escola, pois desta forma permite o retorno das informações.

Uma boa gestão respeita as normas comuns do sistema, onde a própria escola cria e pratica a sua proposta pedagógica e também administra a equipe de profissionais, cuidando do ensino aprendizagem dos alunos e sendo um articulador entre família e escola.

Para Luck (2013, p.36),

Gestão organizacional corresponde ao processo de gerir dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo de participação e compartilhamento, autocontrole e transparência.

Esta gestão trata da orientação exercida por toda a equipe, onde o gestor deve considerar a democracia para toda a comunidade escolar, dando importância para participação de todos nas decisões, permitindo a interação e o trabalho conjunto.

Na ótica de Giancaterino (2010, p. 72), o diretor de escola tem como função promover um bom funcionamento da escola, desenvolver a habilidade de resolução de problemas, buscar inovar visando a melhoria do ensino e, conseqüentemente, a qualidade da educação. Além disso, o diretor deve administrar e inovar, mesmo sendo características contrárias elas tornam-se possíveis se o diretor for democrático, compartilhando as funções e ouvindo os segmentos que compõem a escola.

Uma boa gestão fortalece seus princípios comuns estimulando a democracia, sendo norteadores de uma autonomia competente, articulando assim a dinâmica do conjunto tanto no âmbito do sistema quanto da escola e também na sua interação, visando promover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula, promovendo o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e focando sempre no acompanhamento e na avaliação dessa participação, tendo como referência os objetivos da aprendizagem, garantindo assim a realização da aprendizagem de todos os alunos (FERREIRA E SOUZA, 2009).

O papel do gestor passa a ser visto de forma diferente, ele não é mais um administrador, e sim um líder que possui várias competências, tendo não somente que administrar um ambiente, mas trabalhar com pessoas, visando à democracia, e as tomadas de decisões em conjunto.

Em *Gestão Escolar: Desafios e Possibilidades* (2009, p. 30), Ferreira e Souza afirmam que compete ao diretor de escola, conhecer todos os processos que orienta, e neles, intervir com os demais sujeitos, visando atingir melhores resultados. Esta competência de coordenar, orientar e mediar pressupõe a garantia da autoridade do dirigente.

É uma nova ideia sobre entendimento de organização educacional dentro do sistema de ensino e da própria escola, que realiza o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações do meio.

A interatividade social, a democratização, e a compreensão das relações interpessoais são uma base para o trabalho pela educação.

Luck (2013, p. 65) cita alguns aspectos sobre essa transformação deixando de focar na ideia que a gestão escolar é apenas um setor administrativo.

(...) da óptica fragmentada para a óptica organizada pela visão em conjunto; da limitação de responsabilidade para a sua expansão; da centralização de autoridade para a sua descentralização; da ação episódica por eventos para o processo dinâmico, contínuo e global; da burocratização e horizontalização; e da ação individual para a coletiva.

Dessa forma toda a comunidade escolar, como professores e alunos, ganha voz e a possibilidade de participação na construção desse ambiente e do projeto

político-pedagógico de forma interativa, democrática e sistêmica, visando à promoção da educação dos alunos, focando nas necessidades da sociedade, em prol da educação.

Cabe aos gestores não somente zelar pelo bom funcionamento da instituição, mas focar em todas as necessidades e a realização dos objetivos da escola. Sergiovanni (1996 apud Giancaterino, 2010, p. 48-49) subclassifica a autoridade dos gestores, em autoridade legítima, autoridade de posição, autoridade de competência e autoridade pessoal. A legítima engloba a capacidade de realizar ações em busca dos objetivos, tendo a parceria dos profissionais da educação com os quais gesta, tendo como base o Regimento Escolar; de posição, quando se é preciso atingir os objetivos, e não se conta com a aceitação do grupo, neste caso o diretor conta com o poder delegado a ele; de competência, neste caso o gestor entende do funcionamento da escola, horários, carga horária dos professores, tem a habilidade desenvolvida e o conhecimento necessário para exercer tal função; e, a autoridade pessoal, quando o diretor tem uma dinamicidade ao tratar com as pessoas, tendo habilidades especiais com as relações interpessoais. Todas estas categorias de autoridade estão vinculadas ao processo de ensino aprendizagem, que é o objetivo primordial da escola, e, conseqüentemente, do gestor escolar.

O poder da autoridade vem das competências pessoais, não esquecendo que esta forma de autoridade deve ser vista para um processo administrativo, pois este trabalho exige o comprometimento de todos com diálogo e confiança.

O diretor escolar é a função desempenhada na escola, com a tarefa de dirigi-la, através de ações e processos políticos pedagógicos – O diretor coordena o trabalho assumindo um papel significativo na gestão, através da participação, do diálogo, do envolvimento, da ideia do coletivo, do controle de responsabilidades.

Atendendo às leis da educação ele gerencia as atividades da escola, juntamente com os especialistas que formam a equipe gestora, normalmente compostos pelo Coordenador Pedagógico que auxilia os professores na elaboração e diversificação de suas aulas. Busca alternativas junto aos professores para trabalhar os conteúdos propostos de forma mais efetiva, clara e que possa atingir aos alunos, melhorando e facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

O diretor tem que assumir uma liderança, ser a pessoa que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e

articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão de um projeto comum.

Na ótica de Giancaterino (2010, p. 45) o gestor deve ter trabalho diferente no âmbito educacional:

“Todavia esta perspectiva nos dias de hoje está ultrapassada. As transformações que surgiram, tanto no interior do sistema de ensino quanto no meio social, provocaram mudanças nas concepções da educação, do papel da escola na sociedade e do papel do professor no processo de aprendizagem. Desta forma, constatamos ainda entraves na administração e na autoridade do gestor escolar, indispensáveis ao ajustamento dentro do grupo social. Evidenciamos aqui, a necessidade de autoridade de um gestor escolar e que a autoridade deste, está na capacidade de efetuar movimentos em direção à realização dos objetivos escolares. Portanto, é necessário que essa autoridade seja descentralizada.

Focando na capacidade conceitual sobre a educação na gestão escolar em si e tudo que envolve seu trabalho, na visão de conjunto e na perspectiva sobre a natureza da educação; no papel educacional da escola e dos seus profissionais e na demanda educacional dos alunos, e no envolvimento com a comunidade, o diretor precisa ter conhecimento em algumas áreas para que possa exercer essas tarefas que a ele compete, bem como conhecimento sobre as documentações que regem o ambiente escolar como a Constituição Federal e Constituição Estadual; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais dos diversos níveis e modalidades de ensino; Diretrizes Curriculares Estaduais; a Legislação Educacional de seu Estado e do seu Município; o Estatuto do Magistério; e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.3 Educação do Campo

A política de Educação do Campo, conforme o decreto nº 7.352/2010 destaca que as Escolas do Campo têm sua identidade constituída pelos sujeitos que nela atuam, pois, a Escola do Campo é aquela situada da zona rural ou urbana, com alunos predominantemente da zona rural.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços

pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (...) A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, s/p)

Tendo seus protagonistas, os trabalhadores do campo, busca-se uma educação ligada aos interesses sociais dessas comunidades. A escola do campo é assim definida por receber quilombolas, índios, pescadores, extrativistas, agrícolas, assentados, e não somente por localização, extrapolando os limites do “rural” ou do “urbano”. Muitas vezes, essa escola, é o único acesso à cultura, as atualizações do trabalho, as inovações tecnológicas e a sistematização do conhecimento para esses cidadãos. Existe nesta busca por educação, uma história de resistência, uma luta para inseri-las na dinâmica social, política e econômica do campo como escolas públicas de qualidade abertas às demandas por tecnologias, cultura e trabalho dessa população. A luta por assentá-las com qualidade na comunidade, fortalecendo a identidade cultural.

Conforme Caldart (2012, p. 259), no Dicionário da Educação do Campo:

Objetivos e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

A expressão Educação do campo veio logo após discussões em conferências nacionais, antes disso a expressão utilizada era Educação Básica do Campo, onde no Brasil denominava-se Educação Rural, tendo como referência o trabalho do camponês.

Esta mudança de denominação é citada no dicionário da Educação do Campo, (CALDART, 2012, p. 259) onde os autores citam que:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual Meio Rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que

hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político.

A preocupação com essa mudança vem desde a importância da escolarização do povo camponês até sua participação social.

A Educação do Campo é um movimento que luta pela conquista de políticas públicas e neste sentido, quer, antes de tudo, que a população camponesa tenha o direito de acesso e permanência em uma escola com condições físicas e pedagógicas para garantir um ensino de qualidade. Por outro lado, o ensino de qualidade é entendido como aquele que possa responder as demandas destes povos, relacionadas à produção e à divulgação de conhecimentos e técnicas vinculadas ao trabalho, ao lazer, à cultura e à vida cotidiana, para que as populações camponesas tenham garantidas as condições de existência no campo.

Essa luta visava sempre à ideia de garantir aos trabalhadores o direito à educação, a uma escola que tenha foco no seu trabalho, na sua realidade e nas suas lutas para assim poder falar em universalização da educação básica, dando a estes o direito de uma educação “do” e “no” campo.

Quanto à opção por estes termos, destaca-se a afirmação de Caldart (2005, p. 27): “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, e suas necessidades humanas e sociais”.

Esta forma de educação é uma prática social, com suas características próprias ainda no próprio Dicionário da Educação do Campo:

Constitui-se como prática social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A educação do campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido.

A Educação do campo busca uma identidade própria, com propostas pedagógicas que fazem como referência o próprio campo, e não apenas a cópia de

modelos das escolas urbanas, para que haja compreensão da realidade e o direito de cultivar essa identidade.

No livro *Educação Básica do Campo* (p.40), seus organizadores definem a escola como:

Entende-se por escola do campo aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo.

A escola deve então, assumir um compromisso ético e moral destas práticas educacionais, o compromisso com a intervenção social como projetos de desenvolvimento regional e o compromisso com a cultura do povo.

Todo esse movimento pela educação do campo e toda a articulação das entidades, movimentos e das experiências contribuíram para a aprovação, em 2002, pela Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Nestas Diretrizes a identidade da Escola do Campo é:

definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.(DIRETRIZES, Art. 2º, Parágrafo único).

Trabalhar o vínculo entre educação e cultura, desenvolvendo o amor à terra e o incentivo de cultivá-la, construindo referências, e transformando este espaço escolar em um ambiente novo, com seu próprio jeito de ser e fazer, pois as comunidades do campo apresentam singularidades. A escola além de ser um lugar com foco educativo é também um “símbolo cultural” um ponto de referência para a comunidade que ali vive, e visando o coletivo onde a solidariedade e participação da comunidade anda junto à equipe escolar, solidificando e enfatizando o processo de gestão democrática da escola.

A partir da retomada do processo de construção da Educação do Campo no Brasil, é preciso apontar alguns aspectos fundamentais para a construção das Escolas do Campo. Partindo da compreensão de Educação como “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e do entendimento que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, os “currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. (Art. 1º, 22 e 26, LDB 9.349/96). A essa compreensão da Educação, da Educação Básica e do Currículo soma-se a compreensão de que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES OPERACIONAIS, Art. 2º, parágrafo único).

A escola do campo tem a necessidade de contribuição para com a realidade camponesa, O Artigo 28, da LDB, diz que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

A gestão democrática da escola do campo deve realizar uma prática educativa que contribua efetivamente para com o desenvolvimento das relações sociais do campo, buscando oferecer um espaço de valorização do povo camponês, devido também a realidade que este povo vive, e as barreiras que enfrentam para estar na escola.

Na série Tecnologia no Campo, a autora Walquíria Lins (2015) cita em seu texto A Escola do Campo Também é de Verdade, algumas das realidades vividas pelo povo camponês:

A escola de verdade, desejo das nossas crianças, pode estar no campo e ser multisseriada com uma cultura de saberes e fazeres docentes voltados para a diversidade e aberta para a vida da comunidade. Essa pedagogia vem sendo construída há séculos por docentes que se acordam às 4 horas

da manhã, viajam muitos quilômetros em estradas de barro, retornam para um segundo expediente e prosseguem nas pós-graduações noturnas das faculdades do interior do país. Está sendo reinventada por docentes forjados no desafio de construir conhecimentos em espaços e tempos pedagógicos bem mais complexos que o paradigma curricular seriado, fragmentário, hierárquico e disciplinar.

Assim, pela primeira vez na legislação, houve uma referência explícita à especificidade e diferenciação quanto à oferta de educação básica para a população, sendo resultado da articulação dos movimentos sociais e das reivindicações e experiências educativas do movimento sindical e foi por essas lutas que:

novas práticas pedagógicas através da educação popular que motivou o surgimento de diferentes movimentos de educação no campo, nos diversos estados do país. Mas foi na década de 1980 que estes movimentos ganharam mais força e visibilidade. (II CNEC, 2004).

O papel da Supervisão de Educação no/do Campo, reporta-se como função do setor, a composição, desenvolvimento, articulação e integração de ações e parcerias de acordo com as particularidades que nele existe, o trabalho do supervisor escolar, bem como dos demais integrantes da equipe gestora em uma comunidade rural precisa antes de qualquer coisa ter seu olhar voltado para as peculiaridades do entorno da escola, mantendo aberta para a população, pois a comunidade tem a escola como referência, desta forma o trabalho deve ser voltado à reconstrução do saber, desmistificando valores inexistentes e as ideologias que os cercam. A equipe docente, diretiva e comunidade devem juntos, pensar e criar caminhos de transformação do contexto da escola e da sociedade em que vivem. Bem como dos professores que atuam na escola de tempo integral do campo implica entender um espaço de elevada riqueza diferente das demais escolas, o que sugere pensar a educação no sentido de desafio sobre o tradicional quando trata-se do processo pedagógico.

Segundo Tironi e Gomes (2013, p.5530), em seu artigo que trata da educação do campo em tempo integral:

Tais premissas exigem do professor disposição, envolvimento e curiosidade, de modo que perceba as potencialidades interventivas e proporcione aos

educandos aulas atrativas e com aplicabilidade prática. Outro desafio observado envolve a necessidade da dissolução dos formatos de planejamentos individualizados suprimindo organizações coletivas qualitativas, onde o rompimento da “rotina” torna-se, por vezes, tarefa complexa, seja em decorrência ao afastamento provocado pela dinâmica diária ou pela não preferência às propostas de trabalho interconectadas interdisciplinarmente.

O município de Alegrete possui uma Proposta Pedagógica para Escolas do Campo, com base no grande número de pessoas residentes no meio rural e visando as mobilizações sociais que volta o atendimento e as especificidades do povo do campo, ofertando Educação do Campo, em nove polos educacionais.

A Educação do Campo no município de Alegrete segue os seguintes princípios conforme o Decreto nº 7.352/2010:

- I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Com base nestes princípios, o município de Alegrete oferta a Educação do Campo, em turno integral (7 horas) diárias que em sua resolução, é previsto um currículo integrado para a escola em tempo integral, no qual o estudante deve ter acesso às diversas formas de ensino, bem como experimentação científica, cultura, artes, esporte, lazer, tecnologias de comunicação, direitos humanos, preservação do meio ambiente, saúde, entre outros componentes, que devem estar articulados às mais diversas áreas do conhecimento, vivências e práticas socioculturais. Em nove escolas polos, que se engajam numa perspectiva de desenvolvimento de uma escola pública que cumpra com a sua função social, que é a de permitir às crianças,

adolescentes e jovens o acesso ao conhecimento, contextualizando-o com o mundo em que vivem. Buscando o acesso e permanência dos alunos na escola, com um ensino de qualidade, promovendo a cidadania, gerando possibilidades para a inserção no mundo do trabalho, respeitando as identidades dos sujeitos do campo, assim como a continuidade dos estudos (Proposta Pedagógica das Escolas do Campo, 2015, p.15).

A Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9.394/96 mostra os avanços da educação do campo conforme artigo 26:

Os currículos de ensino fundamental de médio devem ter uma base comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma base diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e clientela.

Visando as leis da Educação Nacional, o Município proporciona uma educação no e do campo, de qualidade, possibilitando o fácil acesso e permanência dos moradores do campo à escola.

4 O PROJETO DE INTERVENÇÃO: COMPREENDENDO A PRÁTICA DO SUPERVISOR ESCOLAR A PARTIR DE DIÁLOGOS DO CAMPO

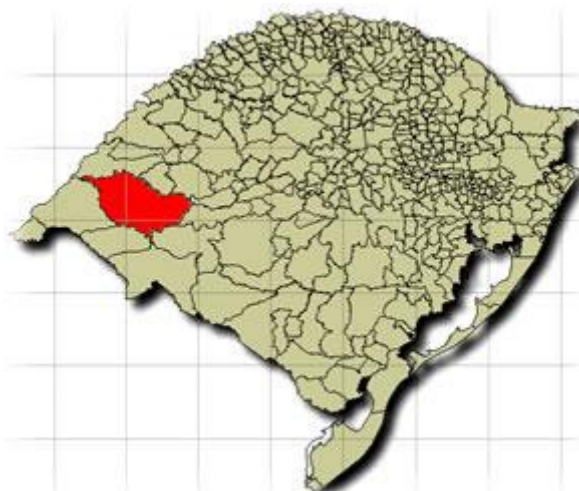
4.1 Diagnóstico

O diagnóstico é apresentado em três partes: primeiramente, é apresentada a contextualização da Educação no município de Alegrete, a contextualização do objeto de intervenção (contextualização da escola, alunos, transporte escolar) e da intervenção (a partir do questionário aplicado no primeiro encontro).

4.1.1 Contextualização da Educação do Município de Alegrete

Alegrete é um município localizado na Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 488 quilômetros de distância da capital do Estado, Porto Alegre. Com base no Censo de 2010, constata-se que possui uma população de 77.653 pessoas. Deste, 69.594 pessoas residem na zona urbana da cidade, enquanto 8.059 pessoas residem na zona rural do município.

Figura 1: Localização do Município no Mapa do Estado do RS



Fonte: Prefeitura do Alegrete/RS

O município de Alegrete/RS possui uma área territorial de 7.800km², caracterizando-o assim como o maior município do Estado em Extensão Territorial. O relevo predominante na região são as planícies, a paisagem característica são os campos nativos e as matas ciliares. Alegrete está totalmente sobre o Aquífero

Guarani. A cidade é dividida em dois distritos (Alegrete e Passo Novo) e sete subdistritos, assim de definidos.

Tabela 1 - Divisão de distritos e subdistritos de Alegrete

	<i>Extensão Territorial</i>		<i>Extensão Territorial</i>
1º Distrito Alegrete	108 Km ²	2º Distrito Passo Novo	1.016 Km ²
2º Sub-distrito Itapororó	948 Km ²		
3º Sub-distrito Durasnal	796 Km ²		
4º Sub-distrito Vasco Alves	826 Km ²		
5º Sub-distrito Inhanduí	1.541 Km ²		
6º Sub-distrito Catimbau	733 Km ²		
7º Sub-distrito Guassu Boi	958 Km ²		
8º Sub-distrito São Miguel	1.010 Km ²		

Fonte: Prefeitura do Alegrete/RS

As grandes distâncias justificam a necessidade do Transporte Escolar para os alunos da Zona Rural, que estudam nos Polos Educacionais. Um dos entraves destas distâncias é também o tempo de permanência dos alunos no ônibus/Kombi, para atender os 925 alunos matriculados, apenas na Zona Rural da Rede Municipal.

O município de Alegrete oferta a Educação Infantil em 48 estabelecimentos, destas 28 instituições municipais, 9 estaduais, e 11 escolas privadas. O Ensino Fundamental é ofertado em 45 escolas, destas 22 municipais, 19 estaduais e 4 privadas. O Ensino Médio é oferecido à população alegretense em 15 estabelecimentos, 4 municipais, 8 estaduais, 1 na esfera federal e 2 escolas privadas. Portanto, o município possui 19 escolas estaduais, 34 escolas municipais, 1 federal e 11 privadas.

O Ensino Superior é ofertado em 5 instituições: Unipampa, Instituto Federal Farroupilha, Universidade da Região da Campanha, estas presenciais e Unopar e Uniasselvi, na modalidade de ensino à distância.

Na área educacional, a Rede Municipal é composta por 12 Escolas exclusivamente de Educação Infantil, totalizando 1.568 alunos matriculadas na faixa

etária de 0 a 5 anos. São 12 instituições que ofertam a Educação Infantil – Níveis A e B (crianças de 4 e 5 anos) e Ensino Fundamental, de 1º a 9º ano, na zona urbana, com 2.885 alunos matriculados. Destas, 3 escolas ofertam a Educação de Jovens e Adultos, com 195 alunos matriculados. Além das escolas da Zona Urbana, o município de Alegrete tem 10 Escolas do Campo, sendo 1 escola de Educação Infantil, totalizando 796 alunos matriculados. Destas Escolas do Campo, 4 ofertam o Ensino Médio, totalizando 129 alunos matriculados. Dados estes fornecidos pelo Setor de Registro Escolar da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Alegrete/RS.

A Rede Estadual no Município de Alegrete, em 2015 teve o seguinte Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no 5º ano do Ensino Fundamental, 5.6, ultrapassando a meta prevista para 2017; e nos anos finais, 4.0, não atingindo a meta projetada que era de 4.6.

Enquanto a Rede Municipal, em 2015, nos anos iniciais obteve 4.9 de IDEB, ultrapassando a meta projetada que era de 4.5; e nos anos finais, 3.7, ficando aquém da meta projetada que era de 4.7. Sendo um desafio para este ano de 2017, em que é necessário, no mínimo, manter o índice nos Anos Iniciais e, obrigatoriamente, elevar o índice dos Anos Finais.

4.1.2 Contextualização do objeto de intervenção:

A Escola Municipal de Educação Básica Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição está localizada no 7º Subdistrito do Guaçu-Boi no município de Alegrete, Localidade da Conceição, com estrutura física de quatro prédios, sendo: um com refeitório, cozinha, dispensa, cantina e cozinha extra com churrasqueira, anexo sala de almoxarifado (de madeira), com área lateral; um administrativo, com uma sala para secretaria, uma para direção, uma coordenação pedagógica, uma para orientação educacional, uma sala de professores, uma biblioteca e um banheiro masculino e feminino para professores e funcionários; um prédio com 8 salas de aula (Anos iniciais e 6º e 8º anos do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio); um prédio com cinco salas de aula (9º ano do Ensino Fundamental, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, Sala de Educação Infantil e Sala do antigo Laboratório de Informática que está desabilitado e foi transformado em sala de aula – 7º ano do Ensino Fundamental).

Para exemplificar apresento a fachada da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, em Alegrete, RS.

Salienta-se que todos os registros fotográficos eram de conhecimento da direção da escola, bem como da comunidade escolar, que tinha conhecimento deste projeto de pesquisa.



Além da fachada da escola, são apresentadas algumas fotos da estrutura da escola, na primeira foto, é o registro do pomar (em desenvolvimento) e dos fundos do prédio do Ensino Médio (2ª e 3ª séries) e 9ª ano do Ensino Fundamental, além dos banheiros dos alunos e Educação Infantil. O prédio em madeira, é uma peça do antigo prédio da escola, que é utilizado como depósito. Na segunda e a quarta fotos, a lateral do prédio, onde são atendidos os alunos de 1º ao 6º anos e 8º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio. A terceira foto, compreende a fachada do prédio administrativo e a lateral da área do refeitório e cozinha. A quinta e a sexta foto, apresentam a área central dos prédios da escola, em que é possível visualizar três dos quatros prédios em que a escola funciona.



Além dos prédios, a escola possui uma casa para o zelador e família, possui uma sala para experiências práticas de ciências – em construção, possui uma estufa orgânica, pomar – em construção, minhocário. A escola possui uma pracinha com balanços, gangorra, macaquinho, gira-gira e escorregador (em conserto). Também possui uma quadra de areia de vôlei, um campo de futebol e em construção: dois espaços para prática de vôlei em duplas e trios.

As fotos abaixo, exemplificam os locais citados: estufa orgânica, minhocário em construção, pomar (sendo plantado), além de outras atividades práticas realizadas com os alunos. Obs.: Os registros foram realizados com a autorização para uso de imagem, os alunos e professores envolvidos tem conhecimento da Pesquisa realizada na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição sobre a prática do Supervisor Escolar e a necessidade de serem feitas as fotos para melhor compreensão dos espaços que a escola ocupa.



No entorno da escola, há um Posto de saúde, mantido pela Prefeitura Municipal de Alegrete, uma Sede, que a comunidade utiliza para vários acontecimentos e eventos públicos e um Salão de Eventos Bella Vista.

A EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, oferta a Educação Básica, sendo uma turma de Educação Infantil – Nível A e B, uma turma de cada ano inicial e ano final do Ensino Fundamental e uma turma de cada do Ensino Médio, sendo treze turmas, em turno integral, das 9h às 16 horas, totalizando 209 alunos atualmente, alunos estes oriundos do Inhanduí, Jacaraí, Silvestre, Guaçu-boi, Itapororó, Conceição, localidades estas da zona rural do município de Alegrete. Os alunos vêm para a escola de transporte Escolar.

EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, em meados de 1956, durante a administração do então Intendente (prefeito) Municipal de Alegrete, senhor Waldemar Borges, teve construído um prédio de alvenaria, tendo como denominação de Escola Municipal Joana Noronha, nome este sugerido pelo então subprefeito desta localidade, o senhor Murillo Nunes de Oliveira em homenagem segundo consta a sua primeira professora. Estando os alunos colocados em séries pluriseriadas da 1ª à 5ª série.

A política de nuclearização ocorreu no Brasil de forma vertical buscando atender aos interesses da lógica mundial caracterizada pela modernização, racionalização de recursos e privatização, e pelo reajuste de políticas educacionais [...] o agrupamento dos estudantes dessas unidades em uma escola central: a escola polo. [...] o processo de nuclearização das escolas rurais [...] visava garantir a melhoria da qualidade do ensino e igualdade de condições de acesso ao ensino fundamental completo. (ROCHA, VALENTINI, 2015, p.71-72)

Assim, através da política de nuclearização, nos registros de atas que encontramos na Secretaria de Educação e Cultura, tendo por número 14 de 1990, no dia 23 de fevereiro na Escola Municipal de Primeiro Grau Joana Noronha, a Secretária de Educação Professora Ana Regina Gorski Rodrigues, vem informar a comunidade da implantação do Polo Educacional na comunidade, tendo um ensino de melhor qualidade por ser equiparado ao da cidade, onde o aluno será atendido por série e o professor será titulado e o transporte gratuito. Através do agrupamento das pequenas escolas, deixará de ser atendido por um só professor, cujo segundo os representantes da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) o rendimento não é satisfatório, embora haja empenho do professor, tendo um projeto para que os alunos que estudam nos Polos tenham prioridade para estudar na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (hoje Instituto Federal Farroupilha).

Em 1992 na ata de nº 002 encontramos uma reunião na Escola Municipal Laurindo Ramos, com assuntos referentes a implantação do Polo Educacional, a secretária de Educação Regina Gorski Rodrigues falou sobre a importância dos Polos Educacionais nesta primeira fase, oferecendo o ensino do primeiro grau completo de primeira a oitava série. Declarou que a segunda fase do projeto inclui atendimento médico odontológico na sede dos Polos. Também falou que serão nomeados professores e os que fazem parte das escolas atuarão em setores do Polo. A preocupação não é só com o ensino, mas com o desenvolvimento da comunidade rural. Participaram dessa reunião professores, pais e o representante senhor Darci, que coordena a campanha de mobilização para angariar fundos, para melhorias na escola e aquisição de transporte escolar. Na sua manifestação o senhor Darci falou sobre a importância do polo educacional e melhoria do ensino e da vida para o pessoal da zona rural.

Na ata de número 03\92 aos 13 de janeiro de 1992, reuniram-se na Escola Joana Noronha, para implantação do Polo Educacional, fazendo parte as seguintes

escolas: Laurindo Ramos, Santa Cecília, Edson Galvão, Getúlio Vargas, iniciando com classe de pré-escola e de primeira a sexta série, construção de 03 salas de aulas, transportes feito com supervisão da professora da escola.

Na ata de número 18 de 26 de abril de 1992, realizou-se na Escola Municipal de Primeiro Grau Murillo Nunes de Oliveira sede do Polo Educacional da Conceição, uma reunião com a comunidade escolar coordenada pela Secretária de Educação Ana Regina Gorski Rodrigues, para tratar sobre o início das atividades escolares, foi explicado o que é um Polo educacional, como sede da educação e como centro de cultura e desenvolvimento.

No ano de 2017, o Polo da Conceição comemorou os seus 25 anos na localidade, tendo em seu quadro de profissionais da Educação 1 diretora, 1 vice-diretora, uma Especialista em Educação – Supervisão Escolar no cargo de coordenadora pedagógica, uma Especialista em Educação – Orientação Educacional no cargo de Orientadora Educacional, uma agente administrativo no cargo de secretária, uma professora I no cargo de bibliotecária, 1 professora I de Educação Infantil, 5 professoras de Anos iniciais e 10 professores II para atender os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A escola conta com 4 funcionárias na Cozinha (duas em laudo por tempo indeterminado), 2 funcionários para a manutenção e limpeza da escola e 1 zelador.

Além das disciplinas obrigatórias, os alunos, no ano de 2017, contam com as atividades do Programa Novo Mais Educação, ofertado pelo Governo Federal, com atividades de Língua Portuguesa, Matemática, Dança, Música (Banda) e Judô.

Ainda são ofertadas atividades de Ciências através do projeto Escola Viva, que iniciou em parceria com a Universidade Federal do Pampa. O intuito da Gestão da Escola é de melhorar o índice de reprovação do ano 2015, e conseqüentemente, que a aprendizagem se efetive e não haja distorção idade/série.

Quanto a faixa etária dos educandos da escola, 28% tem entre 9 e 12 anos, 42% tem entre 13 e 15 anos, 22 % tem entre 16 e 18 anos, e 8% tem mais de 18 anos.

Os alunos da escola moram com os pais e/ou responsáveis, 32 % possui 1 irmão, 28% tem 2 irmãos, 15% tem três irmãos, 10% tem quatro irmãos e 15% tem mais do que quatro irmãos. Destes 55% tem irmãos que estudam no Polo da Conceição, em sua maioria nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Quanto ao questionamento se ajudam em casa, 56% ajudam apenas no serviço de casa, 10% ajudam só no serviço de campo e 34% ajudam no serviço de campo e casa após chegarem da escola e nos fins de semana e feriados.

Quando questionados sobre de onde vieram transferidos, os alunos que estudam no Polo da Conceição, 36% vieram da cidade, os pais à procura de emprego, 30% vem de outros polos educacionais, ou seja, são pais que já trabalham na zona rural, trocam de estância ou granja, e, 34% vêm de outra cidade.

Os pais de 73% dos alunos sempre trabalharam no campo, enquanto 27% trabalham ora na cidade, ora no campo. Destes 70% dos pais e mães trabalham para garantir o sustento da família e 30% apenas os homens trabalham. A maioria dos pais dos alunos tem entre 35 e 45 anos de idade (50%), 25% tem entre 25 e 35 anos de idade, 20% tem entre 45 e 55 anos de idade e 5% tem acima de 55 anos. Quanto ao grau de escolaridade dos pais dos alunos, 70% não possui o ensino fundamental completo, 10% concluiu o ensino fundamental, 10% tem ensino médio, 3% possui ensino superior e 7% são analfabetos.

Dos alunos matriculados na escola, 30% é proprietário do local onde mora, 70% é funcionário de granja e estâncias da região. A faixa salarial para 70% dos pais é de 1 a 2 salários mínimos, 20% tem renda de 3 salários mínimos e 10% tem renda acima de 4 salários mínimos. O bolsa família beneficia 30% dos alunos matriculados no Polo da Conceição. Quanto ao acesso à internet, 65% dos alunos afirmam possuir acesso à internet em casa, enquanto 35% não acessam a internet.

Quanto à atividade produtiva nas propriedades, 35% trabalha com a origem vegetal, 25% possui vegetal e animal e 40% só animal.

No ano de 2015, as turmas de 5º ano e 8ª série do Ensino Fundamental submeteram-se à PROVA BRASIL. Neste ano foi divulgado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, calculado de acordo com o resultado da PROVA BRASIL e o índice de repetência e evasão, observado em dois anos (2014/2015). Os anos iniciais (5º ano do Ensino Fundamental) atingiram a nota 5.2, ultrapassando a meta prevista para 2017. Enquanto os anos finais (8ª série) atingiram 2.3, ficando abaixo da média municipal.

No ano 2015, a escola teve 23,64% dos alunos reprovados, alunos estes matriculados do 3º ano do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio. No ano de 2016, este número cresceu, é de 24,36% de alunos reprovados.

Este questionário teve como objetivo reconhecer quem são os alunos que estudam na escola, qual o sustento de suas famílias e em que condições vivem, para que assim o quadro de profissionais que atuam com estes educandos, tenha conhecimento da realidade escolar e familiar dos alunos para assim efetivarem seus planejamentos.

Rocha & Valentini, na obra *Escola do Campo: desafios para o enraizamento de uma prática educacional democrática*, pesquisa realizada no município de São Gabriel/RS, afirma que:

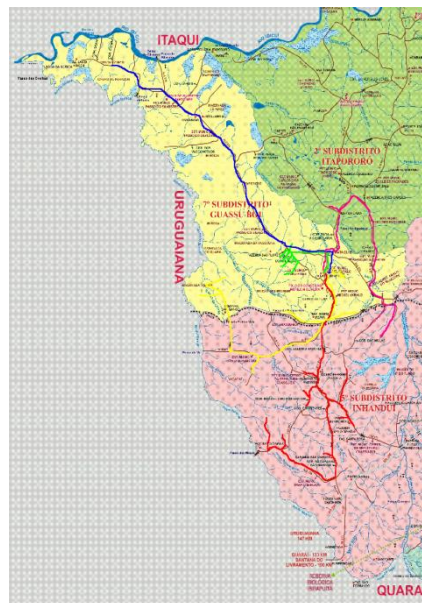
O acesso da população do meio rural à educação escolar das Escolas Polo revela um quadro restrito e desgastante, uma vez que longas são as distâncias e vulneráveis condições de trafegabilidade as estradas. Este fato impõe a muitos estudantes iniciarem sua jornada em direção às escolas na madrugada [...] (ROCHA, VALENTINI, 2015, p.68)

Realidade vivenciada no município de Alegrete/RS, na EMEB Murillo Nunes de Oliveira, pois para atender a demanda de 209 alunos, a escola conta com 7 linhas do Transporte Escolar, que circulam diariamente, em média 1.200km (um mil e duzentos quilômetros). Destas 7 linhas, 4 linhas (ônibus) iniciam na Zona Rural, em que os motoristas residem em Estâncias e Granjas, em que são cedidas acomodações para que eles morem; 2 linhas saem da empresa Nogueira, sendo uma Kombi e um ônibus; além desses, 1 linha faz o transporte dos professores e dos alunos que residem na estrada principal até a Escola.

Para exemplificar as distâncias percorridas pelos Transportes Escolares, trago o mapa rural do município de Alegrete/RS, tendo destaque as regiões em que os alunos matriculados na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição são oriundos.



Recorte do Mapa da Zona Rural de Alegrete, com demarcação em colorido (azul, rosa, amarelo, azul e verde limão) nas estradas em que o Transporte Escolar da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição circula, para melhor esclarecimento das distâncias percorridas.



Para representar algumas das dificuldades encontradas no deslocamento dos alunos de suas casas até a escola, trago alguns registros das estradas.



É possível observar nas fotos acima, a precariedade das estradas, e por Alegrete/RS ter uma grande extensão territorial, a manutenção das vias da Zona Rural sempre é um dos problemas das gestões municipais. Os motoristas fazem o necessário para conduzir os alunos para a escola, com segurança. Este é o registro de apenas uma linha, das sete, que realizam o Transporte Escolar da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição. Nesta linha tem alunos que fazem em torno de 100 km diários para chegar até a escola, saindo de suas residências em torno de 6 horas da manhã, para chegar a escola somente às 9h, horário em que iniciam as aulas. Além de mais 100 km de retorno da escola até suas casas.

Esta situação faz com que a Escola do Campo, tenha uma metodologia diferenciada, não só em sala de aula, mas em toda a organização, destacando intervalos e alimentação.

Os alunos tomam o café da manhã às 9 horas da manhã, tem um intervalo às 10h30min, o almoço é servido a partir das 12h10min, e o lanche da tarde é servido às 14h20min. Sempre levando em consideração que alguns alunos permanecem no ônibus durante três horas, e que este lanche deve sustentá-los até a chegada em casa.

4.1.3 Contextualização da intervenção

A intervenção aconteceu na Escola Municipal de Educação Básica Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, que oferta desde a Educação Infantil – Nível A até o Ensino Médio. Os sujeitos da pesquisa são os Professores I (regentes de Educação Infantil e Anos Iniciais) da escola.

Conforme Damiani (2012):

Denominam-se intervenções as interferências (mudanças, inovações), propositadamente realizadas, por professores/pesquisadores, em suas práticas pedagógicas. Tais interferências são planejadas e implementadas com base em um determinado referencial teórico e objetivam promover avanços, melhorias, nessas práticas, além de pôr à prova tal referencial, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos. Para que a produção de conhecimento ocorra, no entanto, é necessário que se efetivem avaliações rigorosas e sistemáticas dessas interferências (p.3).

As pesquisas do tipo intervenção podem ser aplicadas, surgem da necessidade de inovação ou mudança, as práticas são avaliadas rigorosamente e sistematicamente, baseadas em métodos científicos. (DAMIANI, 2012, p.7)

Conforme GIL (2010), a intervenção pedagógica tem como objetivo colaborar para a resolução de problemas práticos, contrariando as bibliográficas que buscam ampliar conhecimentos, sem preocupação com contribuições possíveis na prática.

O Projeto de Intervenção resulta da análise da realidade e necessidade de resolver uma questão problemática, assim a partir do diagnóstico apresentado anteriormente, traçou-se o objetivo de compreender a função do Supervisor Escolar de uma Escola do Campo: o caso da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo de Conceição.

Como instrumento de coleta de dados, escolhemos a análise documental, que segundo Moreira (2005):

Consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos.

A análise documental também visa à descrição e representação dos documentos de uma forma unificada e sistemática para facilitar sua recuperação. (IGLESIAS; GÓMEZ, 2004)

Para Garcia Gutierrez (1984):

A análise documental compreende uma técnica documental que permite, mediante uma operação intelectual objetiva, a identificação e a transformação dos documentos em produtos que facilitem a consulta dos originais em áreas de controle documental e com o objetivo último de serviço à comunidade científica.

Foram analisados dados dos índices de reprovação, índice de desenvolvimento da educação básica e materiais do setor da coordenação pedagógica (diagnósticos disponíveis).

O processo de intervenção buscou compreender a prática do Supervisor Escolar em uma Escola do Campo no município de Alegrete, RS. Além disso, também visou analisar a gestão escolar de uma escola do campo, a partir do contexto dos altos índices de reprovação; discutindo o contexto da aprendizagem dos alunos da escola EMEB Murillo Nunes de Oliveira; respeitando as peculiaridades da gestão escolar em uma Escola do Campo; contribuindo para a gestão da Supervisão Escolar da EMEB Murillo Nunes de Oliveira; buscando a efetivação da aprendizagem em sala de aula, refletida nos índices de aprovação e IDEB.

Os encontros receberam o nome de “Diálogos do Campo”, pois a intervenção aconteceu em uma escola do campo, tendo como foco a prática do supervisor pedagógico na escola do campo, considerando a realidade da comunidade, provocando os participantes da intervenção a conhecerem quem são os sujeitos sociais com os quais trabalham, buscando analisar a prática pedagógica respeitando as diferenças e refletindo sobre a função do supervisor na escola do campo.

Diálogos do Campo é roda de conversa, em que todos participam da temáticas pré-estabelecidas, podendo conversar e escutar a opinião e a realidade de cada escola, conforme Moura & Lima (2014):

As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. (MOURA; LIMA, 2014, p. 101)

O mediador tem papel primordial nos Diálogos do Campo, pois precisa seguir a pauta estabelecida, pois não é um momento em que se pode falar tudo que quer, existe um roteiro a ser seguido, o qual foi planejado para que os objetivos de cada encontro sejam atingidos.

O diálogo não é uma situação na qual podemos fazer tudo o que queremos. Isto é, ele tem limites e contradições que condicionam o que podemos fazer.... Para alcançar os objetivos de transformação, o diálogo implica em responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos (FREIRE; SHOR, 1987, p. 127).

Assim foram propostos encontros de estudo e discussão sobre a realidade das salas de aula, nas turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, totalizando então seis sujeitos da pesquisa.

Os Diálogos do Campo foram realizados durante o ano letivo de 2017, em horário de reuniões pedagógicas, com duração de 3 (três) horas, cada encontro, totalizando 10 encontros, conforme agendado com a direção da escola e calendário escolar pré-estabelecido.

A apresentação do projeto de intervenção foi realizada em reunião pedagógica, momento em que todos os professores foram convidados a participarem, sendo livre opção a participação. Foram apresentados os objetivos da proposta e a organização das atividades a serem desenvolvidas, bem como foi realizado com o grupo de professores um questionário inicial para identificar as formações específicas dos professores, tempo de magistério, experiência em educação do campo, experiência como e com supervisor escolar, expectativas em relação ao trabalho do supervisor escolar para a aprendizagem efetiva e melhora nos índices de aprovação.

Como instrumento de coleta de dados, optei pelo questionário, por ser um conjunto de questões a serem preenchidos por escrito pelo pesquisado (Gil, 2002, p. 114), porque mede a opinião do respondente sobre determinado tópico, os seus interesses, aspectos a personalidade e informação bibliográfica (YAREMKO, HARARI, HARRISON & LYNN, 1986, p. 186 *apud* GÜNTHER, 2003, p. 2.)

Os sujeitos da pesquisa que responderam a este questionário inicial são 14 pessoas, 10 professores da Educação Básica e 3 integrantes da equipe gestora, 1 agente administrativo.

Quando questionados se residem no campo ou cidade, 100% dos pesquisados residem na zona urbana.

Os professores foram questionados sobre o tempo de atuação na escola, 46% atua no máximo há três anos na escola, 15%, entre 4 e 6 anos e 39% está na escola há mais de 7 anos. Quanto ao tempo de magistério, 15% tem menos de 5 anos de docência, 46% possui de 6 a 10 anos de atuação e 39% tem mais de 11 anos de magistério.

Um dos questionamentos utilizados pela pesquisadora foi sobre o motivo de terem escolhido atuar em Escola do Campo e qual o diferencial desta escola. Dentre as respostas, predomina que foram designados e não foi escolha, maior salário devido ao percentual de difícil acesso, os alunos são mais tranquilos e os pais mais participativos, dia a dia mais dinâmico, por seu turno integral, professores, funcionários e alunos interagem todo o dia no espaço escolar, a diversidade cultural dos alunos do Campo, a valorização do Profissional da Educação pela Comunidade Escola. Destaco que 15% dos pesquisados, afirmaram ter identidade com a Escola do Campo, pois iniciaram as suas vidas escolares em Escolas do Campo e se identificam com o meio rural e a comunidade. Dos professores, 46% informou que optou pela Escola do Campo, pois gostam do Campo, os demais não mencionaram a identificação nem o gosto pelo campo.

Quanto à formação dos professores, 8% possui Pós-graduação stricto sensu Mestrado, 15% possui a licenciatura e 77% possui pós-graduação lato sensu Especialização. Nenhum professor cursou alguma formação específica para Escolas do Campo, salientamos que não possuem por não haver oferta deste tipo de formação no município de Alegrete/RS.

Quanto à atuação no cargo de supervisor escolar, 27% informou já ter atuado nesta função, por no máximo 2 anos.

Os professores foram questionados sobre as suas opiniões em relação à função do supervisor escolar, obtivemos como resposta: auxiliar e articular o trabalho dos professores na escola, perceber as possibilidades de relacionar a realidade do campo com as atividades escolares; atuar dentro do espaço de trabalho acompanhando, supervisionando e favorecendo o diálogo e a busca de alternativas

que qualifiquem as atividades desenvolvidas pelo grupo de professores; orientar e coordenar os professores para que realizem seu trabalho em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola e dar apoio ao trabalho desenvolvido, acompanhar o fazer pedagógico dos professores, cobrar para que a proposta da escola seja desenvolvida; o supervisor escolar deve cumprir as normas da instituição, junto aos educandos, educadores e familiares suas exigências; atender e cumprir com as exigências dos alunos, pais e comunidade escolar; função importante, pois organiza toda a escola, as turmas, horários dos professores; ouvir, acompanhar e suggestionar amparando o professor dentro de suas atividades; é dinamizar e dar suporte a toda ação pedagógica da escola; responsável pela parte pedagógica da escola, por este motivo é o “coração” da escola; a sua função é acompanhar os trabalhos pedagógicos; função de dar suporte ao professor através de formações e estudos pertinentes ao processo de ensino aprendizagem; tem a função de ajudar no funcionamento geral da escola, tanto com os alunos quanto com os colegas; tem a função de conduzir o trabalho pedagógico oportunizando momentos de estudo e formação para os professores, bem como acompanhando as práticas pedagógicas e buscando junto aos docentes estratégias para que os alunos aprendam no espaço escolar.

Também foram questionados em relação à relevância da Supervisão Escolar na Escola do Campo: Propor, supervisionar e indicar meios para que os alunos tenham acesso ao conhecimento científico, assim como perceber que a comunidade também necessita de atenção e atividades voltadas para eles; profissional chave, pois é ele o responsável junto aos professores pela organização e resultados na aprendizagem; a relevância do supervisor da Escola do Campo é a mesma da escola urbana, não existe trabalho diferenciado entre a supervisão escolar do campo e da cidade; dar suporte aos educandos, educadores e comunidade escolar; cuidar, zelar e atender as exigências da comunidade escolar, seus direitos e deveres; a supervisão é necessária em qualquer ambiente; facilitar a organização das atribuições de cada profissional; é fundamental porque tudo é difícil no campo, nas áreas do conhecimento e formação de trabalho, cabe ao supervisor escolar orientar e ajudar seus professores a oportunizar isso para os alunos; é a mola mestra para a efetivação da aprendizagem; coordenar os trabalhos dos professores e acompanhar as aprendizagens dos alunos; é de suma importância, pois o mesmo deve dar suporte ao professor; o supervisor escolar é importante, pois no dia a dia necessita

de uma coordenação na sua estrutura funcional; o trabalho da supervisão na Escola do Campo é fundamental, porque é necessário conhecer a realidade e desenvolver um proposta que atenda as reais necessidades deste contexto.

Um questão respondida pelos profissionais da educação é em relação às características do setor de Supervisão Escolar: Organização do ano letivo (calendário, grupo de professores, atividades diversificadas); ativa, acessível, aberta ao diálogo, passível diante das dificuldades encontradas; cumprimento do projeto político pedagógico da escola; solução de problemas e zelar em cumprir o Projeto Político Pedagógico da escola; organizar as notas dos alunos e horário que cada professor tem que cumprir; percepção das necessidades do professor, articulando com o mesmo, possibilidades de ação; dinamismo, apoio pedagógico diário; dinamismo, responsabilidade, cooperação e a morosidade; coordenação do trabalho pedagógico, acompanhamento do rendimento escolar; ampla visão da Escola do Campo; elaboração da carga horária de cada professor, a necessidade de mudanças quando da falta de um professor; oportuniza acesso a encontros e formações (professores), conhece a realidade do campo (ou tenta aprofundar-se nesta realidade), valoriza os saberes do educando do campo, tem empatia e conhecimento da realidade.

Em relação aos entraves que este setor enfrenta: sendo um grupo de professores diversificado, muitas vezes, o supervisor não obtém sucesso, já que cada um pensa de um modo diferente; tempo para formações (individuais), a correria diária, envolvimento em várias atividades ao mesmo tempo, turno integral; os entraves existem porque os professores da Escola do Campo não foram preparados para desenvolver seu trabalho na Escola do Campo; falta de apoio da Secretaria de Educação; falta de recursos para que projetos sejam elaborados e usufruídos pela comunidade; falta de atenção e comprometimento em alguns casos; nem sempre os professores aceitam as intervenções do supervisão escolar; recursos tecnológicos, recursos humanos e didáticos; falta de compromisso dos professores que resistem em cumprir ordens; fazer com que a teoria vá de encontro a prática dos docentes; identificar as falhas oriundas de cada aluno, um canal mais efetivo com os professores (angústias, desejos, aspirações, satisfação); dificuldade em conciliar algumas teorias com a prática, falta de conhecimento da realidade do campo, pré-conceitos com os alunos do campo, afirmar que o conhecimento e as aprendizagens devem ficar restritas a realidade do campo.

Além de destacarem as funções do Supervisor escolar, as características e entraves, os profissionais revelaram as suas expectativas em relação ao setor: o trabalho do supervisor aconteça de forma efetiva, mas a melhora nos índices depende de vários fatores; o papel dos professores, pais e alunos; total apoio aos professores buscando suportes que tornem acessíveis trabalhar as dificuldades presenciadas nas turmas, obter melhores resultados na aprendizagem; a aprendizagem não depende somente do trabalho do supervisor escolar, é preciso comprometimento e responsabilidade por parte do professor; no desenvolvimento da aprendizagem dos educandos e na contribuição de valores nos educandos e comunidade escolar; mais cooperação por parte dos envolvidos construindo mudanças para que aconteça a aprendizagem efetiva de todos; articulação bem efetiva dos dois pilares da educação: o pensar e o fazer pedagógico; um trabalho continuado com professores e alunos abertos a nova educação que chega em nossas escolas; colaboração de todos os envolvidos no processo (professores, funcionários, família, alunos e equipe diretiva); fazer cumprir regras estabelecidas pela escola tanto para professores quanto para alunos; uma ligação mais efetiva com os alunos, tentando saber as dificuldades de cada aluno, ou os porquês de suas aspirações e interesses; um trabalho sério, comprometido e voltado a uma prática consistente qualifica as aprendizagens e oportuniza a aprendizagem a todos.

Finalizando o questionário, a pesquisadora solicitou sugestões para o Setor de Supervisão Escolar e estas foram assim destacadas: que o profissional seja presente diante do trabalho escolhido, pesquise, busque alternativas transformadoras, seja um elo que compartilhe trocas e conhecimento; maior interação com os professores, elaboração de projetos, dar suporte para os professores no processo de ensino aprendizagem; projetos de passeios por museus e locais históricos, viagens de estudos, passeios por universidades com alunos do Ensino Médio; semana pedagógica; facilitar cada vez mais o trabalho dos professores e trabalhar em conjunto com eles e a direção; buscar ideias de articulação entre as disciplinas e propostas de ação; trabalhar em conjunto com equipe gestora e os demais profissionais de educação; não permitir entrada de celulares em sala de aula, não permitir professores de currículo passem nos corredores ou salas de aula, zelar pelo silêncio, pois o barulho atrapalha o foco do aluno; encontros para estudo mais frequentes; reuniões direcionadas para os alunos (descobrir o porquê de não estarem aprendendo) ou se a professora não está

trabalhando direito, buscar saber o grau de comprometimento de cada um; que a supervisora continue tendo muita garra, disciplina pedagógica e seriedade, sugestão de reuniões/encontros/formações continuada quinzenalmente, oficinas de estudos com temas relevantes a escola, acompanhamento sistemático das práticas escolares.

A partir deste diagnóstico inicial e a após sugestões da banca de qualificação, optou-se por constituir o grupo de estudo específico, em que fossem abordados assuntos que fazem parte da prática dos professores em sala de aula. Com isso, a pesquisadora opta a intervir junto aos regentes de Educação Infantil e Anos Iniciais, tendo ações planejadas no intuito de qualificar a prática do supervisor escolar da Escola do Campo, juntamente com o grupo de professores que atuam na EMEB Murillo Nunes de Oliveira, com problemas detectados no diagnóstico realizado pela pesquisadora, em relação aos índices de reprovação dos últimos dois anos e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2015.

Para a avaliação da intervenção foi proposta a utilização da caderneta de metacognição e a observação pelo professor intervencionista, considerando as colocações dos professores participantes do processo, e também um questionário de avaliação.

A observação “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste de ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos” (Marconi & Lakatos, 1999, p.90). Como a professora pesquisadora faz parte da comunidade pesquisada, a forma de observação será natural e sistemática: baseada em critérios científicos, planejada, controlada, a serem definidos.

Ao final de cada encontro, os participantes foram convidados a preencherem um questionário de avaliação do encontro, com objetivo de que os próximos possam ser estruturados de acordo com a avaliação, considerando a função do Supervisor Escolar durante os encontros e uma autoavaliação após a temática discutida.

A caderneta de metacognição teve como objetivo refletir sobre novos aprendizados a cada encontro, buscando responder as questões: O que aprendi? / Como aprendi? / O que não aprendi? Essas escritas serviriam para análise dos estudos realizados durante a intervenção. Porém a utilização da caderneta de metacognição não foi possível, pois os professores não as realizavam, ficando assim, sem utilidade para esta pesquisa.

Conforme DAMIANI (2012), todo o método de avaliação da intervenção deve relatar o processo de coleta e análise de dados, considerando o rigor científico para que seja válida a pesquisa.

4.2 Atividades desenvolvidas durante a Intervenção

Neste tópico, se faz uma síntese das intervenções realizadas, optando-se pelo formato de um quadro que constam as atividades desenvolvidas, não destacando de forma específica os relatos dos participantes. Em respeito à opinião dos sujeitos participantes, pois consideramos que um trabalho científico, especialmente, na área de educação, deve primar pelo anonimato dos entrevistados. Neste íterim, salienta-se que esta é uma dificuldade em um programa de pós-graduação profissional, pois ao mesmo tempo que nos tornamos investigadores da problemática que vivenciamos, também fazemos parte do próprio contexto do objeto pesquisado.

Os quadros estão divididos em oito partes: na primeira consta a data e o local da realização do encontro, na segunda o tema proposto, na terceira os objetivos do encontro, na quarta o referencial teórico utilizado para contextualizar o tema e os objetivos, na quinta as atividades propostas, na sexta a síntese do relato dos participantes (não individualizados), a sétima uma análise crítica do encontro (baseando-se no referencial teórico, no relato dos participantes e nas percepções que tive dos encontros), na oitava e última, uma parte para observações, quanto se considerou necessário.

4.2.1 Primeiro encontro

DATA: 21 de fevereiro de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA: A supervisão escolar e seus desafios	
OBJETIVO: Propor uma intervenção para melhor compreensão da prática do Supervisor Escolar nesta escola. Apresentação do Projeto de Intervenção a ser desenvolvido, cujo título é: A Prática da Supervisão Escolar em uma Escola	

do Campo: O Caso da Escola Municipal de Educação Básica Murillo Nunes de Oliveira – Alegrete, RS.

REFERENCIAL TEÓRICO:

O projeto de intervenção foi apresentado aos profissionais da Educação da EMEB Murillo Nunes de Oliveira, destacando seu referencial teórico, buscando embasar a Supervisão Escolar, Gestão Escolar e Educação do Campo.

Observou-se que em Alegrete, RS, talvez um dos poucos, o plano de carreira do magistério municipal traz o concurso público para Especialista em Educação – Supervisor Escolar, exigindo a formação em graduação ou pós-graduação específica em Supervisão Escolar, em regime de 40 horas.

O próprio Plano de Carreira do Magistério Municipal de Alegrete, RS apresenta a função analítica do cargo de Supervisor:

Dar suporte técnico-administrativo-pedagógico, promovendo espaços lúdico-pedagógicos na instituição escolar, assessorando o corpo docente na organização e execução do plano de trabalho, bem como na reflexão sobre o ensino e a qualidade do processo de aprendizagem dos alunos, instigando ao processo de formação continuada, constituindo a sua especialidade como suporte ao processo de alternativas qualificadas e qualificadoras a complexidade da ação pedagógica. (LEI COMPLEMENTAR Nº. 043, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011, p.39)

Mesmo que este concurso não apresente atribuições específicas para a Escola do Campo.

Ainda se faz necessário embasar a função do Supervisor Escolar, e a sua busca por uma identidade, com base em Saviani (2003, p. 14),

[...] a ação supervisora passa da condição de função para a de profissão, pela mediação da ideia de supervisão. Com efeito, para que uma função seja organizada como profissão é preciso que ela seja destacada do âmbito em que opera, o que implica um processo de abstração no qual a ideia é construída. Nesse processo a função é definida, isto é, identifica-se o que é próprio dela e que a distingue das demais especificando-se os seus atributos.

Sabendo-se que atualmente, o supervisor tem um papel de mediador e de facilitador do processo de ensino aprendizagem, estando ligado diretamente ao trabalho dos docentes.

Além disso, precisa estar diretamente em contato com a Gestão da Escola

para que possam, juntos, direção e supervisão, concretizar ações articuladas na escola.

Cabe ressaltar que a gestão escolar é um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo. O fim último da gestão é a aprendizagem efetiva e significativa dos alunos, de modo que, no cotidiano que vivenciam na escola desenvolvam as competências que a sociedade demanda, dentre as quais se evidenciam pensar criativamente: analisar informações e proposições diversas, de forma contextualizada; expressar ideias com clareza, oralmente e por escrito; empregar a aritmética e a estatística para resolver problemas; ser capaz de tomar decisões fundamentadas e resolver conflitos. (LUCK, 2009, p.25)

Assim, o objetivo da gestão escolar é a aprendizagem de todos, é possível perceber os problemas vivenciados, e em rede, busca solucioná-los, através do planejamento de estratégias que contemplem as necessidades apresentadas.

Como a intervenção se dá em uma Escola do Campo, introduz-se a política de Educação do Campo, conforme o decreto nº 7.352/2010, destaca que as Escolas do Campo têm sua identidade constituída pelos sujeitos que nela atuam, pois, a Escola do Campo é aquela situada da zona rural ou urbana, com alunos predominantemente da zona rural.

Quanto a opção pelo termo “no” ou “do” Campo, destaca-se a afirmação de Caldart (2005, p. 27): “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, e suas necessidades humanas e sociais”.

ATIVIDADES:

A proposta de intervenção foi apresentada aos profissionais da Educação da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, por meio de apresentação de slides.

Apresentou-se o título A prática do Supervisor Escolar na Escola do Campo: o caso da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, tendo como objetivo principal compreender a prática do Supervisor Escolar em uma Escola do Campo, no município de Alegrete, RS. Além do objetivo principal, destacam-se os objetivos mais específicos a serem alcançados a partir desta intervenção analisar a gestão escolar de uma escola do campo, a partir do

contexto dos altos índices de reprovação e baixo IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental; discutir o contexto da aprendizagem dos alunos; estudar as peculiaridades da gestão escolar em uma Escola do Campo; contribuir para a gestão da supervisão escolar na EMEB Murillo Nunes de Oliveira.

Após, as temáticas serem abordadas durante a intervenção foram destacadas a Supervisão Escolar, a Gestão Escolar e a Educação do Campo.

Todos foram convidados a participarem da intervenção, sabendo-se que o projeto só tinha a contribuir com a prática pedagógica da escola.

A pesquisadora aplicou um questionário com todos os presentes, que está explanado no diagnóstico deste relatório. Neste questionário também tinha a opção de sugerirem trabalhos a serem desenvolvidos durante o processo de intervenção, que seriam ou não atendidas, conforme o acerto entre pesquisadora e orientador.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

Os professores aceitaram participar dos encontros de intervenção, fizeram várias perguntas em relação ao cronograma do projeto e as temáticas a serem estudadas, sempre buscando entender a necessidade de abordar os temas propostos para a prática pedagógica de cada um.

Ao final do encontro, os profissionais da Educação deixaram algumas sugestões para a intervenção: pesquisa e busca de alternativas transformadoras, interação entre os professores, trocas de conhecimentos, elaboração de projetos, suporte no processo de ensino aprendizagem, articulação entre as disciplinas e propostas de ação, trabalho em conjunto com equipe gestora e os demais profissionais de educação reuniões/encontros/formações continuada, oficinas de estudos com temas relevantes a escola.

AValiação Crítica do Encontro:

O encontro de apresentação do projeto de Intervenção A Prática da Supervisão Escolar em uma Escola do Campo: O Caso da Escola Municipal de Educação Básica Murillo Nunes De Oliveira – Alegrete, RS, foi importante para aproximar a realidade da teoria, pois a proposta inicial seria fazer uma

abordagem teórica sobre a função do supervisor escolar, a importância da gestão escolar e a educação do Campo em suas dimensões. Ao apresentar estas temáticas, como para serem estudadas, surgiram questionamentos e foi possível observar nos comportamentos dos sujeitos, que eles não compreenderam de que forma estes estudos conseguiriam contribuir para a compreensão da prática deste integrante da equipe gestora. Por isso, acredito que essa discussão equilibrada com os profissionais contribuiu para o redimensionamento dos próximos encontros, junto ao orientador.

OBSERVAÇÕES:

Foi estabelecido o novo encontro para o dia 11 de março de 2017.

Houve compromisso dos educadores em participarem dos encontros.

Muitas temáticas que surgiram neste primeiro encontro, ficaram de ser analisadas para os próximos encontros.

4.2.2 Segundo encontro

DATA: 11 de março de 2017	LOCAL: EMEB Eurípedes Brasil Milano
TEMA:	
Projeto Anual sobre o tema gerador: Respeito	
OBJETIVO:	
Construção de um projeto anual a partir do tema gerador Respeito.	
REFERENCIAL TEÓRICO:	
<p>O referencial teórico utilizado neste encontro foi sobre o trabalho com tema gerador na escola, destacando a importância das redes temáticas e o planejamento conjunto entre os professores.</p> <p>Para GOUVÊA (1996) todo tema gerador é um problema vivido pela comunidade, cuja superação não é por ela percebida. Ele envolve: apreensão da realidade, análise, organização, e sistematização, originando programas de ensino a partir do diálogo.</p> <p>Geradores porque “(...) contém em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas (eixos temáticos e subtemas) que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas” (Freire, 1987: 124). Gera problematização (questões desafiadoras postas pela prática social), dúvidas,</p>	

discussões e questionamentos dos conhecimentos e da realidade que se faz necessário dominar. Estes assuntos da realidade ao se interligarem em uma rede de subtemas, apontam interdisciplinarmente para a busca de uma maior totalidade e aprofundamento da temática.

O grupo de professores desdobra o tema gerador em subtemas articulando os núcleos centrais dos conhecimentos/conceitos e conteúdo (os quais se fazem necessário dominar, para possibilitar a compreensão e análise da realidade local, micro, macro, local), estabelecendo uma sequência programática entre si e dando uma visão geral do tema, denominada rede temática.

Mergulhados no trabalho com os temas significativos para si e para os educandos, sendo criativos, os educadores planejam coletivamente suas aulas, dinamizando e enriquecendo as atividades, (re) organizadas de forma que os alunos tenham acesso aos “conteúdos escolares”.

ATIVIDADES:

Tendo conhecimento da importância do Trabalho sobre Respeito, assistiu-se um vídeo sobre o Respeito, também procurou-se definir o seu conceito com a ajuda de dicionários.

Após, foi utilizada uma dinâmica em que os professores precisavam definir em uma palavra ou poucas palavras o significado de Respeito para cada um. Logo que se concluiu a dinâmica, foi proposto que os professores se dividissem em dois grupos para que construíssem um projeto de temática a serem trabalhadas a partir do Tema Gerador Respeito, tendo como base o calendário de festividades anual, sendo este primeiro momento traçado os objetivos para o primeiro semestre.

Ao encerrar, cada grupo fez a apresentação do que propuseram e também realizaram a avaliação do encontro oralmente.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

Durante a dinâmica, foram elaboradas várias definições para a palavra RESPEITO: aceitação, limite, colocar-se no lugar do outro, uma linha de mão dupla, praticar – mais ações, entender as diferenças, ética, reciprocidade, evitar atitudes reprováveis em relação as outras pessoas, verdadeiro, transparência, é fundamental para a existência humana, humildade, partilha,

parceria, valorizar quem está ao nosso lado, atitudes positivas, amor.

A partir da reflexão sobre as definições que cada professor escolheu para a palavra RESPEITO, solicitou-se que ao planejar os subtemas do tema gerador, fossem então levadas em consideração, que em cada prática pensada, estivesse subentendida estas definições.

Assim, foram divididos dois grupos para planejar subtemas e ações para o primeiro semestre do ano letivo, sendo escolhidos dois temas principais ESCOLA e SAÚDE MENTAL E FÍSICA.

Então: A temática principal é em relação à ESCOLA, abordando os seguintes subtemas: respeito ao corpo, respeito digital, respeito a natureza, respeito a religião (questão de gênero), respeito as singularidades (aprendizagens), ao espaço e às pessoas, aos sentimentos do próximo, às escolhas.

A temática principal é SAÚDE MENTAL E FÍSICA, abordando os seguintes subtemas: diversidade literária, literatura: realidade x impacto social na área digital, comparação: Hino Nacional x situação político social, valorização dos jovens (respeito na profissionalização), Educação no Brasil (Paralelos), Dualidade Social, Religiosidade, respeito ao Meio Ambiente, ao Corpo e a Mente.

Os grupos apresentaram para todos os seus planejamentos, mas todos avaliaram em seus relatos, que ainda estava muito supérfluo, não constam as atividades práticas que acontecerão em cada um dos subtemas.

Ao final do encontro, os professores fizeram uma autoavaliação, em que puderam manifestar sua opinião, em relação ao trabalho com projetos, que foram bem diversas: alguns não conseguem cumprir em sala de aula o que é planejando em sala de aula, alguns até iniciam o trabalho, mas depois acabam esquecendo, outros não conseguem sequer sair do papel para a prática, porém tem aqueles que as questões sugeridas no projeto são inerentes a sua prática e ao seu planejamento, pois tem convicção de que o respeito precisa ser abordado em sala de aula, independentemente de ser o tema gerador da escola.

AValiação CRÍTICA DO ENCONTRO:

Durante o encontro, foi possível observar que os sujeitos precisaram ser questionados muitas vezes, em virtude da temática.

E também, observa-se, que por ser algo abstrato, que só se concretiza nas atitudes das pessoas, é de difícil planejamento prático. O projeto ficou apenas no campo das ideias, neste encontro não se conseguiu planejar uma atividade prática sequer. Por isso, acredito que é um processo de conquista, iniciando pela Equipe Gestora, profissionais que atuam na Escola, que devem primar pelo exemplo, e assim, conquistar os alunos, de que o respeito é necessário para a existência humana.

OBSERVAÇÕES:

O tema respeito, tem como justificativa uma análise dos atendimentos realizados no Setor de Orientação Educacional da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, em que nos últimos dois anos prevalecem resolução de problemas entre os alunos, entre professores e alunos, professores e funcionários e entre professores. Problemas estes originários da falta de respeito ao limite do próximo, respeito a opinião alheia, respeito as diversidades e religiões, além disso, a depredação do prédio, a desvalorização do público. Então, a Equipe Gestora, neste ano de 2017, propôs esta temática a Comunidade Escolar, que foi aceita em reunião com os pais e/ou responsáveis, com os alunos, professores e funcionários, bem como para Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil, que se comprometeram a juntos, fazer com que a temática respeito perpassasse por todos os momentos e locais da escola.

4.2.3 Terceiro encontro

DATA: 11 de maio de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA: Planejamento e Rotina de Escola do Campo	
OBJETIVO: Refletir sobre a organização do tempo na EMEB Murillo Nunes de Oliveira	
REFERENCIAL TEÓRICO:	

Planejamento da ROTINA de uma escola do Campo

Um elemento-chave do ensino eficaz reside no planejamento das atividades de ensino e de aprendizagem realizadas na escola, particularmente na sala de aula. Esse planejamento deve ser feito para cada dia de aula e é parte das responsabilidades profissionais do professor.

Sem ele, os objetivos de aprendizagem perdem o sentido. Por isso, um plano de aula deve conter, ainda que de maneira resumida, as decisões pedagógicas do professor a respeito do que ensinar, como ensinar e como avaliar o que ensinou.

Não se deve esperar que um plano de aula sirva, da mesma maneira, para professores diferentes. Ele é um instrumento individual de trabalho e deve ser desenvolvido para atingir os objetivos de cada turma, em separado.

Entretanto, seja o professor experiente ou iniciante, seu plano de aula deve conter uma estrutura básica, que é a mesma para todos os casos. O que pode variar é o nível de detalhe e a forma de registro, que alteram de acordo com a experiência e o estilo de cada professor.

Sua adequação depende de dois critérios: utilidade para o professor e eficácia para que os alunos aprendam. Se o professor não tem qualquer ideia a respeito do que pretende com uma aula, dificilmente saberá se atingiu seus objetivos.

Não existe uma forma única ou ideal para elaborar um plano de aula. O que importa é sua utilidade para ajudar as decisões do professor e seu impacto na aprendizagem dos alunos. Ou é útil para estes, ou não tem qualquer utilidade.

O Turno integral atua com o papel integrador escola / família, para atenuar a convivência em sociedade, o respeito, os valores morais e suprir suas necessidades básicas e despertar sua autonomia.

Necessita de um planejamento pedagógico fundamentado nos quatro pilares da Educação: Aprender a ser, Aprender a fazer, Aprender a Conhecer e Aprender a Conviver e prima pela orientação de hábitos e atitudes no seu cotidiano.

É preciso trabalhar com uma rotina flexível e prazerosa, estruturada

para priorizar a participação de cada estudante nas atividades.

Organização das atividades – importante pensar:

Quais os objetivos da atividade?

O que o aluno já sabe e o que pode aprender com a atividade?

Como deve ser a organização da sala ou do grupo?

Para que nível de escrita é mais produtiva a atividade?

Como posso intervir durante/após a atividade?

Como será a sequência/regularidade da atividade?

É necessário - diversificar as atividades e diversificar seus modos de organização: situações didáticas em grande grupo, pequenos grupos, duplas e de forma individual (CRUZ; MANZONI; SILVA, 2012, p. 19)

RECREIOS

O recreio merece atenção uma vez que faz parte do tempo escolar. Todavia quando nos referimos ao recreio, do que estamos a falar? Sem buscar a delimitação do termo, mas entendendo como necessária a análise etimológica da palavra “recreio”, percebe-se que a sua raiz nos leva ao termo recreação: “Período para se recrear, como especialmente, nas escolas, o intervalo entre as aulas” (Ferreira, 1999, p.1721).

Os momentos de recreio livre são fundamentais para a expansão da criatividade, para o cultivo da intimidade dos alunos, mas o professor deve estar observando, anotando, pensando até em como aproveitar algo que aconteceu durante esses momentos para ser usado na contextualização de um conteúdo que vai trabalhar na próxima aula.

O Parecer do CNE/CEB 02/2003 diz que a escola, ao fazer constar na Carga Horária o tempo reservado para o recreio, o fará dentro de um planejamento global e sempre coerente com sua Proposta Pedagógica.

Não poderá ser considerado o tempo do recreio no cômputo da Carga Horária sem o controle da frequência. E, a frequência deve ser de responsabilidade do corpo docente. Portanto, sem a participação do corpo docente não haverá o cômputo do tempo reservado para o recreio na Carga

Horária.

Se a escola decidir que o recreio fará parte da carga horária mínima de quatro horas/dia, deverá fazer constar na sua Proposta Pedagógica e os professores deverão assistir os alunos durante o recreio.

CAFÉ DA MANHÃ / ALMOÇO / LANCHE DA TARDE

Os especialistas defendem que as escolas lidem com o momento da alimentação como uma extensão da proposta pedagógica. Para tanto, além de orientação, a formação dos hábitos alimentares saudáveis deve buscar o diálogo com os valores culturais, sociais e afetivos, além dos emocionais e comportamentais a cada proposta de mudança, somando ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Entende-se que, para tanto, o tema deve estar presente transversalmente no currículo, sendo refletido no momento da alimentação, uma vez que as aprendizagens vão incidir diretamente na escolha dos alunos. “Eles aprendem a ter autonomia, a pensar sobre a importância de variar a composição do prato, a refletir sobre o desperdício dos alimentos”, explica a especialista.

ESCOVAÇÃO

A **escola** precisa ensinar a **higiene bucal** de uma forma pedagógica, mostrando sua importância com objetivo de motivar, incentivar, alertar. “A higiene bucal na escola, realizada principalmente na educação infantil, é o instrumento mais importante para introduzir este hábito de forma correta entre as crianças, garantindo a prevenção de doenças bucais e gerais ao longo de toda a vida, afinal, a saúde começa pela boca”, lembrando que é preciso evoluir na educação sobre higiene bucal.

A motivação é necessária para que o aluno se conscientize de sua participação no processo de promoção de saúde. Este trabalho de motivação e educação deve pautar-se pelo entusiasmo, pois o que se faz com crença, entusiasmo e prazer têm o poder de contagiar as pessoas. Entretanto, este processo deve ser contínuo, pois em uma única sessão de ensino, não se conseguiu alterar um velho hábito da criança.

Dentre os recursos utilizados na motivação, todos têm sua efetividade, porém, a comunicação verbal é o meio simples e direto para atingir o efeito esperado. Entre os diversos métodos de motivação em relação à higiene bucal como orientação direta, filmes.

RECREAÇÃO DIRIGIDA

A recreação dirigida tem como objetivo a socialização, atenção, limites, desenvolver a autoconfiança, a autoestima e conhecer melhor as habilidades das crianças para lidarem com as regras e com as instruções.

Devemos estimular ao máximo nossas crianças com atividades lúdicas que proporcionem a construção das diversas áreas do conhecimento.

A brincadeira é uma "aula" gostosa de socialização e respeito ao próximo. A bola se torna em um pretexto para trabalhar os movimentos corporais, o equilíbrio, noções de espaço...

Nas atividades dirigidas procuramos resgatar brincadeiras como: Pique esconde, pular corda, brincadeiras de roda, bolas, Passa anel, Macaco chefe, História da Serpente, Corre Cutia, Estátua, Dança da Cadeira, dentre tantas outras que as crianças adoram!

ATIVIDADES:

Neste encontro, o grupo da intervenção foi constituído com as professoras de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pois percebeu-se que com o grande grupo, o trabalho não atingiria o seu objetivo principal que é o de compreender a prática do Supervisor Escola na EMEB Murillo Nunes de Oliveira. Também se optou por este grupo, em virtude de que haviam chegado três professoras na escola, que estavam em falta no quadro de pessoal, duas vieram no decorrer do mês de março, e uma, no final de abril. Houve a necessidade de constituição de grupo, pois como nos diz Madalena Freire (2010, p.60):

“Aprender dá muito trabalho, aprendemos construindo conhecimento, construindo o processo de aprendizagem pelo qual cada um é responsável em relação ao outro. Nunca se faz esse processo, essa construção, obviamente, sozinho. Sempre se dá num grupo. Diante de um grupo ou dentro de um grupo, mas num grupo”.

E para a Gestão da Escola, é de suma importância que os anos iniciais e

educação infantil trabalhem em conjunto, pois há um seguimento entre o Ciclo de Alfabetização e Pós- Alfabetização.

Assim, em parceria com os demais integrantes da equipe gestora da escola, foi optado pela montagem deste texto, com vários recortes, para assim atingir ao objetivo, pois se fez necessário lembrar aos professores que já eram da escola, a organização de recreios, intervalo de almoço, a recreação dirigida, escovação. Como a escola atende alunos de Educação Infantil – Nível A até turmas de Ensino Médio, em turno integral, se faz necessária uma organização de horários, que deve ser cumprida regularmente, bem como o acompanhamento dos alunos durante as refeições, pois como turno integral, a educação vai muito além das quatro paredes da sala de aula.

Também, escolheu-se este texto como lembrete aos professores em função do planejamento das aulas, observando-se que por parte de alguns, ainda não haviam conseguido se organizar para turno integral, com duração de 7(sete) horas diárias, alguns alunos ficavam ociosos, outros buscavam materiais na Secretaria da escola, durante todo o dia, o que pressupõe falta de planejamento.

No decorrer da leitura, do texto, foram abertos espaços para que os professores fossem argumentando ou dando exemplos de como se organizariam para se adaptar a Rotina de Escola do Campo da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição.

Além do estudo do texto, também foi realizada uma rodada de avaliação das atividades realizadas pelo Programa Novo Mais Educação, em que os alunos têm acesso a oficinas de Língua Portuguesa, Matemática, Judô, Dança e Música – Banda.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

Neste encontro, professores avaliaram o desempenho do Supervisor Escolar, inicialmente, e após fizeram uma autoavaliação a partir do que foi discutido.

Os professores avaliaram que o texto proposto veio ao encontro do que eles precisavam, em virtude das mudanças no quadro de pessoal, pela Mantenedora, então estavam com dificuldades de se organizar. Além de que era preciso reforçar a rotina da Escola do Campo, destacando as suas peculiaridades e a sua função social.

Bem como, foi importante a avaliar o que o Programa Novo Mais Educação vem contribuindo para o processo de ensino aprendizagem, que é o objetivo primordial do Programa.

Além desse encontro ter refletido sobre o planejamento individual, também acarretou no planejamento coletivo, pois o mediador do Programa Novo Mais Educação precisa trabalhar articulado com o Professor Regente da turma.

Toda vez que se estuda e discute sobre planejamento, reflete-se sobre esse tema na prática, e da importância dele se fazer presente em todos os momentos.

AVALIAÇÃO CRÍTICA DO ENCONTRO:

Abordar a temática Planejamento das aulas, não foi fácil, pois a maioria dos professores entendeu como se estivessem todos errados, alguns detalhes foram sim observados pela equipe gestora na rotina que estava em prática, assim observou-se que alguns professores não gostaram deste encontro, sentiram-se cobrados, ao invés, de se tornar um momento de formação e crescimento profissional, foi um momento de se isolarem em suas práticas, o que não atingiu o objetivo principal do encontro.

Existem horários de recreios e de almoço diferenciados para as turmas, horários estes que não estavam sendo cumpridos, ocasionando bagunça nestes horários, em que é necessária organização para a realização das refeições.

Alguns professores se sentiram ameaçados com este encontro, o que a meu ver, não foi bem entendido por parte deles. A ideia era apenas de lembrá-los de itens importantes do planejamento, lembrá-los de que o espaço é pedagógico, é uma escola, e por isso, tem como objetivo a aprendizagem de todos os alunos, e para que isso se efetive de forma significativa, faz-se necessário um bom planejamento de aulas.

Assim, é necessário refletir sobre o papel do Supervisor Escolar, que conforme Ronca e Gonçalves (2011, p. 39)

O papel que o Supervisor vai desempenhar para capacitar-se e capacitar o professor e, juntos, enfrentarem a tarefa de educar as crianças que estão em nossas escolas. [...] Mais do que pretender ensinar novas metodologias de ensino, a grande questão que se coloca ao Supervisor em nossas escolas é encontrar alternativas de ação que possibilitem ao professor viver a práxis, isto é, como possibilitar aos

<p>professores ocasiões para que eles juntos possam rever a própria prática.</p> <p>Para os próximos encontros, serão levados em consideração os tópicos em que há necessidade melhorar a abordagem, pois o objetivo é constituir um grupo coeso de professores de educação infantil e anos iniciais, para que se tenha uma continuidade do processo de ensino aprendizagem, tendo como foco a prática do Supervisor Escolar.</p>
<p>OBSERVAÇÕES: Não registrado.</p>

4.2.4 Quarto encontro

<p>DATA: 29 de maio de 2017</p>	<p>LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira</p>
<p>TEMA:</p> <p>Conhecimentos mínimos para cada ano do Ciclo de Alfabetização e Pós-Alfabetização, Concurso Agrinho a Adesão ao Projeto Autor Presente na Escola</p>	
<p>OBJETIVO:</p> <p>Estabelecer um diálogo entre os docentes, para que cada ano possa atingir os objetivos mínimos para cursar o próximo.</p>	
<p>REFERENCIAL TEÓRICO:</p> <p>O material utilizado para embasar esse encontro é o documento Conhecimentos da Educação Básica, fornecido pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de Alegrete, RS.</p> <p>Neste documento, constam os conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada ano, porém neste processo de intervenção optou-se por focar nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, que são as disciplinas em que há oficinas no programa Novo Mais Educação e também são exigidas nas avaliações externas e, por entender, que um aluno que domina a leitura, interpretação e compreensão do que lê, e domina as quatro operações matemáticas, consegue atingir sucesso nas demais áreas do conhecimento.</p> <p>1º ano – Língua Portuguesa</p>	

Alfabeto (conhecimento dos vários tipos letras); classificação em vogais e consoantes.

Leitura – individual e coletiva (em grandes e pequenos grupos) - de letras, palavras e textos (parlendas, poesias, trava-línguas, cantigas de roda, música, fábulas, receitas, recados, bilhetes, cartas, convites, rótulos, listas, imagens e hipertextos).

Escrita – individual e coletiva - de letras, palavras (nomes próprios e comuns) e textos (parlendas, poesias, trava-línguas, cantigas de roda, música, fábulas, receitas, recados, bilhetes, cartas, convites, rótulos, listas).

Compreensão e interpretação de textos com ideias explícitas e implícitas.

Segmentação das palavras.

Oralidade.

Consciência fonológica.

Concordância nominal e verbal (no contexto da produção de textos coletivos e individuais).

História e Cultura afro-brasileira-brasileira e indígena. Crescente e decrescente dos numerais.

1º ano - Matemática

Contagem oral.

História dos números.

Estudo da funcionalidade dos numerais no cotidiano.

Relação quantidade/numeral até 99.

Sequência numérica até 99.

Leitura e escrita de números até 99.

Construção dos conceitos de unidade e dezena.

Composição e decomposição de numerais até 99.

Antecessor e sucessor até 99.

Conceito de adição e subtração e seus algoritmos.

Noções de multiplicação e divisão.

Medidas de tempo (horas, dias, meses e anos).

Medidas de comprimento e de massa.

Resolução de histórias matemáticas.

Dúzia e meia dúzia.

Figuras geométricas;

Iniciação de gráficos (Leitura e Construção de Gráficos)

Números pares e ímpares

2º ano – Língua Portuguesa

Leitura – individual e em grupo - de letras, frases, palavras e textos (parlendas, poesias, trava-línguas, cantigas de roda, música, fábulas, receitas, recados, bilhetes, cartas, convites, rótulos, listas).

Escrita – individual e em grupo - de letras, frases, palavras e textos (parlendas, poesias, trava-línguas, cantigas de roda, música, fábulas, receitas, recados, bilhetes, cartas, convites, rótulos, listas).

Estruturas textuais (título, noções de parágrafos, espaçamentos, segmentação e sinais de pontuação, estrofes, versos, rimas).

Compreensão e interpretação de textos com ideias explícitas e implícitas.

Segmentação das palavras.

Oralidade.

Consciência fonológica e ortografia das palavras.

Noções de gênero, número e grau do substantivo.

Concordância nominal e verbal.

História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

2º ano – Matemática

Contagem oral.

Relação quantidade/numeral até 500.

Sequência numérica até 500.

Leitura e escrita de números até 500- Construção dos conceitos de unidade, dezena, dúzia, meia dúzia e centena.

Composição e decomposição de numerais até 500.

Conceito de adição e subtração com reagrupamento e seus algoritmos.

Noções de multiplicação e divisão.

Medidas de tempo (dias, meses, anos e horas exatas), comprimento e

massa.

Números pares e ímpares.

Antecessor e sucessor até 500.

Sistema monetário.

Números ordinais até o 20º

Figuras geométricas.

Iniciação de gráficos (Leitura de gráficos).

Ordem crescente e decrescente.

3º ano – Língua Portuguesa

Leitura e interpretação de texto adequado aos níveis de escrita da turma, envolvendo todos os portadores de texto, com prioridade para os sinais de pontuação dentro do texto.

Trabalho com ortografia e classificação quanto ao número de sílabas.

Criação de textos e releituras embasados em temas sociais atuais do mundo com múltiplos portadores de texto.

Flexão de gênero, número e grau do substantivo.

Estrutura textual (Margem, parágrafo, letra maiúscula.).

História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

3º ano - Matemática

Numerais Cardinais (Do 1.000 até o 9.999);

Composição e decomposição de numerais (U.D.C.UM.)

Resolução de situações-problema com as quatro operações.

Conceituação da multiplicação e da divisão.

Apresentação da multiplicação e da divisão até 5.

Elaboração de gráficos (listas, tabelas e gráficos simples)

Figuras geométricas (triângulo, círculo, quadrado e retângulo).

Sistema monetário (situações-problema).

Composição do sistema monetário.

Medidas de tempo: horas e minutos)

4º ano – Língua Portuguesa

Leitura e interpretação de diferentes portadores de texto.

Produção de textos dentro do contexto: narrativa, descritiva e prática.

Concordância verbal – Observando margens, parágrafo, letra maiúscula, pontuação adequada, ordem alfabética, estrutura textual.

Uso do dicionário.

Substantivos próprio e comum.

Adjetivo.

Pontuação.

Sinônimos e antônimos.

Identificação do tempo verbal nas frases e nos textos (passado, presente e futuro).

História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Acentuação gráfica

Sílaba tônica

Singular e plural

Gênero do substantivo

Grau do substantivo

4º ano - Matemática

Numerais cardinais (até 100.000)

Composição e decomposição de numerais (até centena de milhar)

Resolver situações-problema com as quatro operações

Multiplicação e divisão de 6 a 10.

Expressões numéricas simples

Sequência seriada (formas, alfa-numérica)

Sistema monetário (cálculo com lucros, prejuízos, compras)

Medidas de capacidade, massa e comprimento.

Números Romanos

Formas geométricas

Tratamento da informação: gráficos e tabelas

5º ano – Língua Portuguesa

Texto, interpretação e compreensão

Pontuação

Produção textual

Leitura e escrita de diferentes portadores de texto.

Letras e fonemas

Acentuação gráfica

Uso do dicionário

Ortografia

Alfabeto

Obras: Personagens, ideia central, tema

Organização de um texto (Início, meio e fim)

Oralidade

Organização do pensamento

Contos, histórias, dramatizações (lendas, parlendas, adivinhas...)

Concordância verbal no contexto

Encontro vocálico

Encontro Consonantal

Substantivo comum e próprio

Sinônimo e antônimo

Pronomes pessoais

Linguagem verbal e não verbal

História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

5º ano - Matemática

Composição e decomposição de números naturais

Estabelecimento de relações entre os termos das quatro operações.

Expressões numéricas

Situações-problema envolvendo as quatro operações

Situações-problema envolvendo compra, venda, lucro e prejuízo

Resolução de problemas envolvendo cálculos mentais, exatos e com aproximação

Representação de números na forma fracionária

Identificação de figuras geométricas, linhas abertas, fechadas, segmento de retas em figuras bidimensionais.

Resolução de problemas envolvendo as quatro operações fundamentais.
Reconhecimento, comparação e emprego dos diferentes sistemas de medidas.

Emprego de sentenças matemáticas na resolução de problemas.

Representação de números romanos

Porcentagem

Gráficos e tabelas

ATIVIDADES:

Cada professor recebeu a pauta e tarefa do encontro anteriormente, para que neste encontro pudessemos discutir os conteúdos e definir os que precisam ser focados até o fim do ano letivo.

A professora do 1º ano destacou que os alunos que ingressam no referido ano devem: ter memorizado alguns nomes, associar letras a nomes, nome completo, identificação das letras do alfabeto, quantidades e reconhecimentos de alguns números, noções de uso do caderno, familiarização com textos espontâneos.

A professora do 2º ano destacou que os alunos devem saber ler e escrever, escrever a letra cursiva, saber cálculos de adição e subtração, unidade, dezena e centena para ingressarem no referido ano.

A professora do 3º ano, destacou que os alunos que ingressarem neste ano devem saber ler e interpretar, compreender o que leem, organizar textos em parágrafos, utilizar as letras maiúsculas e minúsculas, saber construir as sentenças matemáticas, saber as quatro operações.

As professoras do 4º e 5º anos, destacaram que os alunos devem chegar ao referido ano sabendo ler, escrever e compreender o que leem e escrevem, ter domínio da tabuada, produzir textos com autonomia.

Após esta análise e discussão, foi entregue o regimento do Programa Agrinho, que visa promover a consciência cidadã a partir de ações entre aluno e professores, abordando de maneira didática sobre saúde e preservação ambiental. As turmas de educação infantil, 1º e 2º ano, devem concorrer com desenhos, do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental devem produzir redações. Este concurso premia os melhores trabalhos por região, escola, professor e aluno são premiados.

Também foi proposto aos professores, o projeto de Incentivo à Leitura – Autor Presente. Para fazer a adesão ao projeto, era necessário que os professores trabalhassem em sala de aula com as obras do autor Paulino Fernandes, e assim, realizassem uma Mostra de Trabalhos, em que o autor se faria presente para assistir as produções e também brindaria os alunos com livros de sua autoria. Todos os professores aceitaram a proposta que será abordada em um próximo encontro, mais detalhada, com datas e planejamentos específicos.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

Os professores avaliaram o desempenho do supervisor escolar diante da proposta de encontro, destacando que foi um momento único, em que todos os professores puderam ponderar sobre os requisitos mínimos para os alunos ingressarem em cada turma. O importante que houve este diálogo, pois há muitas dúvidas sobre o que cada professor exige, e assim, este encontro norteará o planejamento das próximas aulas. Mesmo havendo os conhecimentos básicos, cada professor dá prioridade para alguns aspectos.

O fato de que todos puderam falar e todos foram ouvidos com atenção, este momento fortalece o grupo de professores, alinha os objetivos dos anos iniciais, sendo que é um processo de aprendizagem.

O objetivo da Gestão Escolar da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição é de que todos aprendam e, para isso, a gestão dá condições com disponibilização de materiais como: cópias, jogos didáticos, biblioteca com um amplo acervo bibliográfica.

Além do projeto de incentivo à leitura e escrita, que é tão importante no fazer pedagógico em sala de aula, como Supervisor Escolar, essa proposta motiva os professores a inserirem no seu planejamento atividades de leitura e produções textuais.

AValiação Crítica do Encontro:

Acredito que este momento foi válido, pois ele foi proposto a partir de conversas extraoficiais, em que ouvia reclamações da prática pedagógica tanto de professores de turmas anteriores como sucessoras. Então, analisar e discutir os conhecimentos básicos para os anos iniciais, supre esta necessidade de criticar o trabalho do colega, pois cada um tem metas a

cumprir a curto prazo.

Cada professor tem seu perfil e, por isso, trabalha de maneiras bem distintas. Este momento de traçar os objetivos, alinha a prática pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição e, coloca o Supervisor Escolar num patamar de mediador das formações, e não de controlador.

Penso que neste encontro, o mal entendido do encontro anterior, resolveu-se, pois, o papel do Supervisor Escolar não é mais de controlador, mesmo que ele tenha que garantir uma prática pedagógica de qualidade, e que o processo de aprendizagem se efetive, mas com um perfil de parceiro do professor regente.

OBSERVAÇÕES:

Quanto ao Programa Agrinho, RS, os alunos terão acesso a participar de concursos externos a escola, aguardar-se-á o material impresso que é fornecido para que seja assim aplicado em sala de aula.

4.2.5 Quinto encontro

DATA: 22 de junho de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA: Material Dourado	
OBJETIVO: Proporcionar aos professores o contato com o Material Dourado para que possam inserir este recurso didático em sua prática pedagógica	
REFERENCIAL TEÓRICO: O Material Dourado Montessori O Material Dourado Montessori destina-se a atividades que auxiliam o ensino e a aprendizagem do sistema de numeração decimal-posicional e dos métodos para efetuar as operações fundamentais (ou seja, os algoritmos). No ensino tradicional, as crianças acabam "dominando" os algoritmos a partir de treinos cansativos, mas sem conseguirem compreender o que fazem. Com o Material Dourado a situação é outra: as relações numéricas abstratas passam a ter uma imagem concreta, facilitando a compreensão. Obtém-se,	

então, além da compreensão dos algoritmos, um notável desenvolvimento do raciocínio e um aprendizado bem mais agradável.

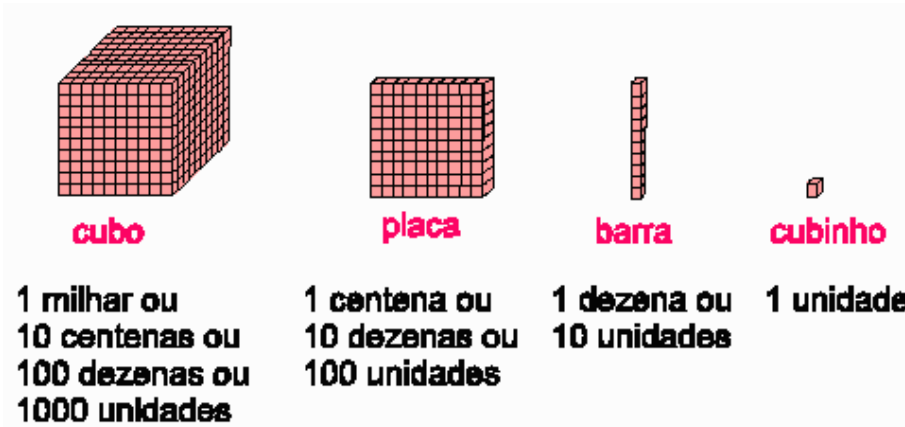
O Material Dourado faz parte de um conjunto de materiais idealizados pela médica e educadora italiana Maria Montessori.

Nos anos iniciais deste século, Maria Montessori dedicou-se à educação de crianças excepcionais, que, graças à sua orientação, rivalizavam nos exames de fim de ano com as crianças normais das escolas públicas de Roma. Esse fato levou Maria Montessori a analisar os métodos de ensino da época e a propor mudanças compatíveis com sua filosofia de educação.

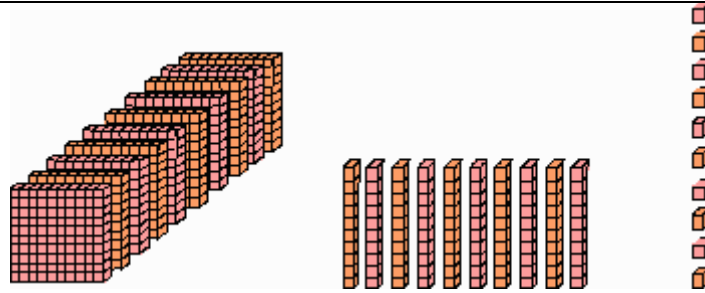
Segundo Maria Montessori, a criança tem necessidade de mover-se com liberdade dentro de certos limites, desenvolvendo sua criatividade no enfrentamento pessoal com experiências e materiais. Um desses materiais era o chamado *material das contas* que, posteriormente, deu origem ao conhecido Material Dourado Montessori.

O material Dourado Montessori

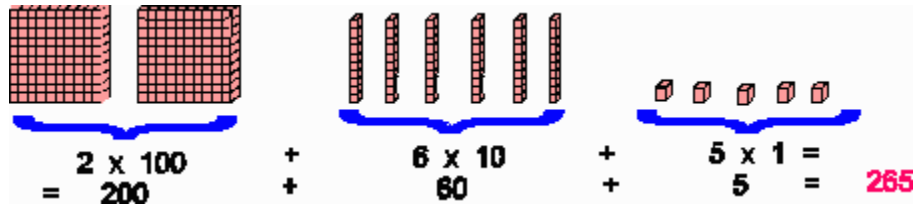
O material Dourado ou Montessori é constituído por cubinhos, barras, placas e cubão, que representam:



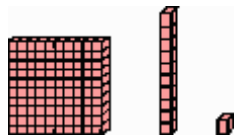
Observe que o cubo é formado por 10 placas, que a placa é formada por 10 barras e a barra é formada por 10 cubinhos. Este material baseia-se em regras do nosso sistema de numeração.



Veja como representamos, com ele, o número 265:



Este material pedagógico, confeccionado em madeira, costuma ser comercializado com o nome de material dourado. Você pode construir um material semelhante, usando cartolina. Os cubinhos são substituídos por quadradinhos de lado igual a 2 cm, por exemplo. As barrinhas são substituídas por retângulos de 2 cm por 20 cm e as placas são substituídas por quadrados de lado igual a 20 cm.



Embora seja possível representar o milhar, vamos evitá-lo trabalhando com números menores.

ATIVIDADES:

Inicialmente, indagou-se dos professores quem já utiliza em sua prática pedagógica o Material Dourado. Apenas uma professora, que segue a metodologia pós-construtivista, faz uso em sala de aula com seus alunos. As demais conhecem, mas não fazem uso em seu planejamento.

Sabendo-se da relevância deste material no ensino da matemática, foi proposto o estudo coletivo do texto sobre o Material Dourado Montessori. A medida que o texto ia sendo lido, eram trazidos relatos de experiência com o uso do material.

Após a leitura e discussão do texto, foram entregues sugestões de atividades que poderiam ser aplicadas às turmas. Os professores deveriam escolher as atividades que iriam aplicar, fazer o planejamento de uma sequência didática

em dupla.

O professor, com o conhecimento que tem de seus alunos, saberá em que ano cada atividade poderá ser aplicada com melhor rendimento. Várias das atividades podem ser aplicadas em mais de uma série, bastando, para isso, pequenas modificações.

Utilizando o material, o professor notará em seus alunos um significativo avanço de aprendizagem. Em pouco tempo, estará enriquecendo nossas sugestões e criando novas atividades adequadas a seus alunos, explorando assim as inúmeras possibilidades deste notável recurso didático.

Além do estudo e planejamento, esta sequência deve ser aplicada em sala de aula e deverá ser relatada no próximo encontro de formação, destacando os aspectos bons, os aspectos ruins e o que é possível melhorar numa próxima prática com material dourado.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

Os professores responderam um questionário neste encontro sobre a formação, para nortear os próximos encontros da intervenção.

Eles destacaram o que aprenderam com o estudo sobre material dourado: a troca de experiências foi válida, pois aprendemos a trabalhar com o material concreto de diversas maneiras, cada professor tendo a oportunidade de falar e ser ouvido é positivo.

Sobre a relevância da temática para a prática pedagógica: o material dourado é de significativa importância, visto que a construção lógica-matemática necessita de material concreto e o estudo com material dourado intensifica a prática em sala de aula.

Também tiveram oportunidade de dar sugestões para os próximos encontros: leitura e escrita de textos espontâneos, correções, pontuação, diferentes formas de leitura e escrita de variados portadores de textos, jogos matemáticos, que sempre haja espaço para falarmos da prática e podermos ouvir o que está dando certo nas outras salas de aula.

Quanto à avaliação do desempenho do Supervisor Escolar, as professoras pensam que está superando as expectativas, na função de dar suporte, com sugestões de atividades, com temáticas da sala de aula. É positiva a postura de mediador e orientador, além do estudo teórico, proporcionou sugestões de

atividades, porém devido ao tempo, faltou o momento de reconhecimento do material dourado, de manusear o material enquanto escolhiam as atividades, para planejar a sequência didática, além de do tempo ser pouco, também seria necessário o material dourado para exercício e melhor visualização de como procede o seu funcionamento. Alguns professores estão se sentindo cobrados ao serem trabalhadas essas temáticas do dia a dia, e dadas estas tarefas de casa.

Quanto à autoavaliação, a maioria dos professores acredita que não é necessário trabalhar com o material dourado, pois possuem material concreto em sala de aula. Também avaliaram que não tem disponível na escola, caixas de material dourado suficiente para as seis (6) turmas trabalharem ao mesmo tempo. Exceto uma professora, que avaliou como muito bom ter oportunidade de relatar a sua prática para os demais colegas que não conheciam o material dourado, também para poder relembrar os aspectos positivos no uso do material dourado em sala de aula.

AVALIAÇÃO CRÍTICA DO ENCONTRO:

A temática Material Dourado gerou tumulto, quando as professoras recebiam o convite para o encontro, já tinham acesso ao que seria discutido. Desde o dia que foram entregues os convites, começaram as conversas no corredor.

Acredito que o uso do material dourado só tenha a contribuir na aprendizagem matemática dos alunos, mas por alguns professores não saberem trabalhar com o material, tornaram-se resistentes e tentando trazer mais adeptos a esta resistência.

Segundo Piaget, a criança de 7 a 12 anos de idade está no estágio das operações concretas, que é o período em que a lógica começa a desenvolver e a criança já consegue organizar, sistematizar algumas situações do seu cotidiano, mas a sua compreensão de muito ainda não é prática, depende de materiais concretos para poder abstrair.

Este tema precisará ser revisto, com oficinas práticas, em que todos possam manusear o material dourado e aprenderem como ele funciona e quais as contribuições no ensino da matemática.

Também acredito que as atividades precisem de melhor planejamento, e o tempo não colaborou para isso, ficou pouco tempo para a construção

coletiva, bem como para organização dos dias em que cada professor realizaria a prática com material dourado. A escola dispõe de quatro (4) caixas de material dourado, então se todos os professores forem trabalhar no mesmo momento, irá faltar.

É necessário acontecer um processo de conquista com os professores, todas as temáticas trabalhadas nos encontros, visam auxiliar o professor, economizar o seu tempo, pois sempre são levadas sugestões de atividades para serem realizadas com os alunos, e jamais, como uma cobrança, algo imposto pela Supervisão Escolar ou Gestão da Escola. Talvez, nos anos de experiência no magistério em outras escolas, elas não tenham se deparado com um acompanhamento sistemático da Supervisão Escolar.

OBSERVAÇÕES:

Três dos profissionais que atuam na educação infantil e Anos Iniciais da EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, chegaram no decorrer do ano letivo. Não havíamos tido a oportunidade de atuarmos em um mesmo educandário ainda, talvez ainda falte a construção de uma cumplicidade entre Supervisor Escolar e Professor.

4.2.6 Sexto encontro

DATA: 4 de julho de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA: Experiência com Material Dourado	
OBJETIVO: Compartilhar as experiências com a utilização do material dourado com a mediação do Supervisor Escolar.	
Referencial Teórico: Com base no referencial teórico do último encontro, as professoras devem colocar em prática uma atividade com a utilização do material dourado e fazer o relato este encontro.	
ATIVIDADES: Neste encontro, cada professor fez o relato de como trabalhou o material dourado em sua prática pedagógica, destacando o que foi bom, o que não foi	

tão bom e o que não deve se repetir em uma sequência didática.

A professora da Educação Infantil – Nível A e B, relatou que apresentou o material aos alunos, que eles inicialmente, construíram mangueiras, casas, castelos. A partir desta interatividade com o material, ela buscou trabalhar com as quantidades que contém em cada peça, estimulando que eles associem os números as quantidades.

A professora do 1º ano, apresentou o material aos alunos, utilizou as atividades de reconhecimento de quantidades, o que cada barra/placa/cubão representam, depois utilizou atividade de adição e subtração a partir do material dourado.

A professora do 2º ano, relatou o quanto os alunos estão melhorando na decora da tabuada, ela utiliza a dinâmica do Saci, Bicicleta, Triciclo, etc. Mas não fez relato de nenhum trabalho com o material dourado.

A professora do 3º ano, relatou que apresentou o material dourado para os seus alunos, explicou a quantidade que cada peça representa e fez a construção de um kit de material dourado individual para cada aluno. Porém não relatou que utilizou o material como recurso didático na resolução de problemas.

As professoras do 4º e 5º anos, não estavam presente neste encontro.

Ao final do encontro, todos receberam os livros do autor Paulino Fernandes, em mídia digital, para assim planejarem com as suas turmas o que será apresentado na Mostra de Trabalhos em homenagem ao Autor Presente.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

Após o relato das atividades propostas, cada professor respondeu ao questionário sobre o desempenho do Supervisor Escolar e a autoavaliação.

Quanto ao desempenho do Supervisor, avaliaram que o encontro foi bem conduzido, porém faltou o direcionamento de forma mais firme dos relatos, para melhor aproveitamento do tempo. Alguns colegas fugiram do relato da atividade com material dourado para relatar outros assuntos. Também não foi possível se deterem na avaliação da atividade proposta. Esta temática precisa ser retomada, com uma nova dinâmica, em forma de oficina.

Quanto à autoavaliação, os professores acusaram que é necessário ter caixa de material dourado em todas as turmas, para facilitar o trabalho, em

quantidade suficiente para o número de alunos. Também sugeriram a construção de material dourado individual, já que os alunos têm mais dificuldade em terem o material industrializado, por serem do Campo. Uma das professoras avaliou que conseguiu expor o seu trabalho para os demais colegas, contando como realiza o seu trabalho em sala de aula, quais as intervenções que faz com os alunos. Porém, avalia que o Supervisor precisa acompanhar os professores que ainda não sabem utilizar o material.

AVALIAÇÃO CRÍTICA DO ENCONTRO:

Após o relato das professoras que participaram deste encontro, é possível observar que as mesmas não estão interessadas no material dourado, nem sequer em aprender a utilizá-lo.

Ninguém foi obrigado a incorporar na sua prática em sala de aula o material dourado, mas foi solicitado que pelo menos experimentassem, para poderem assim avaliarem a sua utilização e benefícios para a aprendizagem.

Tanto que apenas duas professoras conseguiram utilizá-lo em sala de aula como recurso pedagógico. E este não é um trabalho isolado, o material dourado pode ser incorporado no planejamento, para auxiliar a apreensão dos conhecimentos matemáticos.

Tive dificuldade em mediar o relato da prática, pois na fala de uma das professoras, observa-se que ela sequer planejou uma atividade com o material dourado, ela relatou atividade com a tabuada, em que os alunos decoram, mas não trabalham no concreto com a construção da multiplicação e divisão.

Também avalio de que adianta a construção de material dourado individualizado, se os alunos não sabem utilizá-lo, ou sequer é proposto atividades em sala de aula, para que os mesmos possam utilizar o material construído.

Ao final deste encontro, reflito que tipo de apoio ou de mediador as professoras querem que o Supervisor Escolar seja, alguém que não proponha nenhuma mudança didática, que apenas as ouça, sem questionar, que tenha uma mágica para resolver os problemas de aprendizagem sem propor recursos didáticos, ou ainda que o Supervisor Escolar ensine os alunos que ainda não aprenderam.

OBSERVAÇÕES: Não há registro

4.2.7 Sétimo encontro

DATA: 8 de agosto de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA: Avaliação diagnóstica do Programa Novo Mais Educação	
OBJETIVO: Refletir sobre os resultados da Avaliação Diagnóstica do Programa Novo Mais Educação e planejar estratégias para melhorar estes índices.	
Referencial Teórico: O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Em 2017, o Programa oferece acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em quinze horas semanais no turno escolar. O Programa tem por finalidade contribuir para a: Alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico; redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais; ampliação do período de permanência dos alunos na escola. A avaliação e o monitoramento do Programa Novo Mais Educação tem como principal objetivo produzir informações sobre a execução das atividades do programa e a aprendizagem dos estudantes em todas as redes e escolas participantes, com o objetivo de: produzir informações acerca do perfil dos colaboradores do Programa, mediadores de aprendizagem e facilitadores,	

com o intuito de apoiar as escolas e seus gestores na seleção de profissionais para o desenvolvimento das atividades programadas; produzir diagnósticos acerca do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes ao longo da execução do Programa, fornecendo subsídios para o planejamento pedagógico das escolas; produzir informações sobre os resultados do Programa.

A avaliação do Programa tem como característica na Alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática:

Esse teste tem a finalidade de avaliar as habilidades básicas e essenciais em Língua Portuguesa e Matemática, próprias da alfabetização nessa etapa de escolaridade.

A avaliação do Programa tem como característica no Letramento I em Língua Portuguesa e Matemática:

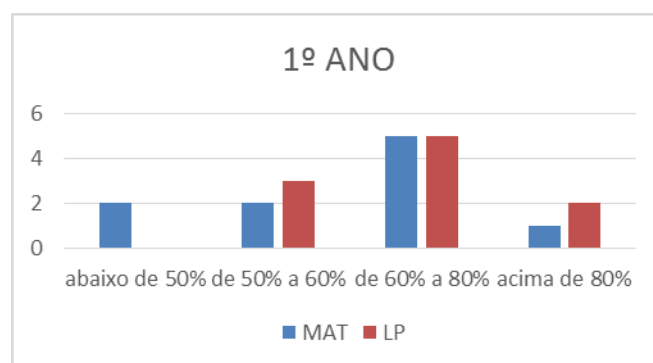
Esse teste tem a finalidade de avaliar as habilidades básicas e essenciais para a formação do leitor iniciante e em Matemática, inerentes aos objetivos de aprendizagem característicos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A avaliação do Programa tem como característica no Letramento II em Língua Portuguesa e Matemática:

Esse teste tem a finalidade de avaliar habilidades mais complexas em Língua Portuguesa e Matemática do que aquelas avaliadas no teste do Letramento I, inerentes aos objetivos de aprendizagem característicos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Nosso foco, neste momento, é a avaliação de Alfabetização e Letramento I.

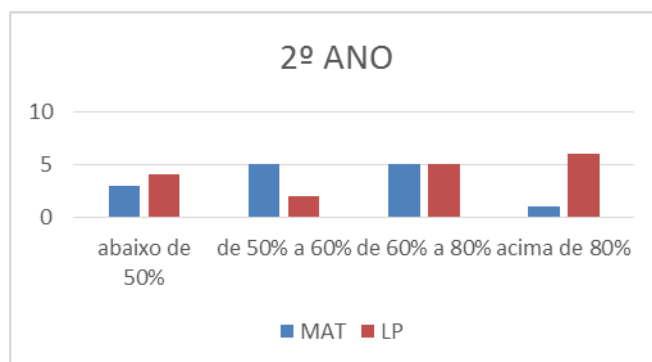
O resultado da turma do 1º ano, ficou assim apresentado:



Ao analisar os resultados do 1º ano, em que os alunos estão ingressando no Ciclo de Alfabetização, temos um resultado cabível, pois a maioria dos alunos

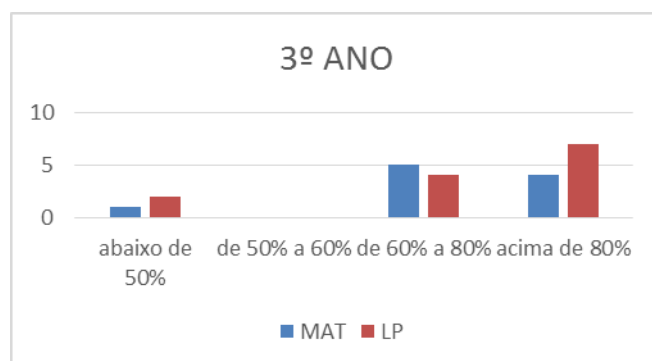
atingiu mais de 50% de acertos.

O resultado da turma do 2º ano, ficou assim apresentado:



É possível observar que a turma do 2º ano, precisa de mais atenção em relação ao desenvolvimento da disciplina de Matemática, pois a maioria dos alunos não atingiu 50% de acertos na avaliação. Em Língua Portuguesa, eles acertaram um pouco mais, mas ainda é necessário observar quem são os alunos que ficaram abaixo de 50% de acertos, pois no 2º ano, pressupõe-se que já sejam alfabetizados.

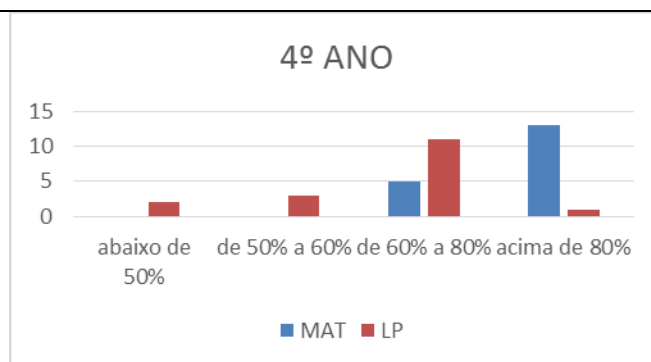
O resultado da turma do 3º ano, ficou assim apresentado:



A partir deste gráfico, é possível perceber que a turma do 3º ano não apresenta baixo índice, a maioria da turma atingiu mais de 60% de acertos na avaliação. Os casos que ficaram abaixo de 50% de acertos, são alunos incluídos.

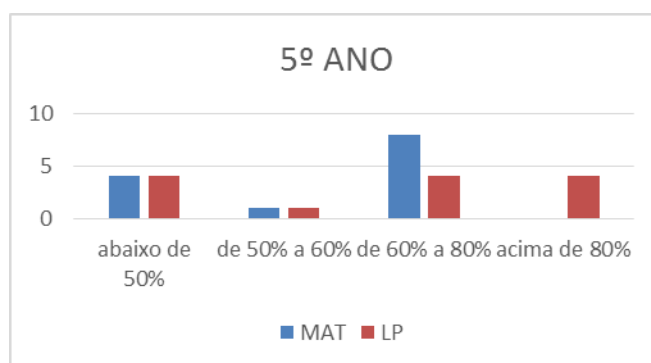
As turmas do Ciclo de Alfabetização realizaram a mesma prova, apenas com a ordem das atividades diferentes, o que nos levou a preocupar-se mais com a turma do 2º ano.

O resultado da turma do 4º ano, ficou assim apresentado:



Esta turma necessita de uma maior atenção e de uma metodologia diferenciada na disciplina de Língua Portuguesa, pois foi onde tiveram menos números de acertos.

O resultado da turma do 5º ano, ficou assim apresentado:



Ao contrário da turma do 4º ano, o 5º ano precisa de mais atenção e de uma metodologia diferenciada na disciplina de matemática, pois obtiveram o índice mais baixo.

ATIVIDADES:

Cada professor regente dos anos iniciais, foi chamado individualmente para ter conhecimento do resultado das Avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, pela Supervisora Escolar e a Direção da Escola. Em que ficou estabelecido que em 50% da carga horário do Programa Novo Mais Educação, os alunos que tiverem baixo rendimento na Avaliação Diagnóstica, receberão aula individualizada com uma metodologia diferenciadas, pelo professor regente, para sanar a defasagem na aprendizagem. Enquanto que os mediadores do Programa Novo Mais Educação deverão corrigir as avaliações junto com os alunos, justificando as respostas, explicando e exemplificando o porquê de cada questão estar certa ou errada.

Após todos terem conhecimento do resultado das avaliações, houve este encontro para que pudéssemos juntos analisar cada resultado e traçar estratégias para melhorar os índices que não foram satisfeitos nesta primeira avaliação.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

As estratégias traçadas englobam: intensificar a leitura, com interpretação de texto trabalhando com gêneros textuais, fichas de leitura através de jogos de perguntas e respostas, textos impressos, livros de histórias. Promover e criar um ambiente motivador dando ênfase aos trabalhos produzidos pelos alunos a partir de produção textual, jogos matemáticos, atividades de múltipla escolha. Através de um campo semântico, levar as questões para trabalhar em sala de aula de forma prática, como por exemplo figuras geométricas, comparar tamanhos, capacidades, de forma lúdica. Trabalhar com os diversos portadores de textos, bem como aprimorar a compreensão e interpretação dos textos. Proporcionar um ambiente onde as crianças se sintam confiantes, através de uma didática mais efetiva para a alfabetização, provocando a criança a ler e escrever de forma espontânea, através de atividades individuais, em duplas e grupos.

Além de traçarem as estratégias, as professoras avaliaram o desempenho do Supervisor Escolar e fizeram a sua autoavaliação.

Quanto a avaliação do Supervisor Escolar, alguns professores sentem cobrados em relação ao resultado da avaliação, salientam que são sempre cobrados, outros avaliaram que a estratégia de apresentação dos resultados foi dinâmica, que foi de uma forma firme e com propósito de traçar estratégias de melhoria do resultado. Foram sugeridas formas de reforçar os conteúdos que os alunos ainda não dominam.

Quanto à autoavaliação, a maioria disse que o percentual de acertos foi baixo, afirmaram que os professores e mediadores devem trabalhar em conjunto. Também avaliaram que a prova é muito extensa, e por isso, cansativa, que os alunos não sabiam preencher porque nunca utilizaram a múltipla escolha, é possível observar que é necessário trabalhar com questões de múltipla escolha desde o 1º ano, com o grau de dificuldade de acordo com o nível da turma. Também foi relatado que o encontro foi ótimo,

que o Supervisor Escolar cumpriu seu papel, mediando a situação posta, sem cobranças, sugerindo formas metodológicas para auxiliar no trabalho em sala de aula, demonstrando a preocupação, não apenas com os índices, mas com as aprendizagens que estão por trás dos números.

AVALIAÇÃO CRÍTICA DO ENCONTRO:

Inicialmente, a fala individual foi tensa, pois alguns sentiram que estão aquém do que a turma realmente precisa, ao mesmo tempo, também foi difícil conscientizá-los de que aqueles resultados eram palpáveis e que as justificativas usadas não eram cabíveis.

Avalia-se também que os professores poderiam ter conferido se os alunos estavam conseguindo marcar as questões, observações poderiam ser feitas. Mas muitos entregaram as provas para os alunos, explicaram como se fazia, e depois apenas recolheram.

Houveram justificativas de que os alunos não são alfabetizados, e o questionamento da Equipe Escolar, da Supervisora Escolar é em relação ao que foi realizado até o mês de julho para que estes alunos tenham sido alfabetizados. Este é o momento em que se subentende uma cobrança. Mas não cobrança do professor, a pergunta cabe a todos os integrantes da escola, todos os profissionais que são co-responsáveis pela aprendizagem. Em momento a escola, estimula a alfabetização, provoca o interesse pela leitura e pela escrita.

Existe um ambiente alfabetizador na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição? Não. As salas de aula são ambientes alfabetizadores até o 5º ano, mas a escola em si, considero que não o é.

Todos os professores concordaram com a estratégia traçada enquanto escola, que haja este atendimento individualizado em alguns momentos. Também todos se responsabilizaram em tentar melhorar estes índices e inserir de alguma maneira a leitura e a interpretação, o raciocínio lógico em suas práticas pedagógicas.

Acredito que este encontro tenha sido válido, pois no momento em que é proposto este momento da escola parar e discutir sobre uma problemática geral da escola, é necessário pensar sobre menos conteúdos e mais significados nas aprendizagens.

OBSERVAÇÕES:

Neste encontro, foram apresentados todos os índices do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com objetivo de que todos se colocassem como responsáveis pelos resultados, não apenas os professores de Língua Portuguesa e Matemática. Ainda este ano, acontecerá a aplicação da Prova Brasil, então os alunos precisam exercitar o raciocínio lógico, a interpretação de textos e ainda trabalhar com avaliações extensas para terem experiência com este tipo de prova.

4.2.8 Oitavo encontro

DATA: 22 de agosto de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA: Produção Textual	
OBJETIVO: Refletir sobre a prática da produção textual como ferramenta no processo de ensino aprendizagem	
REFERENCIAL TEÓRICO: A modalidade escrita da língua exige o desenvolvimento de determinadas competências que adquirimos na prática diária, em contato com gêneros textuais diversos em nossa sociedade. Diariamente, interagimos com as pessoas por meio de textos e, a depender de nossos objetivos, dos nossos propósitos de comunicação, das possíveis audiências, selecionamos determinado gênero textual para interagirmos com o outro, seja falando ou escrevendo. Nesse enfoque, as atividades com a escrita precisam estar presentes na escola, em atividades diárias e significativas, possibilitando aos alunos o reconhecimento da função social de cada texto produzido. A atividade de escrita numa visão interacionista, conforme afirma Antunes (2003, p.45), “supõe, desse modo, encontro, parceria, envolvimento entre sujeitos, para que aconteça a comunhão de ideias, das informações e das intenções pretendidas. Assim, por essa visão supõe-se que alguém selecionou alguma coisa a ser dita a um outro alguém [...]”. Nesse enfoque, Antunes (2003) afirma que a atividade de escrita é um momento de partilhar	

informações, ideias, intenções, crenças, sentimentos com o outro, para que, de alguma forma, interaja, mesmo que esse outro não se faça presente no momento da produção do texto, ele existe e é necessário que seja levado em conta, pois

Quem escreve, na verdade, escreve para alguém, ou seja, está em interação com outra pessoa. Essa outra pessoa é a medida, é o parâmetro das decisões que devemos tomar acerca do que dizer, do quando dizer e de como fazê-lo. (ANTUNES, 2003, p.46)

Nesse sentido, o ato de escrever não é apenas codificar as ideias e as informações. Para escrever, é necessário que haja um planejamento a respeito do que vai ser escrito, pensar nos objetivos da escrita, na escolha do gênero textual, fazer a delimitação do tema que vai ser escrito e levar em consideração as condições de seus leitores, para poder escolher a linguagem que vai ser utilizada, se mais ou menos formal, dependendo da situação de interação.

É evidente que não basta apenas solicitar aos alunos uma determinada atividade de escrita, é necessária a preparação de etapas antes da escrita e após a escrita, cada uma delas com funções determinadas para que as produções linguísticas dos alunos atinjam o propósito comunicativo de forma adequada e eficaz. Nesse sentido, é necessário planejar antes de escrever e revisar e reescrever após a escrita.

O gênero textual tem um propósito que o determina e lhe dá uma esfera de circulação. Cada gênero textual possui uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, mas se efetiva socialmente basicamente pela função e não pela forma. É importante salientar que há algumas confusões sobre a forma de se trabalhar com os gêneros textuais em sala de aula. Não se deve explorar apenas as características de cada gênero (carta tem cabeçalho, data, saudação inicial, despedida etc.), pois trabalhar apenas a estrutura do texto não faz com que ninguém aprenda a, efetivamente, escrever uma carta. É importante se discutir por que e para quem escrever.

ATIVIDADES:

Como todas as professoras sabiam da temática do encontro, foi proposta a leitura compartilhada do texto, quando fosse necessária a leitura deveria ser

interrompida para exemplos de prática em sala de aula.

A medida que a leitura ia avançando, foram relatadas experiências pelo Supervisor Escolar, que deram certo em anos anteriores, as turmas produziam dois textos semanais, dentro do planejamento do professor, para que fossem entregues na direção da Escola. Essa proposta, em anos anteriores, fez com que os alunos passassem a ler mais e, conseqüentemente, produzirem mais textos. A cada texto entregue observava-se que as escritas iam avançando, em termos de ideias, organização de parágrafos, pontuação. Esta prática se tornou válida em anos anteriores. Portanto, novamente, é proposta pela Supervisão Escolar, para que os alunos produzam dois textos semanais.

Alguns professores aproveitaram o momento para relatarem as suas práticas de produções textuais. A troca de experiências beneficia a todos, pois todos temos o que aprender.

Foi sugerido que seja feita uma ou duas atividades para todas as turmas, para que cada ano produza de acordo com o seu nível de escrita.

Este encontro aconteceu na biblioteca da escola, local em que os professores tiveram um momento para manusear os livros novos adquiridos pela Escola e os livros recebidos pelo MEC. A ideia seria que a partir do contato com as obras literárias, fosse produzida uma sequência didática para encerrar o encontro.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

Ao finalizar o encontro, os professores realizaram a autoavaliação a partir da temática discutida.

Destacaram diversos aspectos, entre eles: interessante as trocas como os demais colegas, ótima sugestão do Supervisor Escolar de solicitar aos professores que entreguem as escritas dos alunos. Este é um dos papéis do supervisor, oportunizar estudo, embasamento teórico, acompanhamento e sugestões para melhoria do fazer pedagógico. Uma professora citou que é difícil trabalhar com produção textual em uma turma com 18 alunos, sendo que 4 não estão alfabetizados. Ela afirma que faz tudo que pode, mas as crianças têm muita dificuldade, não acompanham os demais da turma nas produções textuais, e também demoram muito para copiar, pois a xerox está

racionado, disponível, temporariamente, apenas para as avaliações. É necessário rever os planejamentos e contextualizar as produções textuais. Abordar a produção textual em sala de aula, deveria ser mais frequente nas reuniões pedagógicas e as sugestões trazidas pelo Supervisor Escolar são interessantes e estimuladoras, podendo ser integradas ao planejamento com facilidade.

Quanto ao desempenho do Supervisor Escolar, foi boa a sua atuação, pois trouxe sugestões de atividades, ele cobra bastante dos professores, só que não dá condições pedagógicas, pois a xerox não está disponível. A Supervisora Escolar teve um olhar acolhedor de quem conhece o processo de ler e escrever, oportunizando uma roda de conversa, leitura, análise e discussão deste tema, as sugestões de atividades atendem as necessidades das turmas. Avalio que é preciso mais tempo para estes encontros, pois o planejamento prático de uma sequência didática não foi possível construir.

AValiação Crítica do Encontro:

Como formação inicial, possuo licenciatura em Letras – Português/Espanhol, sempre que posso incentivo o trabalho de leitura e escrita na sala de aula. Nos anos iniciais, as crianças precisam ter acesso ao mundo letrado, através da contação de histórias, das escritas espontâneas, mesmo quando não estão alfabetizadas.

A proposta deste estudo, é feita anualmente, quando se percebe que a produção textual não é sistemática na prática pedagógica dos professores.

É claro que o que é novo, assusta. Constatou-se neste encontro, que são sempre os mesmos professores que apresentam resistência quanto as inovações, as críticas vêm sempre dos mesmos educadores.

Avalio que este encontro foi produtivo, pois acredito que seja papel do Supervisor Escolar provocar reflexão e mudanças nas práticas pedagógicas dos professores, sendo que os beneficiados são os alunos, que tem atividades diferenciadas para a aprendizagem significativa.

Quanto ao contato com as obras da biblioteca Joana Noronha, foi um momento único. Todos fomos abduzidos pela literatura, pela beleza dos livros. Queríamos ler todos ao mesmo tempo, mostrar para as colegas, destacar um aspecto e outro dos livros. Ao não interromper este momento, a

sequência didática que deveria ser construída em grupo, não pôde ser realizada no encontro. E, sim, individualmente como tarefa de casa.

O que nos prejudicou em alguns encontros, foi o tempo realmente. Os professores têm necessidade de expor seus anseios da sala de aula, e como Supervisora Escolar, é preciso ouvi-los e, na socialização das angústias, percebe-se que são as mesmas, em outros momentos os próprios colegas puderam sugerir ações para solucionar os problemas.

Ainda em relação ao tempo, a escola funciona em turno integral, 7 horas diárias. Então, para que os encontros pudessem acontecer, as turmas de anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, permaneciam em aula. E os alunos das turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, eram contempladas com atividades diferenciadas como gincanas com o Grêmio Estudantil, sessão de cinema, recreação dirigida, jogos recreativos, entre outros.

OBSERVAÇÕES:

4.2.9 Nono encontro

DATA: 27 de setembro de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA:	
Como corrigir os textos e Planejamento da Atividade Autor Presente na Escola	
OBJETIVO:	
Analisar os textos produzidos, sugerindo maneiras de corrigir as produções, bem como definir as atividades que serão apresentadas ao Autor Presente.	
REFERENCIAL TEÓRICO:	
O ATO DE CORRIGIR	
O erro é uma hipótese lógica do ser que pensa, deve ser encarado com seriedade e planejamento adequado.	
→ IDEAL= O aluno lê, é questionado pelo professor e ele mesmo corrige.	
A professora caminha entre as classes durante a realização das atividades e vai questionando: - Será que não há outras formas para se escrever esta	

palavra?

Outras formas:

Oportunizar ao aluno a observação dos materiais expostos na sala de aula onde a escrita está correta;

Estimular a pesquisa da palavra no dicionário formal ou no dicionário da turma;

Questionar toda a turma quanto à escrita correta de uma palavra em dúvida, solicitando que todos cooperativamente construam a mesma;

Em determinadas atividades, o colega do lado pode corrigir o trabalho do seu companheiro, com o auxílio ou não do material fornecido pela professora;

Escrita, pela professora, da palavra correta no caderno, ao lado ou abaixo da escrita do aluno;

Ao observar a persistência do erro, elaborar atividades que trabalhem aquele tipo de dificuldade;

Colocar o “certo” apenas onde realmente estiver certo. Onde estiver errado escrever o certo;

Utilizar a correção das atividades no quadro para realimentar o conteúdo, sempre dando tempo para o aluno realizar a mesma sozinho;

É o professor ou o aluno que vai escrever as respostas no quadro? Depende do objetivo da correção e da necessidade da atividade. Usar o bom senso.

Usar termos de incentivo e apoio nas correções do caderno, elogiar sempre que for possível;

Todos os componentes curriculares usam as mesmas estratégias para correção.

PRODUÇÕES TEXTUAIS

Criar o hábito da leitura silenciosa do próprio texto, nesta leitura o aluno vai ele mesmo se dar conta de alguns erros;

O professor deve recolher, ler atentamente, listar as dificuldades encontradas (para o planejamento de atividades), escrever abaixo da produção as palavras e devolvê-la para que o aluno arrume sua história;

Criar o hábito de passar a limpo num caderno que pode se chamar O CADERNO DAS MINHAS HISTÓRIAS;

O QUE NÃO PODEMOS FAZER

Riscar em cima da escrita do aluno;

Colocar zeros e certos indiscriminadamente;

Dar “visto” onde não houve de fato correção;

Escrever errado no caderno dos alunos ou no quadro;

Se tivermos dúvidas, pesquisar, dizer ao aluno: A professora está com dúvidas, vamos procurar como se escreve_____ no dicionário. Ter sempre um dicionário consigo.

Além do texto O ato de corrigir, foram entregues cópias das obras do autor Paulino Dorneles Fernandes Neto, bem como a biografia do autor.

As obras entregues foram: A Turminha Legal no Mundo do Sim e do Não (tem como tema descobrir o equilíbrio entre o sim e o não e a importância de ter limites), A Turminha Legal e o Fantasma do Medo (traz como tema como tratar o Medo), a Turminha Legal e o Seu Perfeito (discute a temática do uso exagerado de comunicação virtual e o desrespeito às diferenças) e a Turminha Legal e a Princesa Vida (aborda a alegria de resgatar vidas perdidas).

ATIVIDADES:

Inicialmente, se fez a leitura compartilhada do texto sobre o ato de corrigir, fazendo comentários, e relatos de experiências.

Durante o relato das professoras, foi sugerido que seja anexada na pintura das salas de aula o alfabeto em letras maiúsculas, script e cursiva, e também seja anexada a tabuada.

Outra professora, também foi relatado que já estão utilizando a metodologia de trabalho em duplas. As professoras também estão questionando os alunos oralmente, sobre a tabuada diariamente.

Também foi relatado, que uma aluna produziu um texto que não estava de acordo com o seu nível de leitura de escrita, então a professora solicitou que o texto fosse reescrito, assim o texto foi produzido novamente, organizando as ideias, de acordo com o nível em que se encontra.

As produções textuais espontâneas, trazem situações do cotidiano dos

alunos. O que necessita da atenção das professoras, pois através das produções pode-se conhecer ainda mais os alunos.

Também foi destacado que ao se persistir o erro, o professor deve trabalhar atividades para sanar estas trocas.

Destacou-se a importância do passar a limpo o texto, para que o próprio alunos possa ler o texto, reescrevê-lo.

Uma das propostas iniciais, ao trabalhar com produção textual, é deixar com que o aluno, coloque as ideias no papel. Após as escritas iniciais, deve-se então, começar o trabalho gradual, para melhoria da produção.

Foi destacado que é necessária uma sequência de trabalho, entre o Ciclo de Alfabetização, bem como no Ciclo de pós-alfabetização.

Após o estudo do texto, foi realizada a socialização das sugestões de atividades, para que os professores adaptem para o seu ano de regência, explicando cada uma das atividades.

Além do estudo do material proposto, análise das atividades sugeridas, foram distribuídos os textos produzidos pelos alunos para que todos os professores tenham acesso ao nível de escrita de cada ano. Momento este de troca de sugestões para melhorar as escritas.

Após todo o estudo sobre as produções textuais, foi planejada a atividade para a Mostra de Trabalhos a ser apresentadas ao Autor Presente.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

As professoras avaliaram o desempenho do Supervisor Escolar, observando que o desempenho é bom, aprovaram a distribuição de material proveitoso para o trabalho, as sugestões propostas pela Supervisora Escolar embasam o planejamento diário. A Supervisora Escolar analisou as produções textuais, percebendo que é necessário melhorá-los, porém deve-se levar em conta que o processo de aquisição da leitura é longo e exige muita complexidade. O Supervisor retomou a importância das produções textuais com leitura e embasamento teórico consistente. O texto o Ato de Corrigir foi bem esclarecedor. Também foi um momento significativa, a troca e a leitura dos textos dos alunos dos anos iniciais. Cada professor pode colocar os pré-requisitos de escrita para o ano que trabalham. Ainda falta o Supervisor controlar melhor o tempo, pois não foi possível planejar de forma coletiva as

atividades do Autor Presente.

Quanto à autoavaliação de cada professor, foi destacada a importância de ler as produções textuais de todos alunos, falamos sobre o que será apresentado no autor presente. É necessário criar hábitos de leitura silenciosa de produções feitas pelos alunos e posteriormente a correção dos erros ortográficos, a roda de conversa foi de grande valia para enriquecer nosso trabalho em sala de aula. Interessante podermos partilhar este momento, pois fazendo a análise das produções de outras turmas, podendo percebendo onde estão as falhas e que é necessário melhorar. As produções textuais precisam melhorar, mas sempre respeitando o tempo de cada aluno. O tema em estudo é excelente, realmente, é necessário oportunizar este estudo e trocas entre os professores, visto que o ato de ler e escrever bem devem acompanhar os alunos e professores. O supervisor escolar levou para o encontro um tema necessário e significativo para a prática docente.

AValiação Crítica do Encontro:

Os professores têm uma necessidade de expor as suas ansiedades, e neste encontro houve vários momentos em que os professores puderam se manifestar.

É possível observar que não houve resistência quanto as produções textuais, bem como não houve problema quanto a análise de todos os textos.

A questão de todos terem acesso aos textos de todas as turmas, me preocupava, porém, minhas expectativas foram superadas, pois todas as professoras analisaram as produções, sugeriram atividades para cada turma. Acredito que tenha sido um momento válido, de parceria e grupo constituído.

O projeto Autor Presente, foi aderido por todos no início do projeto, mas devido ao passar do tempo, as professoras ainda não haviam se organizado, nem sequer planejado a atividade que sua turma irá fazer. Esta tarefa ficou para apresentarem na próxima semana, para melhor organização da atividade no dia 17 de outubro.

OBSERVAÇÕES:

4.2.10 Décimo encontro

DATA: 17 de outubro de 2017	LOCAL: EMEB Murillo Nunes de Oliveira
TEMA: Autor Presente na Escola	
OBJETIVO: Realizar a Mostra de Trabalho sobre o autor Paulino Fernandes, mentor do Projeto de Incentivo à Leitura.	
REFERENCIAL TEÓRICO: Este encontro é uma atividade prática de exposição de trabalhos pelos alunos da Educação Infantil – Nível A e B e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	
ATIVIDADES: Para receber o Paulino Fernandes, as turmas da Educação Infantil e Anos Iniciais, conheceram a biografia do autor, ouviram e leram as histórias escritas pelo Paulino. A turma de Educação Infantil – Nível A e B, trabalhou com o livro A Turminha Legal e o Fantasma do Medo, a partir da audição da história e reconto da história com fantoches, os alunos produziram desenhos sobre cada um de seus personagens e também ilustraram a história. O 1º ano do Ensino Fundamental, a turma trabalhou com a história a Turminha Legal e o Fantasma do Medo, os alunos ouviram a história. A partir da história, a turma criou um glossário com as palavras que aparecem no texto, fizeram a ilustração da obra e também criaram textos sobre a temática “Meus Medos”, também escreveram cartas para o autor. O 2º ano do Ensino Fundamental, a turma trabalhou com a história da Turminha Legal e a Árvore Zinha, cada aluno fez a ilustração da história. A turma também trouxe amostras das árvores que conhecem ou que tem em sua residência. Além disso, os alunos também trabalharam com a importância da conscientização em relação ao meio ambiente. O 3º ano do Ensino Fundamental, a turma leu e ouviu as histórias dos livros: A Turminha Legal e a Árvore Zinha, O Seu Perfeito e o Fantasma do Medo. Após conhecerem as histórias, os alunos escolheram uma história e ilustraram. Após as ilustrações, os alunos escreveram cartas para o Autor Paulino Fernandes. Os alunos também apresentarão os personagens da	

história em palitoches.

O 4º ano do Ensino Fundamental, a turma trabalhou com a história a Turminha Legal e O Fantasma do Medo, os alunos fizeram reescritas da história e também fizeram as ilustrações, que estão expostas em um varal.

O 5º ano do Ensino Fundamental, a turma fez a releitura da obra Turminha Legal e Árvore Zinha.

SINTESE DO RELATO DOS PARTICIPANTES:

A atividade foi ótima, os alunos se envolveram apresentado ao Paulino as atividades que haviam sido construídas em sala de aula. Como esta é a primeira vez que a EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, participa do Projeto de Incentivo à Leitura da Turminha Legal, todos estavam ansiosos, para muitos alunos foi a primeira vez que estiveram em contato com alguém que escreveu um livro, ainda mais um livro que eles já conhecem a história. As atividades foram bem planejadas, foi uma manhã proveitosa e feliz. Tanto os alunos, quanto nós professores, ficamos felizes em receber os livros autografados pelo autor, individualmente.

AValiação Crítica do Encontro:

A Mostra de Trabalhos me surpreendeu, porque depende muito mais do trabalho dos professores em sala de aula e da construção dos alunos, do que da função do Supervisor Escolar ou da Gestão.

A proposta foi lançada, revisitada em vários encontros, mas sempre ficava vago o planejamento do que seria apresentado. Talvez para que esta lacuna seja sanada, a Supervisão precise construir um Calendário fixo de encontros com os professores de Anos Iniciais e Educação Infantil, mais próximos, para que toda a demanda consiga ser sanada.

A Mostra de trabalhos foi ótima, ver os professores e alunos envolvidos, com os trabalhos, com as histórias, com certeza, faz avaliar que o caminho é longo, mas que alguns passos estão certos.

OBSERVAÇÕES: Não registrado

4.3 Considerações finais dos participantes

Após todos os encontros desta intervenção, alguns professores deixaram sugestões, que julgo necessárias estarem neste relatório crítico-reflexivo. Assim da síntese destas sugestões destacamos as seguintes sugestões e ou críticas:

- a) É necessário mais reuniões ou um tempo maior para que todo trabalho possa ser desenvolvido durante as mesmas.
- b) Precisamos de auxílio para aqueles alunos com mais dificuldades, quando falo em auxílio me refiro a materiais didáticos como xerox, por exemplo.
- c) A Supervisora Escolar cobra muito dos professores.
- d) Seria bom construirmos projetos para a Educação Infantil e Anos Iniciais, um grande projeto.
- e) O setor de supervisão escolar da escola vem melhorando a cada dia, através de estudos, leitura e embasamento teórico.
- f) É possível observar que a prática docente vem realizando-se de forma mais dinâmica, com planejamento e estratégias consistentes.
- g) Percebo que através do olhar atento do Supervisor, estar acontecendo as trocas e os encontros sistemáticos de estudo.
- h) Como sugestão, penso que poderíamos ter um dia fixo para os encontros e que a pauta destes encontros pudesse ser cumprida, visto que muitas vezes as conversas desnecessárias desviam o assunto em pauta.

4.4 Crítica dos participantes X Atribuições do Cargo

A Lei Complementar Nº. 043, de 07 de dezembro de 2011, define as atribuições do cargo Supervisor Escolar, em seu anexo VI (p.39).

Entre as atribuições do Supervisor Escolar, conta o assessoramento a direção em assuntos técnicos-administrativos-pedagógicos, que na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, acontece através do auxílio no funcionamento da escola, construção de encontros com a comunidade, atividades para comemoração da Semana da Escola, construção e realização de projetos: Semana Farroupilha Escolar, Encontro Comunitário de Arte e Cultura, Semana de Inclusão e Diversidade, Festas Juninas e Semana do Folclore, Reuniões com os pais e/ou responsáveis, Avaliação Institucional na Escola, Seminário Interno da Escola, entre outras atividades.

Ainda conforme a mesma lei, a coordenação e assessoramento na organização do trabalho do professor, é função do Supervisor Escolar, na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, sendo que é feito através de reuniões pedagógicas, com construção de projetos interdisciplinares, planejamentos de sequências didáticas, observação de textos escritos pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como sugestões de alternativas para melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Entre as atribuições do Supervisor Escolar, consta a responsabilização pelos alunos no horário escolar, que se dá com acompanhamento dos alunos no pátio nos horários de entrada, recreios e intervalo de almoço, diariamente.

O apoio ao docente na construção de propostas preventivas em relação as dificuldades de aprendizagem, se dá a partir da análise de resultados de avaliações internas, ou seja, o resultado dos trimestres, e das avaliações externas, com apresentação dos resultados, estudo, análise e proposições a partir do posto.

Além disso, também são realizadas rodas de conversas com os alunos, Conselhos de Classe, em que são colocadas as opiniões dos discentes, em relação ao andamento da escola e das aulas, assim, conversando com os docentes, uma melhor proposta em sala de aula. Dessa maneira, a conversa acontece individualmente, quando necessário, ou coletivamente, sempre com registros em atas, considerando a realidade social, em que a escola está inserida.

O cumprimento do Plano Municipal de Educação, do Projeto Político Pedagógico da Escola, o Regimento Escolar, o Calendário Escolar, com dias letivos e horas diárias, é atribuição do Supervisor Escolar, junto à direção da escola.

O planejamento de Reuniões Pedagógicas e reuniões de estudo, é uma das atribuições do Supervisor Escolar, na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, é realizado pela supervisora, mas sempre apresentado e discutido com os demais membros da equipe gestora, podendo haver alterações ou acréscimos no planejamento inicial.

O horário de planejamento do docente é garantido na montagem do horário semanal, pelo Supervisor Escolar, bem como o registro diário das aulas, controle este também feito por este profissional.

São realizados momentos de planejamento de atividades coletivas, junto com os professores, em que são apresentadas experiências exitosas dos professores, através da realização de Seminário Interno. Também são convidados profissionais

externos à escola, para ministrarem palestras, de acordo com o interesse dos professores, descobertos a partir de preenchimento de questionários.

Cada professor entrega no início do ano letivo, o seu Plano de Trabalho anual, este é acompanhado pelo supervisor e sempre que necessário, o docente é convidado a avaliá-lo.

Ao discorrer sobre essas atribuições do Supervisor Escolar e como elas são realizadas na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição, percebe-se o quão importante é este profissional para o funcionamento da escola e para a garantia do processo de ensino aprendizagem na escola. Também é possível destacar que a sua função não se limita apenas a estas atribuições que constam nesta lei, pois a educação é processo, e assim está sempre em constante transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este Relatório Crítico Reflexivo, com a temática A prática da Supervisão Escolar em uma Escola do Campo: o caso da Escola Municipal de Educação Básica Murillo Nunes de Oliveira – Alegrete, RS, que teve como objetivo principal compreender a prática do Supervisor Escolar em uma Escola do Campo no município de Alegrete, RS; acredito que a partir do diagnóstico, das ações iniciais e da própria exposição das minhas intenções, além dos encontros de intervenção, foi possível demonstrar aos meus colegas educadores, a compreensão do trabalho do Supervisor Escolar da Escola do Campo

Destaco que a intervenção contemplou apenas dois níveis da Educação Básica (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental), devido a especificidade destes níveis e por acreditar que se um aluno conclui o 5º ano tendo domínio da leitura, interpretação e compreensão de textos, e as quatro operações matemáticas, ele tem grande chance de obter sucesso no futuro de sua formação.

Também é preciso retomar os objetivos específicos do projeto de intervenção, em que se buscava analisar a gestão escolar, a partir do contexto dos altos índices de reprovação, este objetivo ficou subentendido, pois não foi realizada uma análise aprofundada dos números, foram apenas apresentadas e sempre levados em conta a cada encontro da intervenção.

A discussão do contexto da aprendizagem dos alunos da escola EMEB Murillo Nunes de Oliveira, foi pauta em todos os encontros, pois todas as temáticas propostas, tiveram como base o trabalho em sala de aula e a organização como um todo da escola. No momento em que propus o estudo sobre planejamento e rotina da Escola do Campo, observei que era necessário abordar este assunto, para que realmente as crianças conseguissem aprender com uma organização do processo. Além disso, estudar sobre o uso do material dourado em sala de aula e sobre produções textuais semanais, contribui para que a 'ensinagem' se torne mais atrativa e a aprendizagem mais motivada. Também avalio, que o encontro com o Autor Presente, despertou o interesse por seguir produzindo e mostrou que é possível escrever histórias que poderão ser lidas por outras pessoas.

Observo que as discussões, análises e críticas às ações do Supervisor Escolar, buscaram a efetivação da aprendizagem na sala de aula, porém, ao concluir

este relatório, ainda não será possível vê-las refletidas nos índices de aprovação e no IDEB, pois o ano letivo ainda não está concluído e a Prova Brasil foi realizada no 1º dia do mês de novembro.

Observei que meus colegas perceberam que a prática do Supervisor Escolar em uma Escola do Campo é dinâmica, pois o mesmo precisa pensar a escola como um todo, propor formações sobre temas que provoquem uma melhor prática de ensino para que todos alunos aprendam com significado e assim tenham sucesso nos seus estudos

Além disso, é necessário levar em consideração e tentar conscientizar os professores, de que os alunos do Campo têm uma rotina extra escola, além do período de 7 horas que eles permanecem em sala de aula, muitos deles têm um itinerário de quase 3 horas para chegarem na escola e retornarem da escola para suas casas. Portanto, é preciso que eles tenham um atendimento diferenciado em relação a tarefas de casa, aulas dinâmicas, pois a monotonia desmotiva, desinteressa. Mas isso só é possível de fazer, se conhecermos nossos alunos, quem são os sujeitos sociais que ensinamos e educamos diariamente na EMEB Murillo Nunes de Oliveira – Polo da Conceição – Alegrete/RS.

Destaco que este projeto de intervenção, mesmo com as suas limitações, fez com que o quadro de professores da EMEB Murillo Nunes de Oliveira, passassem a refletir sobre os temas propostos, considerando sempre a aprendizagem de todos os alunos que é o objetivo da existência da escola.

Para finalizar sintetizo alguns aspectos que considero importantes serem destacados:

a) Refletir sobre a prática em sala de aula, aliar a teoria e a prática foi positivo para que os professores pudessem exercitar o que era estudado, bem como discutir o que deu certo e o que não certo na aplicação das propostas.

b) A constituição de grupo dos professores de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, também foi válida, pois a aprendizagem se dá na interação social, e o estudo em grupo, contribui para o planejamento de aulas dinâmicas, atendendo a real necessidade da Escola do Campo.

c) Como Supervisora Escolar de Escola do Campo, reconheço que abordar a minha prática no processo de intervenção foi um grande desafio, precisei reconhecer o que não estava bom, para só assim propor momentos em que pudessemos avaliar o trabalho, e assim, também me colocar como corresponsável

pelos altos índices de reprovação e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

d) A compreensão da Prática da Supervisão Escolar em uma Escola do Campo: O Caso da Escola Municipal de Educação Básica Murillo Nunes de Oliveira – Alegrete, RS, se deu no exercício da profissão, no cotidiano da escola, refletida na prática dos docentes sujeitos desta pesquisa.

e) Considero que a práxis da supervisão escolar é um processo construído em conjunto e que depende de cada realidade vivenciada em particular, porém, acredito que os resultados desta pesquisa poderão servir como subsídio para uma reflexão sobre cada escola em particular. Desafio posto para outros pesquisadores que se preocupam com o tema.

6 REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Do olhar supervisor ao olhar sobre supervisão. In: **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 4. ed. Campinas: 2004, p. 11-55.

ALEGRETE, **Lei Complementar Nº. 043**, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011. Alegrete, 2011.

ALEGRETE, **Proposta Pedagógica para as Escolas do Campo**. SMEC, Alegrete, 2015.

BARUEL, Elisete Oliveira Santos. ALMEIDA, Sheila Cristina de. MACHADO, Silva. **Afinal, quem são os Gestores no Espaço Escolar?**. Publicado em 11/04/2007. In:<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=839>

CALDART, Roseli S. **Elementos para a Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos: educação do campo. Curitiba: SEED/PR, 2005.

_____, Roseli Salet. PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTO, Gaudêncio (Organizadores). **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. MENDES, Odete da Cruz. RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **Gestão Da Educação – Uma Revisão Conceitual Na Perspectiva De Análise Do Plano De Ações Articuladas – PAR.** Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/VeraLuciaJacobChaves_GT1_integral.pdf. Acessado em 3 de novembro de 2017.

DAMIANI, Magda Floriana. **Sobre Pesquisas do tipo Intervenção**. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012. Junqueira & Marin Editores. Livro 3 - p.2882

DÖRING, Tânia Bohm. **Uma Perspectiva Diferente Para O Supervisor Escolar Na Escola Do Campo.** Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2004/T%C3%A2nia%20Bohm%20D%C3%B6ring.pdf>. Acessado em 3 de novembro de 2017.

FERREIRA, Juara R Arthury de Almeida. SOUZA, Angelo. **Gestão Escolar: Desafios E Possibilidades.** SEED: Curitiba, 2009.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Supervisão Educacional Por uma Escola de Qualidade.** 8.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA GUTIERREZ, AntonioLuis. **Lingüística documental: aplicación a ladocumentación de lacomunicación social.** Barcelona: Mitre, 1984. (Colección dirigida por Roberto Coll-Vinent).

GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão Escolar e Gestão Democrática Um Elo para o Sucesso Escolar.** Rio de Janeiro: Editora Wak, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184p.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alegrete/panorama>. Pesquisado em 15 de outubro de 2017.

<https://novomaiseduacao.caeddigital.net/#!/home> acessado em 26 de outubro de 2017 às 11h16min.

IBGE, Censo Demográfico 2010.

IGLESIAS, MaríaElinorDulzaides; GÓMEZ, Ana María Molina. **Análisis documental y de información: dos componentes de un mismo proceso**. ACIMED, Ciudad de La Habana, v. 12, n. 2, p. 1-5, mar./abr. 2004.

KOLLING, Edgar J. NÉRY, Irmão. MOLINA, Mônica C. (orgs.) **Por uma Educação Básica do Campo (Memórias)**. 3º ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. Arnaldo Vilarés, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LINS, Walquíria Castelo Branco. **A escola do campo também é de verdade**. Publicado em 18 de maio de 2015. Disponível em: <http://porvir.org/escola-campo-tambem-e-de-verdade/>

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2006.

_____, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____, Heloisa. **Gestão Educacional Uma questão paradigmática**. 10.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental**. In: _____. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, p.25-44.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, 184p.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A Reinvenção Da Roda: Roda De Conversa: Um Instrumento Metodológico Possível**. In: Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

NERICI, Imídeo G. **Introdução à Supervisão Escolar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1974.

RANGEL, Mary. **Supervisão Pedagógica: um modelo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROCHA, Jefferson Marçal da. VALENTINI, Lydia Maria Assis Brasil. **Escola do Campo: Desafios para o enraizamento de uma prática educacional democrática**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

RONCA, Antonio Carlos Caruso; GONÇALVES, Carlos Luiz M. S. **A supervisão escolar: um urgente desafio**. In: ALVES, Nilda (org.). Educação & supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TIRONI, Margarete. GOMES, Aurélia Lopes. **A Educação De Tempo Integral Na Escola Do Campo: Questões Curriculares E A Perspectiva Interdisciplinar**. 2013. In: XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), Pontífica Universidade do Paraná: Curitiba, 2013.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MURILLO NUNES DE OLIVEIRA – ALEGRETE, RS

Pesquisadores responsáveis: Jefferson Marçal Rocha, Lilian Christiane Silveira de Almeida

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Telefone celular do pesquisador para contato: 55 9 9620 7244

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, da pesquisa A PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO CAMPO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MURILLO NUNES DE OLIVEIRA – ALEGRETE, RS, que tem como objetivo compreender a prática da supervisão escolar em uma Escola do Campo do município de Alegrete. Esta pesquisa justifica-se pela carência de formação específica para os Supervisores Escolares atuarem em Escolas do Campo, e mais especificamente no caso da EMEB Murillo Nunes de Oliveira, em função do baixo IDEB e alto índice de reprovação.

Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

A metodologia utilizada está baseada no método interventivo de pesquisa, e prevê sua participação ações de formação continuada docente, questionários, observação e avaliação a cada encontro, que se realizarão conforme o calendário de

reuniões pedagógicas da instituição de ensino. Estas formações serão observadas por um dos pesquisadores, e seus registros serão feitos ao longo do processo. A cada final de encontro, será realizado um questionário escrito individual com os participantes da pesquisa. As informações serão utilizadas como material de análise.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. As informações resultantes do estudo poderão ser divulgadas em publicações científicas ou em outras formas de publicação. Asseguramos que as conclusões da pesquisa poderão ser apresentadas para seus participantes, após a sua conclusão.

Participante da Pesquisa

Jefferson Marçal Rocha

Lilian Christiane Silveira de Almeida

Alegrete, 21 de fevereiro de 2016.

Se você tiver alguma consideração sobre a ética da pesquisa, entre e contato:
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Unipampa – Campus Uruguaiana – BR 472,
KM 592, Prédio Administrativo – Sala 23, CEP: 97500-970, Uruguaiana – RS.
Telefone: (55)34134321 – Ramal2289 ou ligações a cobrar para (55) 84541112. E-
mail:cep@unipampa.edu.br.

Anexo 2 Questionário aplicado aos professores

Nome do Professor(a): _____

Mora no campo ou na cidade? Em que ano leciona?

Há quantos anos leciona nessa escola? E quantos anos de magistério?

Você escolheu trabalhar na escola do campo por quê?

O que a diferencia de outras escolas?

Qual sua formação inicial/graduação?

Qual sua formação continuada/especialização/pós-graduação?

Fez alguma formação específica para vir trabalhar na escola do campo?

Já atuaste como supervisor escolar/coordenador pedagógico? Por quantos anos?

Em sua opinião, qual a função do supervisor escolar? Essa função, na sua escola, é cumprida?

Qual a relevância da supervisão escolar na Escola do Campo? Por quê?

Identifique as principais características da atuação da supervisão escolar na Escola do Campo em que atua?

Quais os principais entraves no desenvolvimento das atividades do supervisor na Escola do Campo?

Quais as suas expectativas em relação ao trabalho do supervisor escolar para a aprendizagem efetiva e melhora nos índices de aprovação na Escola do Campo?

Deixe suas sugestões para a Supervisão Escolar: